

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE**

**LINGUAGEM E SOCIEDADE:
ANÁLISE DO DISCURSO DE CARTAS DE DETENTAS E EX-DETENTAS**

Igor José Siquieri Savenhago

**SÃO CARLOS
2009**

**LINGUAGEM E SOCIEDADE: ANÁLISE DO DISCURSO
DE CARTAS DE DETENTAS E EX-DETENTAS**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE**

**LINGUAGEM E SOCIEDADE: ANÁLISE DO DISCURSO
DE CARTAS DE DETENTAS E EX-DETENTAS**

Igor José Siquieri Savenhago

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade.

Linha de pesquisa: Linguagens, Comunicação e Ciência

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Nádea Regina Gaspar

Co-orientadora: Prof^ª Dr^ª Lucília Maria Sousa Romão

**SÃO CARLOS
2009**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

S266ls

Savenhago, Igor José Siquieri.

Linguagem e sociedade : análise do discurso de cartas de detentas e ex-detentas / Igor José Siquieri Savenhago. -- São Carlos : UFSCar, 2010.

96 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2009.

1. Desenvolvimento social - ciência, tecnologia e sociedade. 2. Análise do discurso. 3. Sujeito. 4. Cartas. 5. Prisão - controle social. I. Título.

CDD: 303.483 (20^a)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE
Via Washington Luís, Km. 235-Cx. Postal 676. CEP: 13565-905 – São Carlos - SP
Telefone: (16) 3351-8417 - E-mail: ppgcts@power.ufscar.br - Site: www.ppgcts.ufscar.br

EXTRATO DA ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO DA COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE – CPG/CTS

DATA- 11/12/2009

INÍCIO-14H00

**LOCAL-Sala de
Seminários do DCI**

1. Homologação do resultado da defesa do aluno Igor José Siquieri Savenhago: Foi homologado o resultado da defesa do aluno, conforme discriminação abaixo:

A sessão pública foi coordenada pela presidenta da banca, Profa. Dra. Nádea Regina Gaspar, com exposição oral e arguição do candidato, posterior avaliação reservada e comunicação pública do resultado pela Comissão. Na avaliação reservada, a Banca Julgadora atribuiu os seguintes conceitos ao candidato: Profa. Dra. Nádea Regina Gaspar, conceito A; Prof.Dr. Valdemir Miotello, conceito A e Profa. Dra. Soraya M. Romano Pacífico, conceito A. O candidato foi considerado Aprovado com conceito final A.

Prof. Dr. José Ângelo Rodrigues Gregolin
Coordenador do PPG-CTS -UFSCar

Dedico este trabalho à minha esposa, Tatiana, que sempre foi companhia segura; que me presenteia, incessantemente, com momentos de alegria e, nas horas de dificuldade, oferece seu ombro amigo e seu abraço carinhoso.

AGRADECIMENTOS

Às minhas orientadoras, Prof^a Dr^a Nádea Regina Gaspar e Prof^a Dr^a Lucília Maria Sousa Romão, pelos belos conselhos, por caminharem de mãos dadas comigo e por entenderem minhas falhas;

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), por me conceder a Bolsa de Estudos, com a qual foi possível chegar até esta fase da pesquisa, e por acreditar que o projeto apresentado na seleção para este programa de Mestrado poderia se tornar uma realização;

À coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, pelo trabalho incansável; a todos os funcionários que auxiliaram os mestrandos durante os estudos, principalmente à Ivanildes e ao Paulo, por resolverem problemas burocráticos que facilitaram, substancialmente, a vida acadêmica dos alunos; aos professores, pelos valiosos ensinamentos, em especial ao Prof. Dr. Valdemir Miotello, ao Prof. Dr. Roberto Baronas e ao Prof. Dr. Fábio Montanheiro, pelas aulas e dicas que em muito contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa;

À UFSCar, pela estrutura oferecida, que proporcionou fazer amizades, participar da construção do conhecimento científico e por permitir acreditar que um novo amanhã é possível;

Ao Prof. Dr. Valdemir Miotello e à Prof^a Dr^a Soraya Maria Romano Pacífico, que compuseram a banca examinadora, pela disponibilidade e gentileza de avaliar este trabalho;

Aos meus colegas da primeira turma do Programa de Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade, por trocarem comigo informações preciosas e por torcerem para que este trabalho evoluísse a cada dia;

Aos meus pais, José e Mariza, pelo companheirismo e por todo o amor que me dedicaram desde o meu primeiro dia de vida, batalhando, incansáveis, para garantir o meu sustento, tanto físico quanto emocional; ao meu irmão, Ivan, por dividir comigo uma infância saudável, uma adolescência de descobertas e um início de vida adulta voltado a trabalhos com excluídos sociais;

À minha esposa, Tatiana, pelo apoio, pela força, pelo incentivo, por acreditar em mim, pela paciência com que se relaciona com os menos favorecidos e pelo amor que espalha por onde passa;

Aos meus sogros, Sodi e Roma, pelas palavras de coragem, por me demonstrarem que a alegria está na vida simples, com pouco luxo e muito calor humano;

Aos familiares e amigos que colaboraram nos momentos em que precisei, em especial ao Deni, ao Diego, ao Jefferson Ricardo, ao Jeferson Tiago, ao Agnaldo, à Juliana, à Bruna, ao Mateus, ao Rafael, ao Paulo Braulino, ao Édson Mastrange, à Inês Helena, ao Nasser e ao Luis Fernando;

Aos jornalistas Rubens Zaidan, Rosana Zaidan e João Garcia, por confiarem no meu trabalho e entenderem a necessidade que tive de me demitir do meu último emprego, no Jornal *A Cidade*, em Ribeirão Preto, para me dedicar ao sonho do Mestrado;

E às pessoas que respondiam pela coordenação da Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto em março de 2006, época em que foi feita a reportagem sobre o Programa Liberdade Consciente para o jornal *Gazeta de Ribeirão*, que me permitiram o acesso às cartas escritas por detentas e ex-detentas, objeto de estudo da presente pesquisa.

“Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já têm a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos que nos levam sempre aos mesmos lugares. É tempo da travessia e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos”.

(Fernando Pessoa)

RESUMO

Este trabalho analisa, discursivamente, cartas de mulheres inseridas no sistema penitenciário da região de Ribeirão Preto, lançando luz sobre as regiões de poder, os conhecimentos e saberes ali manifestos, flagrando formas de resistência que emergem frente aos sistemas de dominação. É raro ouvir falar sobre a rotina, o dia-a-dia dessas instituições. Quando ocorrem rebeliões, percebe-se um grande interesse da imprensa por este tema, mas, geralmente, a exposição de assuntos ligados aos presídios não avança para outras esferas. Dificilmente, chega ao campo científico. Este estudo pretende fazer, justamente, o caminho pouco explorado: trazer, sob o olhar do pesquisador, uma discussão sobre as prisões para a universidade. E de que forma? Por meio da análise de cartas escritas entre março de 2004 e o início de 2007 por detentas e ex-detentas da Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto, caracterizando a voz dessas mulheres como documento científico. Para tanto, esta pesquisa ampara-se, principalmente, em teóricos da Análise do Discurso, como Michel Foucault e seu entendimento sobre “Ciência e Saber”, Michel Pêcheux e sua compreensão sobre “sujeito” e Jacques Le Goff, no que se refere a seus escritos sobre “documento”. Espera-se, assim, contribuir para a constituição de diferentes sentidos sobre a manifestação dos saberes advindos do sistema prisional, via análise de cartas escritas pelas detentas e ex-detentas. E o que se antevê são possibilidades que considerem, principalmente, a voz dos presos como legítima de estudo no campo científico – considerando-se os estudos das linguagens –, e não apenas a dos que detém os mecanismos de controle dos discursos no sistema penitenciário.

Palavras-chave: Análise do discurso, sujeito, cartas, presídio.

ABSTRACT

This work analyzes, discursively, letters from women inserted into the penitentiary system in the region of Ribeirão Preto, brightening the regions of power, the knowledge and learning manifested there, discovering forms of resistance which emerge before the systems of domination. It is rare to hear about the routine, the everyday of these institutions. When there are rebellions, we can notice a great interest from the press in this theme, but generally, the exposure of the subjects related to the prisons do not proceed to other spheres. Hardly ever does it get to the scientific field. This study, intends to do justly the less explored path: bringing under the eyes of the researcher, a discussion about the prisons for the university. And in which way? By means of analysis of the letters written by the prisoner women and ex-prisoners from the Female Penitentiary of Ribeirão Preto, between March 2004 and the beginning of 2007, characterizing the voice of these women like a scientific document. So, this research supports, particularly, in theoretical of the analysis of the speech, like Michel Foucault and his understanding on “Science and Knowing”, Michel Pêcheux and his comprehension on “subject” and Jacques Le Goff, concerning his writings on “document”. Thus, we hope to contribute for the constitution in different ways about the manifestation from the learning resulted from the prison system, through the analysis written by the prisoner women and ex-prisoners. And to be cautious are possibilities, particularly, the voice of the prisoners worthy of study in the scientific field, considering the studies of the languages, and not only from those who detain the mechanisms of control from the speeches in the penitentiary system.

Key words: Analysis of the speech, subject, letters, prison.

SUMÁRIO

	p
INTRODUÇÃO	12
QUESTÃO DE PESQUISA	17
METODOLOGIA	18
OBJETIVOS	19
1 CIÊNCIA E SABER	20
1.1 Cartas como documentos	24
1.2 As cartas como operador de saberes	26
2 A NOÇÃO DE SUJEITO	28
2.1 Sujeito e poder em Foucault	28
2.2 Sujeito, ideologia e formações discursivas em Pêcheux	31
2.2.1 Sujeito e memória	36
3 ANÁLISE DISCURSIVA DAS CARTAS	38
3.1 Cartas escritas na prisão	40
3.2 Cartas de fora da prisão	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94

INTRODUÇÃO

O conhecimento, as reações, as indignações, as reflexões sobre a situação penitenciária, tudo isso existe, no nível dos indivíduos, mas ainda não aparece. Doravante, é preciso que a informação circule, de boca a orelha, de grupo em grupo. O método pode surpreender, mas ainda é o melhor. É preciso que a informação faça ricochete: é preciso transformar a experiência individual em saber coletivo. Quer dizer, em saber político (FOUCAULT. Estratégia Poder-Saber. In: Ditos e Escritos IV, 2003, p. 7).

Falar e escrever sobre prisões são atitudes controladas, quase interdidas. As notícias que chegam à sociedade, de um modo geral, por meio da imprensa, são restritas. Primeiro, porque o assunto é polêmico. Embates envolvendo os coordenadores do sistema, responsáveis pela organização dos presídios, e os detentos e seus familiares, que exigem uma estrutura física nas penitenciárias que ofereça condições satisfatórias de sobrevivência, parecem ser mais numerosos do que se suspeita, mas são conduzidos e resolvidos, na maioria dos casos, internamente, sob o argumento de que envolvem informações sigilosas. Escancará-las contribuiria para expor a situação caótica do sistema, que, em tese, deveria devolver ao meio social indivíduos readaptados a ele, mas, pelo contrário, “fabrica” novos criminosos. Relatar a rotina dos presídios, tomar contato com seu funcionamento, compreender os mecanismos utilizados para sua manutenção como aparelho punitivo é tarefa complexa dentro deste contexto.

Em 2006, por exemplo, o Estado de São Paulo assistiu estarrecido, a cenas de terror comandadas, segundo a Polícia, pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), grupo que consegue driblar a segurança e controlar o crime organizado de dentro dos presídios paulistas. Em anos anteriores, sequências de rebeliões já haviam cobrado melhores condições de sobrevivência nas penitenciárias, ameaçando a vida tanto dos que estão dentro das prisões como dos que enxergam o problema pelo lado de fora.

Quando as revoltas são deflagradas, percebe-se um grande interesse, principalmente da imprensa, pelo tema. Contudo, à exceção desses momentos, pouco se fala sobre a rotina das prisões. E, mesmo quando se fala, a voz dos presos pouco aparece ou não goza de credibilidade. O preconceito das comunidades em que as penitenciárias estão inseridas faz com que os presos sejam classificados como “bandidos” ou “marginais”, que não merecem a chance de tentar a reabilitação no meio social, após ganharem a liberdade. Por esse e outros impedimentos, iniciativas que, vez ou outra, tentam produzir melhorias no sistema prisional se rompem.

A dificuldade de abordar temas relacionados a prisões, porém, não é absoluta. A interdição não é total. Brechas no controle que o sistema busca exercer existem e é por elas que se torna possível trazer o tema à tona, inclusive à luz da ciência. No nosso caso específico, não mediremos esforços para uma análise discursiva. É por essas brechas que o discurso se ramifica, que pode sair de uma experiência individual e virar saber político, como nos propõe Foucault na epígrafe. Espera-se, assim, que o presente trabalho possa se constituir como uma dessas brechas.

Foucault, especialmente, em seus estudos sobre o modo de circulação dos discursos, analisou, dentre outras questões, as relacionadas às prisões e buscou legitimar o discurso daqueles que, até então, não tinham sua voz reconhecida na ciência: os detentos¹. Esta pesquisa se baseia não só no olhar de Foucault, como de outros pensadores que caracterizam manifestações que parecem triviais à ciência pragmática – no nosso caso, particularmente, cartas de detentas e ex-detentas – como objetos de estudo extremamente pertinentes dentre as ciências sociais e, especialmente, da linguagem, nas quais este trabalho está inserido. São eles: Michel Pêcheux, e seus estudos sobre o sujeito discursivo, ideologia, formações discursivas e memória, e Jacques Le Goff, com sua teoria sobre o documento científico. Teóricos estes que abordam, também, a intervenção do pesquisador, como analista desse tipo de material, no campo científico, particularmente no campo discursivo.

O ponto de partida deste estudo será um projeto que foi desenvolvido, entre março de 2004 e o início de 2007, na Penitenciária Feminina da cidade paulista de Ribeirão Preto, a 310 quilômetros de São Paulo. Preocupada com o alto número de ex-presidiárias que voltavam a praticar crimes, a diretoria daquele presídio implantou o Programa Liberdade Consciente, que consistia em promover dinâmicas de grupo, reuniões, diálogos, para que as presas, tão logo saíssem do presídio, conseguissem se readaptar à vida fora da prisão. Participavam do programa as detentas que estavam com pedidos de liberdade condicional ou de inserção no regime semi-aberto protocolados, aguardando a decisão do juiz.

Durante os encontros do Programa Liberdade Consciente, contavam com orientações de psicólogos e assistentes sociais, que buscavam abordar temas com as quais as presas teriam contato assim que fossem libertadas, como dificuldade financeira, problemas para arranjar trabalho, restabelecimento de laços familiares, discriminação, proximidade com as drogas e a possibilidade de reincidir na criminalidade. Uma das metas era mostrar que o

¹ Há diversos textos de Foucault sobre o modo como os discursos circulam tendo em vista a prisão, como *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões* (2002), *Microfísica do Poder* (1999a), *A verdade e as formas jurídicas* (1999b), *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão: um caso de parricídio do século XIX* (1988).

crime não compensa, independentemente das condições sócio-econômicas que as presas enfrentavam.

Como aquelas mulheres privadas da liberdade esperavam que a vida fosse recomeçar fora do presídio? Quais eram seus sonhos? Estas eram algumas das perguntas que os profissionais que coordenavam o programa faziam. E as presas respondiam, na maioria das vezes, escrevendo. Confeccionavam cartas, que eram entregues à diretoria da Penitenciária Feminina, em que constavam resumos das histórias pessoais de cada uma e relatos sobre a entrada para o tráfico de drogas ou outros delitos e sobre como desejavam levar a vida após o juiz lhes conceder a liberdade. Quando livres, as ex-detentas escreviam novas cartas, para informar aos coordenadores do Liberdade Consciente as facilidades e dificuldades encontradas no processo de readaptação ao meio social. As coordenadoras do programa guardavam os endereços das detentas que deixavam o presídio e, alguns meses depois, por meio de carta, pediam notícias. Na maioria dos casos, as ex-participantes do Liberdade Consciente respondiam, também por carta.

Todos os relatos, de detentas e ex-detentas, eram depositados numa pasta, para que fosse permitido, mesmo a distância, um acompanhamento da evolução de cada uma delas no processo de readaptação à sociedade. A diretoria da penitenciária mantinha, também, contatos com empresas que ofereciam trabalho a egressos do sistema prisional e com prefeituras de várias cidades, que colaboravam com a tarefa de recolocar as ex-detentas no mercado de trabalho. A iniciativa gerou resultados positivos, segundo a diretoria do presídio feminino de Ribeirão Preto e a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo. Nos dois primeiros anos de trabalho, os dados pareciam demonstrar que o Liberdade Consciente era eficiente. Levantamento divulgado em 2003 pela Fundação de Amparo ao Preso (FUNAP), ligada à Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo, apontou que 35% das detentas de todo o Estado eram reincidentes, ou seja, já haviam cumprido pena anteriormente. Dados bem diferentes dos observados na Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto, onde 212 mulheres foram atendidas pelo Programa Liberdade Consciente de março de 2004 a fevereiro de 2006 e somente três delas haviam reincidido no crime até o mês seguinte (março de 2006), segundo a diretoria do presídio.

A partir dessas observações é possível dizer que, de início, o Liberdade Consciente despontava como um programa modelo, para ser copiado por outros presídios, mas sua extinção, logo no começo de 2007, dificultou uma análise mais aprofundada sobre seus reais benefícios para a redução da criminalidade no Estado de São Paulo. Ajustes internos promovidos pelo governador eleito naquele ano, José Serra, como mudanças na

direção dos presídios e alterações específicas na Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto, fizeram com que esse trabalho de auxílio às detentas fosse suspenso. A Secretaria de Administração Penitenciária informou, no final de 2007, em nota à imprensa, que estava reorganizando a gestão dos presídios, mas que programas para tentar uma inclusão sem traumas de ex-detentas na sociedade continuariam a ser postos em prática, mesmo que não fossem nos moldes do Liberdade Consciente.

As primeiras informações sobre o programa desenvolvido na Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto chegaram até mim quando eu trabalhava nas Emissoras Pioneiras de Televisão (EPTV), afiliada da Rede Globo, em Ribeirão Preto. Sou formado em jornalismo e, em 2004, exercia o cargo de produtor do Jornal Regional 1ª edição, um dos noticiários da emissora. Na época, fui o autor do roteiro da reportagem sobre o programa implantado no presídio, que a emissora levou ao ar em dezembro daquele ano. Sete meses depois, fui contratado pela *Gazeta de Ribeirão*, jornal impresso que circula no município de Ribeirão Preto. Nas edições dos finais de semana, escrevia reportagens especiais, geralmente relacionadas a problemas sociais, culturais e ambientais, como violência, preservação do patrimônio histórico, acessibilidade e queimadas urbanas. Em março de 2006, ao ser convidado para abordar as penitenciárias, sugeri aprofundar, através do Programa Liberdade Consciente, o tema do universo feminino atrás das grades. Com autorização da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado e da então diretora de reabilitação da Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto, participei de uma das reuniões do programa e colhi os depoimentos de algumas detentas, que aceitaram conversar com a *Gazeta de Ribeirão* desde que não tivessem a identidade revelada. Por isso, os nomes usados na reportagem são fictícios, como os explicitados abaixo:

Uma delas é Marinete. Ela afirma que nasceu numa família de traficantes. A avó morreu presa. A mãe e a tia estão detidas. Um irmão foi libertado, mas outro acabou de entrar na penitenciária. “Desde os seis anos, eu ajudava minha família no tráfico. Só conheci o mundo das drogas. Meus pais não me mostraram um outro lado da vida”, comenta. Diferente dela, Suzana explica que vem de uma família estruturada, que nunca passou por dificuldades financeiras. “Meus pais me davam tudo o que eu queria. Não tinha motivos para entrar no tráfico. O problema era o meu vício. Comecei a fumar maconha com 11 anos”. Célia, que tem cinco filhos – todos sustentados por familiares –, alega que o tráfico foi a saída para a falta de dinheiro, após o fim do segundo casamento. “Eu via meus filhos chorando, sem ter o que comer. E com o tráfico, dava para conseguir um dinheiro fácil”, diz. Para Roberta, que é reincidente – foi presa pela primeira vez por roubo a uma loja de roupas e voltou quando foi pega em flagrante com maconha –, o preconceito enfrentado foi um dos fatores para que ela voltasse à penitenciária. (Trecho de reportagem publicada na *Gazeta de Ribeirão*, em 19 de março de 2006).

O Estado de São Paulo tinha, em 2006, ano do levantamento mais recente feito pela Secretaria Estadual de Administração Penitenciária, cerca de 140 mil presos, sendo nove mil do sexo feminino. Na Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto, no dia em que foi feita a reportagem para o jornal impresso, eram 314 detentas, 76% delas por envolvimento com o tráfico de drogas. Mas, segundo a diretora de reabilitação da época, quase todas tinham ligação com os entorpecentes. Ela afirmou, na reportagem, que as que não vendiam maconha, cocaína ou crack roubavam ou furtavam para alimentar o próprio vício.

Foi durante a entrevista com a diretora de então que tomei contato com uma das materialidades desta pesquisa: as cartas. A diretora me apresentou o pacote de cartas que continham escritos das presas durante os encontros do Programa Liberdade Consciente e também algumas que elas escreviam após saírem da prisão. Pedi, então, permissão para arquivar uma parte delas, para que pudessem amparar a elaboração de novas reportagens ou uma pesquisa futura mais ampla sobre o assunto. Nas cartas, as presas discursivizavam, entre outras coisas, o arrependimento e o desejo de abandonar o crime, a vontade de voltar a morar com a família, o objetivo de arrumar um emprego depois de saírem da prisão e suas pretensões em freqüentar, novamente, a escola, como poderá ser observado mais adiante.

QUESTÃO DE PESQUISA

De que modo podem ser legitimadas como objeto de estudo científico as cartas de presidiárias e ex-presidiárias, considerando-se a ótica dos estudos em Linguagens, Comunicação e Ciência?

METODOLOGIA

Inicialmente, eu tinha em mãos 24 cartas, das quais 18, consideradas as mais significativas dentro da proposta de estudo, formaram o *corpus* da pesquisa. Dez delas foram escritas por detentas e oito por ex-detentas da Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto, todas durante a vigência do Programa Liberdade Consciente.

Diante da questão de pesquisa, foi possível se amparar em teóricos dos estudos das linguagens, particularmente da Análise do Discurso de linha francesa, como Michel Foucault, no que se refere a seu entendimento sobre “Ciência e Saber”, Michel Pêcheux e sua compreensão sobre “sujeito” e Jacques Le Goff, nos seus escritos sobre “documento”.

O que interessa, adianta-se, para a Análise do Discurso, e, conseqüentemente, vai interessar para este trabalho, não é o indivíduo empírico, no caso, as detentas e ex-detentas, mas as manifestações materializadas na linguagem escrita das cartas, do sujeito do discurso, aquele que se inscreve em uma posição. É o dizer da posição-sujeito, portanto, que será analisado, bem como suas ligações com o poder, a ideologia, as formações discursivas e a memória, conceitos que serão abordados no decorrer do trabalho. Assim, as detentas e ex-detentas que participaram do Programa Liberdade Consciente e que se manifestaram por meio de carta não serão mais, a partir de agora, caracterizadas com descrições físicas, sociológicas ou psicológicas, mas como sujeitos a ocuparem lugares no discurso.

Recortes de cada uma das cartas selecionadas serão analisados e discutidos à luz dos teóricos acima, já que, com base em seus escritos, entende-se que seja possível contribuir, com a presente pesquisa, para a legitimação do estudo de cartas de detentas e ex-detentas, caracterizando-as como documentos científicos.

OBJETIVOS

Apresentam-se, a seguir, o objetivo geral e os objetivos específicos do presente trabalho:

Objetivo Geral

O objetivo geral da pesquisa é contribuir para promover, no campo científico, diálogos, conversas, discussões acerca dos saberes advindos de cartas de detentas e ex-detentas no campo científico, por meio do olhar do pesquisador e da análise de discursos que, historicamente, foram marginalizados, abafados pela ideologia e pelos poderes dominantes. Amparando-se em teóricos renomados, como Michel Foucault, Michel Pêcheux e Jacques Le Goff, que conferem legitimidade a estudos sobre saberes que emergem do confronto entre os sistemas de dominação e suas formas de resistência, busca-se fazer circular, dentro da universidade, informações colhidas no sistema prisional, e analisar de que modo podem ser legitimadas como objeto de estudo científico as cartas de detentas e ex-detentas, considerando-se a ótica dos estudos em Linguagens, Comunicação e Ciência.

Objetivos Específicos

Os objetivos específicos desta pesquisa são:

1º) Expor os principais conceitos da teoria da Análise do Discurso de linha francesa relacionados ao tema escolhido para o trabalho, com foco nas obras de Michel Foucault e Michel Pêcheux, além de teóricos que pesquisam a história, a memória e a caracterização de cartas como documentos, como Jacques Le Goff.

2º) Analisar, com base na teoria destes referidos estudiosos, o discurso das cartas escritas por detentas e ex-detentas durante a vigência do Programa Liberdade Consciente, da Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto, procurando observar as manifestações do sujeito discursivo, seus deslocamentos no âmbito da linguagem e como se posiciona a partir das influências que recebe do poder (representado pelo sistema prisional, por outras presas, pela sociedade externa à prisão, etc), da ideologia, das formações discursivas e da memória.

1 CIÊNCIA E SABER

Ao criar uma proposta de estudo dos discursos, embasada na arqueologia dos saberes, Foucault (1995) propõe que o pesquisador se distancie de uma análise puramente epistemológica. Ao contrário da epistemologia, que se caracteriza por considerar que o conhecimento e a verdade residem apenas no campo da ciência, a arqueologia diz que é possível produzir um novo tipo de História das Ciências, situando o estudo do homem no nível dos saberes, como explicitado por Machado (1998, p. 20):

Parece-nos mesmo que a riqueza do método arqueológico é ser um instrumento capaz de refletir sobre as ciências do homem enquanto saberes - investigando suas condições de existência através da análise do que dizem, como dizem e por que dizem - neutralizando a questão de sua cientificidade e escapando assim do desafio impossível da recorrência, sem, no entanto, abandonar a exigência de realizar uma análise conceitual capaz de estabelecer descontinuidades, não certamente epistemológicas, mas arqueológicas, isto é, situadas no nível dos saberes.

Considerando os saberes como componente intrínseco da proposta discursiva arqueológica, Foucault (1972, p. 17), em *A ordem do discurso*, argumenta que, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. Assim, há discursos que são considerados e viabilizados como verdadeiros, amparados por práticas e suportes institucionais que os legitimam, e outros que também “gostariam” de ser legitimados como verdadeiros, mas que são coibidos e, muitas vezes, nem aparecem ou são veiculados no meio social e científico. Devido a isso é que Foucault (1972, p.20) expõe que:

A razão disso é, talvez, esta: é que se o discurso [considerado] verdadeiro não é mais, com efeito, desde os gregos, aquele que responde ao desejo ou aquele que exerce o poder, na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, o que está em jogo, senão o desejo e o poder? (...) Assim, só aparece aos nossos olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal. E ignoramos, em contrapartida, a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade, lá justamente onde a verdade assume a tarefa de justificar a interdição e definir a loucura (...).

Neste contexto, Foucault observa os saberes por meio das práticas discursivas, que são os meios pelos quais se pode enunciar (falar/escrever). Uma carta escrita na prisão é considerada, portanto, uma prática discursiva. Segundo Foucault (1995, p. 206-207), essas

práticas deveriam, muitas vezes, ser inseridas e se tornarem imprescindíveis ao campo da ciência. Sob esse aspecto, o autor define saber como sendo

esse conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensáveis à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar (...). Um saber é aquilo que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um *status* científico (...); um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso (...); finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso (...). Há saberes que são independentes das ciências (que não são nem seu esboço histórico, nem o avesso vivido); mas não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma.

Foucault (1995, p. 207) explica, ainda, que, ao contrário das análises puramente epistemológicas, que percorrem o eixo “consciência-conhecimento-ciência”, a arqueologia do saber, que tem como eixo teórico procedimentos para analisar discursos, perfaz o caminho “prática discursiva-saber-ciência”. Com isso, o autor legitima as práticas discursivas advindas de outros saberes, que ainda são pouco estudados no campo da ciência, como os dos presidiários, dos pacientes psiquiátricos, dos homossexuais.

Sendo assim, se não for levada em conta a veiculação dos saberes e as relações de poder que determinam a dinâmica do funcionamento de uma sociedade, analisadas via discursos, há de se ter a crença ingênua de alguns de que a ciência estuda e consagra, apenas, a versão dos vencedores. Por isso, Foucault (1972) condena que a ciência aborde somente o discurso dos dominantes, porque, dessa forma, só apareceria a verdade que interessa a determinados grupos, ou o que o autor denomina como sendo “sociedade dos discursos”.

Em toda a sociedade, a produção do discurso é, ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu conhecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1972, p. 9).

Existem, portanto, outras verdades que derivam das vozes dos excluídos, mas que são abafadas, ocultadas, escondidas pelos poderes dominantes. Le Goff (1996, p. 541) chama a atenção para a necessidade de se evitar uma análise científica restritiva, que exclua alguns homens em detrimento de outros, quando diz que “o interesse da memória coletiva e da história já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens, os acontecimentos, a história que avança depressa, a história política, diplomática, militar. Interessa-se por todos os homens”. Em outro trecho, o mesmo teórico diz que essa é uma forma de contribuir para a

democratização da memória, em contraposição à construção de uma história objetiva e linear, produzida por aqueles que estão e querem se manter como dominantes. O autor (1996, p.477) afirma: “cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários de sua objetividade científica”.

Ao se referir aos mecanismos de dominação, Le Goff (1996, p. 426) concorda com Foucault, afirmando que quem detém o poder manipula a memória coletiva para que essa ordem discursiva seja mantida:

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Com base nisso, permite-se pensar que falar e escrever pouco, dentro do âmbito científico, sobre a rotina e o dia-a-dia dos presídios compõem meios de se evitar que o discurso dos detentos ganhe força diante dos poderes (e micropoderes) aos quais ele se submete, como os do Estado, os das próprias detentas, etc, pois a tentativa de se ordenar esses discursos visaria, também, a traçar um percurso de resgate da história e da memória desses sujeitos, no campo da ciência. Nesta direção, Le Goff (1996, p. 477) afirma que “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”.

Orlandi (1992) trabalha esta questão por meio do conceito do silêncio. Não apenas o silêncio que se caracteriza pela ausência de palavras ou sons, mas, também, o silêncio que garante o movimento dos sentidos. Segundo a autora (op. cit.), ao dizer ou escrever uma palavra, por exemplo, o sujeito não diz ou não escreve outra, promovendo, dessa forma, o apagamento (silenciamento) de outra. Quando uma é dita, outra é silenciada.

Para a autora (op. cit., p. 14), “há um sentido no silêncio”, de forma que estudá-lo é buscar entender o processo de silenciamento de alguns discursos em detrimento de outros.

Assim, quando dizemos que há silêncio nas palavras, estamos dizendo que: elas são atravessadas de silêncio; elas produzem silêncio; o silêncio fala por elas; elas silenciam. (...) As palavras são cheias de sentidos a não se dizer e, além disso, colocamos no silêncio muitas delas. (ORLANDI, 1992, p. 14).

Ao falar sobre silêncio e sua relação com as vozes sociais, Orlandi relaciona o silêncio com censura. Na mesma medida em que, ao dizer uma palavra, o sujeito silencia outra, as vozes que falam no discurso, determinadas pelas formações discursivas, enfrentam um processo de silenciamento.

Para entender formação discursiva, recorremos a Pêcheux (1995, p. 160), que a define, na obra *Semântica e Discurso*, como

aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc).

Com base neste conceito, os dizeres considerados perigosos, que poderiam ameaçar a hegemonia dos sentidos dominantes, são retirados de circulação pelos mecanismos de dominação. Um desses mecanismos é impedir que os sujeitos ocupem certas posições no discurso. “Como, no discurso, o sujeito e o sentido se constituem ao mesmo tempo, ao se proceder desse modo [proibir certas palavras para proibir certos sentidos] se proíbe ao sujeito ocupar certos ‘lugares’, ou melhor, proibem-se certas ‘posições’ do sujeito”. (ORLANDI, 1992, p. 78).

Ainda de acordo com Orlandi (op. cit.), a censura pode ser entendida como o impedimento de que um sujeito se inscreva em determinada formação discursiva. Isso afeta a identidade do sujeito, que não pode fazer parte da formação discursiva com que mais se identifica. De forma forçada, ele é levado a se inscrever em outra formação discursiva. Consequentemente, suas palavras mudam de sentido.

Toma-se como exemplo um sujeito-mulher-presidiária que esteve envolvido com o tráfico de drogas até ser preso. Ao participar de um programa de reintegração social na prisão, como o Liberdade Consciente, ele passa a fazer parte de uma outra formação discursiva, que aceita apenas indivíduos arrependidos e que pensem em não mais voltar ao crime. Estar inscrito nessa formação discursiva silencia sentidos relacionados ao crime. Mesmo que planeje reincidir na criminalidade após deixar o presídio, é mais provável que procure dizer a seus interlocutores de que as drogas fazem parte do passado, até mesmo para acelerar o processo de reinserção no meio social. Buscar convencer de que houve uma “conversão”, dentro da formação discursiva dos sujeitos que participam do programa, é menos doloroso do que resistir e buscar disseminar sentidos do crime dentro da mesma formação discursiva. Caso contrário, o sujeito seria, provavelmente, punido.

A censura, porém, segundo Orlandi (1992) não é eficaz ao extremo. Veremos mais adiante, em Pêcheux (1995), que a língua é difusa e os sentidos não podem ser controlados. Eles escapam a todo instante. E, se eles escapam, é no esforço do silenciamento, no esforço do “não dizer”, que o “dizer” pode emergir. É isso que faz da linguagem um jogo de deslocamentos, de mudanças, de dissimulações, de tentativas, às vezes descontroladas, de controlar o movimento dos sentidos. Em vão.

1.1 Cartas como documentos

Na obra *Ciência e Saber: a trajetória da arqueologia* de Michel Foucault, Roberto Machado (1988, p.14, grifo nosso), argumentando sobre o método arqueológico, diz que “uma característica fundamental da arqueologia é justamente a multiplicidade de suas definições; é a mobilidade de uma pesquisa que, não aceitando se fixar em cânones rígidos, é sempre instruída pelos *documentos pesquisados*”. Segundo esse ponto de vista, Le Goff (1996) explica que até a década de 60 do século passado, o termo “documento” era aplicado, exclusivamente, aos escritos oficiais, impostos por instituições como o Estado, a Igreja ou as Universidades. A partir desse período, houve o que ele chamou de “revolução documental”. Como resultado, o conceito passou por uma ampliação, conforme pode ser verificado na passagem abaixo:

Seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documentos, especializado para esse uso. [...]. Que historiador das religiões se contentaria em consultar os tratados de teologia ou as recolhas de hinos? Ele sabe bem que sobre as crenças e as sensibilidades mortas, as imagens pintadas ou esculpidas nas paredes dos santuários, a disposição e o mobiliário das tumbas, têm pelo menos tanto para lhe dizer quanto muitos escritos (BLOCH, M. *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*. Paris: Colin, 1949, apud LE GOFF, 1996, p. 540).

Samaran (1961, p. 190) reafirma esse argumento. “Não há história sem documentos. (...) Há que tomar a palavra ‘documento’ no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou de qualquer outra maneira”. O estudo dos documentos, segundo Le Goff, é, porém, um constante desafio. As condições em que foram produzidos podem comprometer a veracidade que deles se espera. O autor diz que todo documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro e mentiroso. Verdadeiro porque é concreto e pode ser encarado como a prova da produção de conhecimento de uma determinada época. E mentiroso porque é fruto de relações de poder, que podem manipulá-lo. Como foi visto no

item anterior, o próprio silenciamento de alguns sentidos podem manipular o documento. Diante disso, seria ingênuo pensar, por exemplo, que as cartas escritas por detentas e ex-detentas da Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto e que são objeto de estudo da presente pesquisa contêm relatos isentos das condições em que foram produzidas, como o fato de participarem de um programa de reintegração promovido pelo próprio Estado, escreverem cartas direcionadas a representantes do Estado, no caso os coordenadores do Programa Liberdade Consciente, entre outros. Se o interlocutor estivesse na família das presas, por exemplo, o dizer poderia ser diferente.

A partir disso, analisar a posição-sujeito e as condições de produção de cartas de detentas e ex-detentas na Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto seria uma forma de contribuir para “desvestir” uma roupagem, a de que essas cartas seriam simples relatos do cotidiano, e procurar extrair delas pistas, indícios sobre as relações de poder – das presas com o sistema, com outras presas, com funcionários do presídio, com a sociedade externa à prisão, etc – que resultaram em sua escrita dentro do presídio, num primeiro momento, e, posteriormente, fora dele.

É função do pesquisador “escavar” – um procedimento típico do método arqueológico de Foucault – as condições de produção dessas cartas, no caso específico desta pesquisa, questionando a crença de que a verdade reside apenas em alguns discursos, como, por exemplo, o do Estado ou os científicos tais quais eram vistos até a década de 60. Tendo em conta que o fato de que todo documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro e falso, torna-se fundamental analisar suas condições de produção e demonstrar em que medida ele é um instrumento de poder.

Le Goff (1996) divide os materiais produzidos pela memória em dois tipos: os monumentos, que, segundo ele, são o conjunto de heranças deixadas pelos antepassados e refletem uma preocupação das sociedades antigas em transmitir às gerações atuais certas imagens do passado e não outras, e os documentos, definidos como os elementos desse conjunto de monumentos que são escolhidos pelo pesquisador para o estudo que se propõe a fazer. Abaixo, destaca-se um trecho do autor em que ele faz recomendações sobre a pesquisa com documentos como monumentos:

No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador [ou o pesquisador] não fazer o papel de ingênuo. Os medievalistas, que tanto trabalharam para construir uma crítica – sempre útil, decerto – do falso, devem superar esta problemática, porque qualquer documento é, ao mesmo tempo verdadeiro – incluindo talvez sobretudo os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É

preciso começar por desmontar, demolir essa montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos (LE GOFF, 1996, p. 548).

Ainda segundo Le Goff (op. cit., p. 548), um dos fatores fundamentais para o estudo de documentos é não isolá-los “do conjunto de monumentos de que fazem parte”. Eles não devem ser analisados sozinhos, em si, descontextualizados, por exemplo, da época e do local em que foram produzidos.

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias (LE GOFF, 1996, p. 547).

Segundo Le Goff (1996, p. 545), só a análise dos documentos enquanto monumentos “permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa”.

1.2 As cartas como operador de saberes

Cabe perguntar: será que cartas de sujeitos, na posição de detentas e ex-detentas, podem se configurar, então, como documentos, passíveis de estudo no campo da ciência? A legitimidade de um tema de pesquisa, para Foucault, se justifica pela abordagem teórica, analítica e a repercussão do bem social por ela propiciada, e nesse sentido, recorre-se a esse autor, pois ele embasa e confere sustentação a pesquisas do tipo, como esta. Foucault (2000, p.11) explicita que é preciso “quebrar as barreiras do silêncio sobre o assunto prisões”, expor e discutir suas características. Para o autor, o presídio é um mecanismo de repressão social, como exposto no trecho abaixo, em uma entrevista de Foucault concedida a C. Angeli (2000, p.11):

Faça o balanço. O condenado a seis meses ou a dois anos de prisão não tem – por assim dizer – mais nenhum direito. Cidadão, ele está nu diante da justiça. Prisioneiro, ele não pode fazer admitir o que lhe resta de direitos. Trabalhador, ele é superexplorado; raramente tem a possibilidade de estudar. Homem ou mulher, ele não dispõe de nenhum direito concernente à sua sexualidade.

Junta-se a isso a realidade do sistema prisional brasileiro, caracterizada na obra *A Prisão*, do advogado criminalista Luís Fernando Carvalho Filho. Ele afirma (2002, p.10), nesse texto, que “as prisões brasileiras são insalubres, corrompidas, superlotadas, esquecidas. A maioria de seus habitantes não exerce o direito de defesa. Milhares de condenados cumprem pena em locais impróprios”. Ele argumenta, também, que a imagem do Brasil no exterior vem ficando arraigada em função das péssimas condições dos presídios.

A imagem do país no exterior se deteriora: entidades internacionais de defesa dos direitos humanos têm sistematicamente condenado as terríveis condições de vida dos presídios brasileiros. O sistema é visto como um rastilho de pólvora e fator de incentivo à violência. Não só pela desumanidade medieval que patrocina, mas pela absoluta ausência de interesse político em relação ao que acontece em seu interior (CARVALHO FILHO, 2002, p.13).

Diante disso, eu que também me insiro como voz no processo de inclusão do discurso das presas abordei anteriormente, em trabalhos midiáticos – escritos e televisivos² –, os relatos das cartas escritas durante a vigência do Programa Liberdade Consciente. E, agora, encontrando consonância teórica nas vozes de cientistas renomados como Foucault, Pêcheux e Le Goff, busco inserir esses discursos também no campo da ciência.

² Foram produzidas reportagens a respeito desse assunto em 2005, nas Emissoras Pioneiras de Televisão (EPTV), afiliada Rede Globo, e em 2006, no jornal impresso *Gazeta de Ribeirão*, buscando-se, já nessas épocas, “quebrar a barreira do silêncio” sobre o tema.

2 A NOÇÃO DE SUJEITO

A partir de agora, em que o estudo de manifestações de saber, como cartas escritas na e fora da prisão está amparado nas vozes de autores como Foucault (1972, 1995, 2000), Pêcheux (1995), Le Goff (1996) e Orlandi (1992), partiremos para a abordagem sobre a noção de sujeito na Análise do Discurso, condição primordial para a proposta deste trabalho e que vai embasar a análise das cartas recolhidas na Penitenciária Feminina do município de Ribeirão Preto. Procuraremos definir a noção de sujeito tanto para Foucault quanto para Pêcheux, os teóricos que constituem os principais olhares pelos quais será feita a análise das cartas.

2.1 Sujeito e poder em Foucault

No capítulo anterior, pudemos observar os documentos como construções históricas, determinados por relações de poder. Mas, na introdução da obra de Foucault *Microfísica do Poder* (1999a, p.20), Roberto Machado lembra que não só os documentos são frutos das relações de poder, como também os próprios indivíduos, os produtores – e sujeitos – dos documentos. “Em suma, o poder disciplinar não destrói o indivíduo; ao contrário, ele o fabrica. O indivíduo não é um outro do poder, realidade exterior que é por ele anulado; é um de seus mais importantes efeitos”.

Fonseca (2003), estudioso da teoria de Foucault, explica que o indivíduo moderno é constituído sob duas formas: objeto e sujeito. Foucault se dedica a demonstrar que as práticas discursivas dentro de nossa cultura transformam o indivíduo tanto em uma quanto em outra. Objeto, no caso, do poder, porque tende a se tornar, por meio do controle exercido pelos poderes, “doce e útil para o sistema”. E sujeito porque designa “o indivíduo preso a uma identidade que reconhece como sua, assim constituído a partir dos processos de subjetivação. Esses processos, justapostos aos processos de objetivação, explicitam por completo a identidade do indivíduo: objeto doce-e-útil e sujeito” (FONSECA, 2003, p. 26).

Quando enuncia, o indivíduo se constitui como sujeito discursivo e traz para o texto essas duas características, de forma que os mecanismos de objetivação se cruzam com os de subjetivação. Assim, a característica de ser objeto doce e útil não foge à constituição do sujeito do discurso. O sujeito discursivo, que fala, que escreve, é constituído, então, do sujeito enquanto indivíduo preso a uma identidade com o objeto, ou seja, no caso, de indivíduo que se caracteriza como doce e útil ao sistema.

Para Foucault (1999a), as relações de poder que constituem o sujeito discursivo podem ser encaradas, também, como relações de força. Segundo o autor, o poder não existe em si, já que não é algo palpável, concreto. O que existem, diz Foucault (1999a), são feixes de relações de força ou poder. Esse conjunto de múltiplos feixes, que se exercem em todas as esferas sociais, forma o que ele chama de *microfísica do poder*. Neste contexto, as relações de poder se configuram como produtos das práticas discursivas e, por isso, o poder mais se exerce do que se possui. Foucault afirma ainda que as relações de poder devem ser pensadas sob o confronto das estratégias de poder/resistência; para ele, é nas formas de resistência que é possível analisar de que forma o poder é exercido e que tipos de saberes ele gera. De acordo com Fonseca (2003), algumas dessas oposições poder/resistência poderiam ser representadas pelo poder do homem sobre a mulher, dos pais sobre os filhos, dos psiquiatras sobre os seus pacientes, da medicina sobre a população, etc, além do sistema prisional sobre seus moradores.

Muito mais do que incidir sobre uma instituição, uma classe ou um grupo, tais oposições afetam uma forma particular de poder que tem o seu exercício voltado para a vida cotidiana dos indivíduos, na medida em que os classifica em categorias, os designa por sua individualidade própria, lhe fixa a sua identidade, lhe impõe uma lei de verdade que lhes é necessário reconhecer e que os outros devem reconhecer neles (FONSECA, 2003, p. 29).

Foucault (1999a) argumenta, porém, que as relações de poder não se caracterizam por formas de repressão, mas pela produção de ideias, palavras e ações. Dito de outra forma: por meio da circulação de um saber. Os mecanismos de controle não estão preocupados em inibir, restringir, obrigar a calar, mas em fazer falar, de modo que o saber colocado em circulação pelo poder seja expandido, espalhado, difundido entre os sujeitos do discurso. É a produção de sentidos, palavras e atos a partir do saber circulante que garante que o poder seja ramificado e consolidado. Esse processo é camuflado em dois fatores: o código jurídico, que garante uma legitimidade das formas de controle do discurso, e a disciplina, que organiza a assimilação e difusão do discurso pelos indivíduos enquanto objetos doces e úteis, fatores fundamentais para a constituição do sujeito do discurso. De acordo com Foucault (1999a), não há exercício do poder sem a constituição de um campo de saber. E a recíproca é verdadeira, visto que não há a constituição de um campo de saber sem o exercício do poder. Em *Microfísica do Poder* (1999a), Foucault entende que as relações de poder ficam ainda mais acentuadas quando se analisam as prisões, como reforçado por Guerra (2006, p. 205):

Ao contrário da escuridão das masmorras ou da punição exemplar transformada em espetáculo – o corpo do supliciado diante do corpo do rei, na presença da população – o poder disciplinar projeta luz sobre cada condenado, baseando-se na visibilidade, na regulamentação minuciosa do tempo e na localização precisa dos corpos no espaço, o que possibilita o controle, o registro e o acúmulo de saber sobre os indivíduos vigiados, tornados dóceis e úteis à sociedade.

Uma das maneiras de se exercer o poder nas penitenciárias, e que foi estudada por Foucault (2002), é por meio do *panoptismo*, que consiste, em linhas gerais, em manter a disciplina - definida por ele como o processo técnico unitário pelo qual a força do corpo é com o mínimo ônus reduzida como força política e maximizada como força útil -, através da observação constante dos encarcerados, uma vigilância a todo o tempo controlada. Para o autor, o panóptico

é um tipo de implantação dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos em relação mútua, de organização hierárquica, de disposição dos centros e dos canais de poder, de definição de seus instrumentos e de modos de intervenção, que se podem utilizar nos hospitais, nas oficinas, nas escolas, nas prisões. Cada vez que se tratar de uma multiplicidade de indivíduos a que se deve impor uma tarefa ou um comportamento, o esquema panóptico poderá ser utilizado (FOUCAULT, 2002, p. 170).

Com a imposição de tarefas ou comportamentos, a prisão se apresenta como um sistema educador, que promove o aprendizado e permite aos indivíduos uma volta estruturada ao meio social. Pode-se afirmar, a partir disso, que o sistema carcerário atual se aproxima muito dos conceitos estabelecidos pelo estudo do *panoptismo* e caracterizar as penitenciárias, de acordo com o pensamento de Foucault, como um laboratório de poder, onde os mecanismos de observação interferem diretamente no sujeito, podendo, inclusive, alterar comportamentos, temporariamente ou até definitivamente. Como essas relações de poder produzem saberes e vice-versa, o estudo desses saberes, como cartas escritas na prisão, permite investigar os mecanismos utilizados para a manutenção do poder e as relações de força que este processo implica.

2.2 Sujeito, ideologia e formações discursivas em Pêcheux

Se, por um lado, Foucault trata o sujeito discursivo dentro da relação saber/poder, como acabamos de descrever, Michel Pêcheux (1995) trabalha numa perspectiva um pouco diferente: a de uma posição discursiva em que o sujeito é interpelado pela ideologia. É necessário mencionar, de antemão, que o autor situa o sujeito entre três

categorias de análise: a língua, o inconsciente e a história. Está submetido à língua porque, para enunciar, é necessário que siga as regras de composição dos textos e porque se dá a conhecer apenas na linguagem. O enunciado “O leão está na jaula”, por exemplo, não poderia ser dito “Leão o jaula na está”. Há uma ordem dos componentes da língua, uma estrutura no sistema que deve ser obedecida ao/para enunciar.

Pêcheux (1995) também afirma que o sujeito, influenciado pelo inconsciente, não controla tudo o que diz e que instala atos falhos, lapsos, “deslizes” no seu dizer, que indicam os movimentos deslizantes do próprio sujeito da/na língua. O sujeito é, ainda segundo o teórico, constituído historicamente, já que, segundo ele, os sentidos das palavras e expressões mudam de uma época para outra, de acordo com a transformação das práticas materiais (modo e relações de produção), como será observado mais adiante. Para efeito desta pesquisa, irei me ater, principalmente, à questão da constituição ideológica do sujeito, que contempla as categorias da língua e da história, vertente que as análises discursivas das cartas recolhidas na Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto apontaram. Nessa perspectiva, segundo Pêcheux (1995), o sujeito é constituído no âmbito das formações ideológicas e discursivas.

Segundo o autor, um aspecto importante da formação ideológica é que ela captura o sujeito à revelia de sua vontade, interpelando-o em um determinado lugar e naturalizando os sentidos para ele. Esse processo dá-se a conhecer segundo as relações de produção que se transformam com o decorrer do tempo, em função da atuação dos sujeitos na luta de classes. Esta característica e o fato de variar de grupo para grupo fazem com que esta ideologia seja trabalhada por Pêcheux (1995), em vários momentos, com o uso do termo no plural: “ideologias”. Mas o autor define, também, uma segunda ideologia, que, para ele, só existe no singular e é a-histórica. Para Pêcheux, trata-se de um mecanismo de interpelação dos indivíduos em sujeitos. Na mesma obra citada, esta segunda ideologia carrega, segundo Pêcheux, o sentido de “toda ideologia” (1995, p. 149). É o que leva o sujeito a acreditar, ter a ilusão de que é senhor de seu discurso, fonte do seu dizer, que é livre para enunciar (falar/escrever) o que quer e como quer, dando às palavras o sentido que deseja, e, além disso, faz o sujeito se ancorar em uma região de sentidos e não em outra.

Para o autor (1995), porém, linguagem e sentido não são transparentes. São opacos e difusos. Assim, o sujeito não controla os efeitos do que enuncia. A todo momento, o sentido “escapa”, podendo um enunciado provocar efeitos totalmente diferentes do esperado. A explicação para isso, de acordo com Pêcheux, é que as palavras, expressões, proposições

não trazem o sentido “em si”, visto que o sentido não está inscrito na língua e depende das posições ideológicas sustentadas por aqueles que as empregam.

Para explicitar melhor essa questão, voltamos ao conceito de formação discursiva (FD), que pode ser entendida, em outras palavras, como a dinâmica de funcionamento de uma sociedade ou grupo que permite ao indivíduo ocupar um lugar social (que pode ser o de um médico, o de um professor, o de Presidente da República, o de um jogador de futebol, o de um chefe do tráfico, o de um morador da favela, o de um ganhador de um bom salário, o de um diretor de um clube, o de um presidiário, etc). Esses lugares sociais trazem “adesivadas” consigo atribuições consolidadas historicamente que devem ser cumpridas para que se reconheça o exercício de uma função como satisfatório. Assim, espera-se de um médico, por exemplo, que seja dele a versão final sobre o diagnóstico de determinada doença, além do que suas opiniões sobre aspectos relacionados ao corpo humano gozam de maior credibilidade do que se fossem dadas por um advogado ou um matemático.

De um presidiário, a expectativa é outra. Pode ser, por exemplo, que ele se arrependa do delito que cometeu, apague sua ligação com o crime e demonstre que mudou suas metas de vida. Nesse caso, pelo fato de haver se desviado de condutas consideradas legítimas pelo grupo do qual fazia parte, o que culminou na sua prisão, o detento não goza de credibilidade semelhante à do médico para colocar seu discurso em circulação. O que determina essas atribuições dos lugares sociais, segundo Pêcheux, são as formações ideológicas. Elas é que determinam o que pensar em um determinado grupo e definem quem pode enunciar, de onde enunciar, por que enunciar e como enunciar. A inserção numa formação ideológica se dá quando o indivíduo interpelado em sujeito identifica-se com determinados saberes, dizeres e poderes. Como as formações ideológicas determinam as formações discursivas, o indivíduo passa a enunciar de uma posição no discurso, não ocupando mais o lugar de indivíduo, de sujeito empírico, mas de sujeito discursivo. “O sujeito é, desde sempre, ‘um indivíduo interpelado em sujeito’”, escreve Pêcheux (1995, p.155). Assim, seu lugar social e sua posição no discurso ficam intimamente ligados, já que um determina o outro. Ao falar de um determinado lugar social, o sujeito é constituído e fisgado pela ideologia e isso acaba se tornando também constitutivo do discurso. Da mesma forma, é pela prática discursiva e sua legitimação histórica que se consolida o lugar social. Só há prática, portanto, “através de e sob *uma* ideologia” (PÊCHEUX, 1995, p. 149). E “só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos” (op.cit., 149). O sujeito, portanto, não pode ser anterior a uma ideologia.

Ao fazer parte de uma formação discursiva, o sujeito se reveste do que Pêcheux denomina forma-sujeito, ou seja, é interpelado em sujeito e reconhece o que pode e deve ser dito (e também o que não pode e não deve ser dito) a partir da posição que assumiu no discurso. A forma-sujeito pode ocupar diferentes posições no discurso, ou, segundo Pêcheux (1995), posições-sujeito. Um jornalista que seja articulista de um jornal e escreva sobre saúde, por exemplo, pode declarar adesão ao discurso da Igreja Católica de que o aborto é crime, mas, no mesmo artigo, concordar com os médicos quando, em caso de estupro ou risco de morte para a mãe, o feto seja retirado. Isso é determinante para a constituição dos sentidos e da consolidação do lugar social, como já foi abordado. Para um jornalista, torna-se legítimo escrever desse modo, porque seu lugar social está consolidado historicamente, como o de um profissional imparcial, que traz à tona opiniões e vozes dissonantes, que ouve os dois lados antes de se expressar, o que o inscreve na formação discursiva da imprensa. Para um padre, filiar-se ao discurso da Medicina já seria impossível, a menos que estivesse preparado para suportar a reação de outros membros da Igreja aos sentidos que provavelmente seriam produzidos a partir da sua fala. Uma reação que seria de recriminar o apoio ao aborto, mesmo nos casos de estupro e risco de morte para a mãe.

Percebe-se, portanto, que o sujeito, quando enuncia, fica “preso” à formação discursiva – não necessariamente à mesma sempre, já que pode haver migração de uma formação discursiva para outra. Mas, segundo Pêcheux (1995), ele não percebe essa falta de liberdade para se expressar. Pelo contrário. O autor explica que a filiação a uma formação discursiva produz no sujeito a ilusão de uma autonomia, de modo que ele acredite que funciona “por si mesmo”. Isso ocorre, na visão de Pêcheux, porque o mecanismo da interpelação dissimula que o sujeito, na verdade, está inscrito na língua e na história. Com a interpelação, há o apagamento da constituição do sujeito dentro de um processo – o indivíduo tem a impressão de que é *sempre-já-sujeito* e recebe como evidentes os sentidos do que ouve e diz, lê ou escreve. Por isso, os sentidos produzidos com o uso de certas palavras e expressões parecem naturais, como se existissem de forma independente dos usos sociais que já tiveram. Os sentidos não são reconhecidos como produtos de um momento histórico, como uma construção ideológica. Ao emergir pelo texto, uma palavra ou uma expressão carrega todos os sentidos que já lhe foram atribuídos anteriormente. É a ideologia que irá determinar qual/quais sentido(s) será(ão) predominante(s) em determinado grupo.

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e

que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos de *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados. (PÊCHEUX, 1995, p. 160)

A ilusão de autonomia ao enunciar confere ao sujeito uma sensação de poder, o que o faz achar que pode falar o que quer e como quer. E, ao ser dotado desse poder, se esquece que é ideologicamente assujeitado. Orlandi (1999) explica que esse assujeitamento se dá porque o sujeito, para ser sujeito, deve, necessariamente, se submeter a uma língua. E a língua, por sua vez, precisa se inscrever na história para significar. “Podemos dizer, então, que a condição inalienável para a subjetividade é a língua, a história e o mecanismo ideológico pelo qual o sujeito se constitui” (ORLANDI, 1999, p. 61).

Nesse processo, o sujeito, segundo Pêcheux (1995), é afetado por dois esquecimentos. Ele esquece que não é senhor do seu discurso (que não é fonte de seu dizer) e também que não é livre para dizer o que quer e como quer. Esquecendo-se daquilo que o determina, se esquece, também, que é subordinado à ideologia. Os escritos de Pêcheux, além de serem, segundo o autor, uma tentativa de construir uma teoria materialista do discurso (baseada na transformação das práticas materiais e, conseqüentemente, das discursivas), constituem uma crítica ao Idealismo, movimento que acreditava que os sujeitos tinham o poder de determinar os sentidos como bem entendessem, que os sentidos não dependiam de uma conjuntura. Para Pêcheux (1995, p. 91),

o sistema da *língua* é, de fato, o mesmo para o materialista e o idealista, para o revolucionário e o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo *discurso*: a língua se apresenta, assim, como a *base* comum de *processos* discursivos diferentes, que estão compreendidos nela na medida em que (...) os processos ideológicos simulam os processos científicos.

É, portanto, segundo o autor, sobre a base das leis internas da língua que se desenvolvem os processos discursivos, “e não enquanto expressão de um puro pensamento, de pura atividade cognitiva, etc., que utilizaria ‘acidentalmente’ os sistemas lingüísticos” (op. cit., p. 91). Neste contexto, diz ele que a língua pode ser indiferente à luta de classes, mas a luta de classes nunca será indiferente à língua, pois é por meio da língua que “*todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes*”. (1995, p. 92).

A classe dominante, segundo Pêcheux (1995), perpetua sua dominação através de práticas de exploração, utilizando-se de dois tipos de aparelhos: os repressivos de Estado (Polícia, Justiça e aí se pode incluir o sistema prisional) e os ideológicos de Estado (a Escola,

a Família, a Universidade e a Igreja são exemplos). Pêcheux explica, com base na teoria de Althusser (2007), que os aparelhos repressivos e ideológicos de Estado não são “*expressão* da ideologia dominante”, mas os meios pelas quais é possível expandir os tentáculos da ideologia, de sua dominação. “É pela instalação dos aparelhos ideológicos do Estado, nos quais essa ideologia é realizada e se realiza, que ela se torna dominante” (PÊCHEUX, 1995, p. 145). Mas o autor faz uma ressalva. Segundo ele, os aparelhos ideológicos de Estado não são apenas “máquinas ideológicas que reproduzem, pura e simplesmente, as relações de produção existentes” (op. cit., p. 145). Para Pêcheux, os aparelhos ideológicos configuram-se como um palco da luta de classes e, dessa forma, acabam constituindo “simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção” (op. cit., p. 145). Este aspecto, de acordo com o autor, produz na classe dominante um esforço, nesse movimento de transformação das relações de produção, para impor/fazer emergir novos mecanismos de *desigualdade-subordinação*, que passarão a integrar as formações ideológicas/discursivas dominantes.

Pêcheux (1995) acreditava que esse processo característico da luta de classes, a saber – práticas de resistência ao discurso dominante, que resultam em novos mecanismos de dominação, que resultam em novas práticas de resistência –, permanece até que haja uma ruptura nas estruturas sociais e o consequente desaparecimento da classe dominante. Haverá a emergência de uma outra classe, que era dominada e agora passa a ser dominante, e assim por diante. Mas, para que se promova essa ruptura, é necessário que os discursos de resistência aos sistemas opressores circulem com mais frequência e velocidade, recrutando novos sujeitos, inclusive no campo da ciência.

Na verdade, todo “ponto de vista” é o ponto de vista de um sujeito: uma ciência não poderia, pois, ser um ponto de vista sobre o real, uma visão ou uma construção que representasse o real (um “modelo” do real): uma ciência é o real sob a modalidade-pensada, de modo que o real de que tratam as ciências não é senão o real que produz o concreto-figurado que se impõe ao sujeito na necessidade “cega” da ideologia (PÊCHEUX, 1995, p. 179).

Dentro dessa perspectiva, salienta-se a concepção de um novo olhar da e sobre a ciência. Uma ciência que lança luz sobre as formas de resistência que emergem frente aos sistemas de dominação. Neste sentido, segundo Pêcheux, ainda no mesmo segmento textual, é possível revelar aspectos que desvelariam outros olhares para a própria ciência, que foi construída sob a égide de verdades absolutas, pois observa também o ponto de vista de outros sujeitos, os menos favorecidos, também discursivamente.

Considerando esses aspectos, é missão do próprio pesquisador virar seus holofotes para os discursos que, historicamente, foram ocultados, abafados, silenciados, porque não interessavam à ideologia dominante ou ameaçavam sua hegemonia, como já foi mencionado anteriormente em Orlandi (1992). Se os presos, os loucos, os negros, os homossexuais estão, de alguma forma, impossibilitados de se revelarem, via discursos, que o pesquisador possa, então, ser essa voz que observe esses discursos, tendo em vista a construção de uma ciência que não seja estanque e que não ofereça um caráter unilateral. Que o pesquisador seja o mediador de iniciativas acadêmicas direcionadas a compreender, a fazer circular, dentro da universidade, sentidos construídos, também, no sistema prisional.

2.2.1 Sujeito e memória

A partir disso, é possível afirmar que a ideologia naturaliza um sentido para o sujeito, fazendo parecer evidente que ele mobilize certas regiões do interdiscurso e apague outras. Para discutir a questão, Pêcheux (1999) traça boa parte de sua teoria a partir da memória discursiva, definida por ele como “aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível” (PÊCHEUX, 1999, p. 52). Diante disso, pode-se extrair que a memória discursiva, também denominada por Pêcheux como interdiscurso, seria todo o conjunto de informações/conhecimento adquirido por um indivíduo ao longo de sua vida e que permite o acesso ao discurso. Se um texto traz, por exemplo, a sigla ABL e o seu leitor não tem acesso ao interdiscurso, não conhece o que essas três letras juntas representam, terá perdas na interpretação em relação a alguém que sabe que ABL é a sigla de Academia Brasileira de Letras. Os sentidos de um texto são produzidos, portanto, a partir de uma memória discursiva. Quanto mais “recheada” for essa memória, maior será a chance de compreender os sentidos que circulam dentro de uma classe social e de produzir outros sentidos, que rompam com os dominantes. É preciso reconhecer-se como sujeito constituído dentro das formações ideológicas, que manipulam a memória, para tentar se desvencilhar dos mecanismos que controlam os discursos. Mesmo para romper, portanto, é condição fundamental que haja filiação à memória.

Para Pêcheux (1999), a memória não é linear. Ela se configura como espécie de rede, com ramificações que permitem ao sujeito filiar-se a/em determinados pontos e enunciar a partir deles. Esses pontos da rede carregam consigo sentidos que, como vimos, parecem

evidentes dentro de determinada formação discursiva. Ao enunciar, o sujeito retoma, então, termos e expressões com sentidos já conhecidos. São os chamados *já-ditos*. Ao retomá-los, o sujeito os ressignifica sob as condições da formação discursiva da qual fala. Todo enunciado, segundo Pêcheux (1999), é, portanto, um conjunto de *já-ditos* ou *pré-construídos*. Do contrário, o interlocutor não conseguiria interpretar o enunciado. Ao ressignificar os sentidos, o sujeito pode ter sua fala tomada, citada por outro. É dessa forma que a teia de memória cresce, num movimento contínuo, determinando a evolução histórica. A toda hora, sentidos são retomados, esquecidos, ressignificados, em diversos pontos dessa teia, o que, para o autor, dá à memória um efeito de “um espaço móvel de divisões, disjunções, de deslocamentos e retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 1999, p. 56).

Nesse espaço de embates, há um esforço da ideologia dominante em construir memórias discursivas com conteúdos parecidos, reforçando o conjunto de dizeres possíveis e os sentidos que podem circular. O esforço é na direção de manter o controle sobre a memória coletiva, caracterizada como o conjunto de memórias discursivas dos sujeitos, e evitar que venham à tona discursos considerados perigosos, que poderiam “ameaçar” a sua hegemonia. Por isso, esses discursos são censurados, abafados, silenciados não se ramificam tanto e tão rapidamente como os discursos aceitos socialmente como corretos. Orlandi (1999, p. 65) lembra, porém, que a memória, como é fragmentada, tem falhas. E se a memória tem falhas, a ideologia também é um ritual sujeito a equívocos. É nessas falhas, nesses equívocos, no meio de um movimento de *já-ditos*, que “pode irromper o novo, o irrealizado”. A autora afirma, também, que não é pelo fato de que alguns discursos são silenciados que eles desaparecem. Eles permanecem inscritos na rede de memória, bastando que seja retomado para que se ramifique. E é justamente o que esta pesquisa procurará fazer, a partir de agora, com a análise das cartas escritas por detentas e ex-detentas da Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto.

3 ANÁLISE DISCURSIVA DAS CARTAS

Como já foi antecipado, serão analisadas 18 cartas. Dez de sujeitos que estavam inscritos no interior da Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto e oito de sujeitos que já haviam passado pela prisão. Os sujeitos serão identificados com um S maiúsculo. Dessa forma, o sujeito da primeira carta será chamado de S1, o da segunda de S2 e assim por diante. Os nomes de familiares e de pessoas citadas nos relatos foram apagados, bem como os de representantes do sistema prisional. Será mantida, apenas, a letra inicial de cada nome, tendo em vista a preservação de sua identificação. Apresentaremos primeiramente a carta e, depois, a análise das marcas linguísticas que nos remetem a um determinado funcionamento discursivo, ressaltando os movimentos do sujeito, as relações de poder e dizer manifestos nestes documentos, além do jogo da memória discursiva e sua atualização, ora para repetir os sentidos tidos como evidentes, ora para a ruptura dos mesmos.

Para a análise dessas cartas, iremos nos ater em apenas um ponto da imensa rede de fios que constituem o discurso. Uma infinidade de possibilidades de olhares habita o entorno de nosso objeto de estudo, mas que não foi abordada por nós, minhas orientadoras e eu. Ao mesmo tempo, o nosso olhar pode abrir outra série de possibilidades, outros fios que farão aumentar a rede da memória discursiva. Como nos filiamos num desses fios, esperamos que outros pesquisadores – ou nós mesmos, ao continuarmos esta pesquisa num futuro breve – contribuam para ampliar, na múltipla e complexa teia discursiva, os fios que trazem à tona, no campo científico, as vozes dos excluídos sociais, como as das detentas e ex-detentas, contribuindo, dessa forma, para que as barreiras do silêncio sobre o tema quebrem aos poucos.

Como foi proposto por Foucault (2003), logo no início da introdução do presente trabalho, é preciso fazer circular informações sobre o sistema prisional de indivíduo para indivíduo, de grupo para grupo, fazendo ricochetear a experiência individual, de modo que ela se transforme em saber coletivo. Amparados neste e em outros renomados teóricos, que buscaram demonstrar que falas/escritas consagradas como corretas na sociedade capitalista foram produtos de práticas discursivas, permeadas pelo poder e ideologia dominantes, e, justamente por isso, tornaram-se respeitadas, é permitido a nós, como pesquisadores que somos, legitimados pela universidade, que ao longo de séculos caracterizou como válidas somente vozes de alguns em detrimento de outros, e pela sociedade de um modo geral, que vê no pesquisador um portador do conhecimento, empreender uma luta para fixar outros dizeres, extraídos de discursos que, historicamente, ficaram escondidos sob o silêncio, marginalizados pelos interesses dominantes.

Foi pensando dessa maneira que trouxemos para a Análise do Discurso cartas escritas durante a vigência do Programa Liberdade Consciente, da Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto. Cartas que, se não fossem submetidas ao nosso olhar de pesquisadores, corriam o risco de passar anos guardadas numa pasta. Procurou-se, então, transformar uma experiência individual, a de quem coletou os relatos das detentas e ex-detentas, em saber coletivo, dividindo, primeiro com o público leigo, por meio da televisão e dos jornais, e, agora, através desta pesquisa, com o meio científico, a voz de sujeitos inseridos na prisão. E por que trazer para a Análise do Discurso? Justamente porque, a partir da década de 60, seus pesquisadores conseguiram abrir brechas num cenário em que certos tipos de saberes não frequentavam os bancos acadêmicos. Antes da AD, a ciência se pretendia objetiva, em que o estudioso tinha de se esforçar, por vezes, inutilmente, para distanciar-se de seu objeto de pesquisa. Diante disso, a Análise do Discurso começou a quebrar barreiras quando chamou o pesquisador a ser sujeito.

Não se almeja, porém, que todos os que lerem as análises a seguir concordem com tudo o que está escrito. Vale lembrar que olhamos para as cartas com as lentes dos filósofos que escolhemos para conhecer ao longo da nossa vida e que, por estudarem, dentre outros, aspectos sobre a análise das linguagens e, no caso, das manifestações humanas, ajudariam, no nosso entender, a explicar a nossa proposta de pesquisa. As análises das cartas constituem apenas um ponto de vista. Existem outros. O estudo das linguagens configura-se como pontos de vista diversos. É nas concordâncias e discordâncias para com o nosso trabalho que se produzirão mais e mais trabalhos, em que alguns sentidos serão retomados, outros desconstruídos, no fantástico jogo de movimento dos discursos.

Por isso, caracterizar o sujeito discursivo, que desliza, desloca-se a todo instante no contexto da linguagem, que dissimula, que aparenta, que silencia, que pode mudar de posição de um instante a outro, é tarefa mais do que árdua. E, nesse jogo, não podemos nos esquecer um fator primordial: que também nós, pesquisadores deste tema, somos constituídos como sujeitos, afetados ideologicamente. Procuramos, de forma incessante, observar as manifestações do sujeito e suas relações com o poder, com a ideologia, com as formações discursivas e com memória, buscando relacionar seus dizeres a fatores que influenciam a produção e a ramificação dos discursos, sabendo que também nós, que nos colocamos como analistas do discurso, relacionamo-nos com o poder, com a ideologia, com as formações discursivas e a memória. Não escapamos à língua e à história. Somos sujeitos, o que produz em nós deslocamentos, deslizos, falhas.

Longe de nós, portanto, achar que as análises que se seguem se caracterizam como pontos finais ou que têm como meta estabelecer uma objetividade absoluta, como pregava a maioria dos cientistas antes da década de 60 e como ainda pregam alguns, de forma ilusória.

Se nós, pesquisadores, somos sujeitos e nos deparamos com outros sujeitos, por meio de cartas de detentas e ex-detentas, o máximo que conseguiremos atingir ao olharmos para os relatos são movimentos de interpretação. Se os sentidos não existem por si sós, se são constituídos no momento do encontro entre sujeitos e destes com a necessidade de atribuir sentidos, o que procuraremos fazer não é um mero gesto de decodificação, mas mergulhar na opacidade do texto. É nesse movimento interpretativo, dentro das condições de produção em que nos encontramos, observando as cartas pelas lentes da Análise do Discurso de linha francesa, que os sentidos serão definidos.

As análises, portanto, são interpretativas. No entanto, antes de partirmos para cada uma delas, devemos lembrar, ainda, que, segundo a Análise do Discurso, essas interpretações não podem ser caóticas. Devem ser feitas levando-se em conta as condições de produção dos documentos (as relações de força, as circunstâncias, o contexto de produção dos enunciados). Devem ser regidas, o que impõe limites, determinações ao movimento de interpretação. Em função disso, é possível dizer que a interpretação pode ser múltipla, mas não qualquer uma. Abaixo, seguem os nossos movimentos interpretativos a partir das cartas de detentas e ex-detentas da Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto.

3.1 Cartas escritas na prisão

CARTA 1

Ribeirão Preto 28.12.04

Eu S1 nascida em 23.11. (...) Se você escreve tudo daria um livro mais vou fala so um pouco de mim

Quando nasci meus pais morava no Paraná fiquei la ate a idade de 5 anos, aí viemos para o interio de S.P. ate a idade de 14 anos eu fui uma menina que trabalhava na rossa era crente aí meus pais resolveram a se muda para Campinas é a cidade que vivo ate hoje aí foi que tudo começou comecei a trabalha de domestica comesei a conhecer outro tipo de pessoas que era muito deferente da minha vidinha da rossa, comecei ai a sair de noite, conhecer rapazes, deferente, bom resumindo, fui mãe com 20 anos, fui pra cadeia com 23 – 1973, sai com 30 – 1981, eu queria volta a viver mais a sociedade não deixou não tive medo continuei na luta, ate de boia fria eu tentei ate que um dia fui trabalha de camareine em um hotel perto da rodoviaria, isso foi em 1989, aí fui preza outra vez daí para cá so deu desaserto na minha vida

Hoje sou uma mulher feliz apesar do lugar. tenho 5 filhos lindos, adotei uma criança levei para minha casa com 17 dias de nascida hoje ela tem 6 aninho ela tem um pequeno problema que, para os homens é dificio mais para Deus não é nada eu

confio nele e sei um dia eu e minha fé vamos vencer, minha filinha faz tratamento na unikanpi no hospital das Crinicas em Campinas ela se chama M. nos vamos vencer se Deus quiser e ele quer como disse se for fala minha vida da um livro. eu amo meus filhos meus netos que são, cozinha mais linda da minha vida mais tenho um carinho especial pela a minha M. deixei o mundo sujo que vivi a maior parte da minha vida pela M. quando sai daqui quero volta a cuida dela como sempre fiz.

Nesta carta, escrita em 28 de dezembro de 2004, nota-se que o sujeito discursivo inscreve-se a partir de sua identificação, pois começa seu relato pelo nome e a data de nascimento. Este início de relato demonstra que quem escreve não é um sujeito qualquer, não é alguém que busca se esconder, mas um que tem referências familiares, que, apesar de estar inserido numa população de presidiárias, liga-se ao mundo exterior através de pessoas que não estão encarceradas. O relato da carta segue com um enunciado que, num primeiro momento, pode nos passar despercebido, mas serve como introdução para uma breve história da infância: *“Se você escreve tudo daria um livro mais vou fala so um pouco de mim”*. O trecho *“vou fala so um pouco de mim”* é significativo, já que, posteriormente, o sujeito da carta quase não faz comentários sobre o crime que cometeu, apagando aquilo que a ideologia lhe faz parecer inconveniente. Ele faz falar a família e a religião, silenciando e abafando os motivos que o levaram à prisão; assim, evita compartilhar o seu crime com o leitor, tentando escamotear o delito de circulação na rede de memória. Numa referência a Orlandi (1992), a inscrição em outra formação discursiva que não seja a do crime, impede, torna impossível um dizer sobre o delito praticado.

O sujeito procura construir-se como uma auto-imagem de mulher que se doa aos filhos, religiosa e trabalhadora. Isso pode ser observado nas seguintes recortes: *“ate a idade de 14 anos eu fui uma menina que trabalhava na rossa era crente”*; *“comecei a trabalha de domestica”*; *“não tive medo continuei na luta, ate de boia fria eu tentei ate que um dia fui trabalha de camareine em um hotel perto da rodoviária”*. Esses recortes constroem um sujeito que nunca deixou de buscar emprego, o que o coloca em uma posição de trabalhadora responsável, incansável e dedicada. E, se houve algum culpado para que esteja preso, esse culpado é a sociedade. Como pode ser notado em *“eu queria volta a viver mais a sociedade não deixou”*, ou então *“ai fui presa outra vez daí para cá so deu desaserto em minha vida”*. Aqui, pode-se perceber um apagamento das razões que justificam sua prisão, pois o sujeito não faz emergir, pelo texto, indícios sobre o crime cometido.

A todo momento em que o sujeito se depara com o seu crime, usa artifícios para despistar o leitor, como, por exemplo: *“comesei a conhecer outro tipo de pessoas que era muito deferente da minha vidinha da rossa, comecei ai a sair de noite, conhecer rapazes,*

deferente, bom resumindo, fui mãe com 20 anos, fui pra cadeia com 23 – 1973, sai com 30 – 1981 (...)”. Observa-se que, provavelmente, o motivo que tenha justificado sua prisão esteja ligado a essas amizades diferentes, que o sujeito discursiviza na adolescência, mas isso não é confirmado, por causa de uma expressão utilizada no texto. Ao escrever “*bom resumindo*”, o sujeito demonstra que não irá se aprofundar, não contará detalhes sobre os momentos em que esteve envolvido com a criminalidade. O uso desse termo cria um efeito de síntese máxima das lembranças. O sujeito faz aparecer sentidos de desligamento total do crime. Nesse contexto, até mesmo as referências à infância são feitas de forma rápida. Não existe um detalhamento sobre como era a vida quando criança (como foi sua criação, como era o relacionamento com os pais, se passava por dificuldades financeiras).

Já no segundo parágrafo, o sujeito antecipa a imagem que começou a construir acima, a de alguém preocupado com o trabalho, com a família e temente a Deus. É importante destacar que o sujeito se ampara em três aparelhos ideológicos do Estado – emprego, família e religião –, consolidados historicamente e aceitos socialmente como meios pelos quais a ideologia dominante se dissemina, como explicado por Pêcheux (1995) no capítulo anterior. Inscrevendo-se, ao mesmo tempo, como capturado pela ideologia dominante e realizador dela, filiando-se a uma memória discursiva que dá aos aparelhos ideológicos de Estado um *status* de que podem produzir mudanças, de que podem permitir um recomeço da vida em sociedade, um recomeço em que o crime tenha sido zerado, apagado, o sujeito replica sentidos aceitos socialmente. Ao se referir a Deus, por exemplo, busca um argumento inquestionável para dizer que é possível, sim, renovar-se após deixar a penitenciária. O sujeito procura, também, trazer Deus para o contexto familiar, para que não haja dúvida alguma de que a felicidade será plena depois de ganhar a liberdade. Os recortes a seguir revelam isso: “*ela [a filha] tem um pequeno problema que, para os homens é difício mais para Deus não é nada eu confio nele e sei um dia eu e minha fé vamos venser*”; “*nos vamos venser se Deus quizer e ele quer*”.

Este sujeito do trabalho, da religião e da família instala-se, enfim, em toda a carta. Nas últimas linhas, ele materializa o amor pelos filhos e netos e promete que vai voltar a cuidar da filha (como sempre fez, nas palavras dele), o que reforça os efeitos de responsabilidade, antes atribuídos ao emprego e agora deslocados para o mundo da família. Novamente, há um silenciamento do crime, no recorte: “*pela a minha M. deixei o mundo sujo que vivi a maior parte da minha vida*”. E, novamente, um ênfase na vida familiar, marcada na formulação “*eu amo meus filhos meus netos que são coizinha mais linha da minha vida*”. Portanto, nesta carta, o sujeito faz prevalecer um único sentido: o de mãe religiosa que

trabalha muito, ocupando uma posição em que não há espaço para o dizer do crime. A inserção na criminalidade, pelo texto, é impossível de dizer para este sujeito e isso pode ser, mais uma vez, constatado quando se observa que há um silenciamento total da sua vida na posição de presa. O sujeito não diz nada sobre a vida na prisão, o dia-a-dia da penitenciária, o contato com as outras presas, não opina sobre as condições de sobrevivência no presídio, não assume para si mesmo este lugar. Silenciar o crime pode ser entendido como um recurso para que o sujeito da carta assumira para si que um recomeçar, longe do crime, é possível, que é permitido deslocar-se de uma posição insuportável para outra, socialmente aceita. Aliás, é tão possível, pelo efeito ideológico de evidência, que chega a ser um sentido inquestionável.

CARTA 2

Meu nome é S2 tenho 34 anos nasci dia 25 de outubro ano 70 vou falar um pouco sobre minha vida somos em irmãos, 3 mulher 4 homem não fui nada feliz na minha infância meu Pai bebia de mais e batia muita na minha mãe e nós presenciava tudo tinha noite que não dormia com as brigas um dia presenciei meu Pai dando facadas na minha mãe onde eu sofri muito com aquela cena tinha apenas oito anos ele fugiu minha mãe foi socorrida para o hospital com 3 facadas uma no braço pescoço e boca ficamos desesperados pois era mos todos pequenos tinha muito medo de perde mina mãe ficamos na casa de uma tia nossa até minha sair do hospital. Com mais ou menos 4 meses minha mãe estava em casa meu pai continuou desaparecido com 6 meses acharam ele e ele foi preso ficou preso 7 meses e voltou a nossa casa ficamos assustada e com muito medo no outro dia fomos na casa da minha tia e não achamos mais minha mãe ela pegou o meu irmão mais novo e desapareceu chorei muito sentia muita falta dela sofri muito passando alguns dia fomos procura ela junto com meu pai na casa de todos os parentes e enfim achamos ela na casa de uma tia minha e meu pai deixou nós lá e foi embora a felicidade foi muita por ter encontrado minha mãe meu tia ajudou muito agente comprou um terreno e fez uma casinha para nos era uma casa umilde mais foi nesta casa umilde que descobri que existia felicidade e paz minha mãe ainda não tinha condições de trabalhar todos os mês minha tia fazia uma compra para nos logo minha mãe começou a trabalhar ne casa de família e nossa vida foi melhorando mais não demorou muito para esta alegria acabar meu pai achou agente e não dava sossego ia todos os dia na minha casa bêbado muitas vezes ele pegou meu irmão mais novo e sumia quando nós ia achar ele estava nas calçadas pedindo esmola mudamos para outra casa minha mãe foi trabalhar no hospital das clínicas de SP nesta época chegamos ate a passar fome minha mãe chegava do hospital meia noite e nos ficava esperando ele chegar para comer os paezinhos que ela trazia foi uma infância muito triste nos logo começamos a crescer e ajudar ela com 14 anos amiguei tenho cinco filhos infelizmente me arrependo do que fiz agradeço a deus por não ter tirado a vida do rapaz que esfaquiei pois o arrependimento iria ser o tripo mais todas as noites peço perdão. Minhas filhas estão 2 no orfanato e 3 com minha mãe sofro muito por esta longe delas a mais velha tem 15 anos ela trabalha e me ajuda aqui dentro tenho orgulho delas e agradeço a Deus por elas esta no orfanato elas estão aprendendo muita coisa boas. Aqui eu passo e estou passando não quero que elas passem nunca já fui uzuarria de Drogas o CRAK só acabei com a minha vida só tristeza dezaserto ilusão pois eu não vivia vejetava era um mundo triste sem volta hoje aprendi muitas coisas aprendi a dar valor a minha vida a amar o procismo a perdoar a estender a mão ao procismo e tenho fé em Deus que vou supera tudo isto e fazer vida nova junto dos que me ama que são minha familia hoje eu sei o quanto é triste viver lonje das pessoas que amamos quero sair deste lugar com a cabeça erguida e com os pessamentos bons dar educação para

meus filhos e guiar eles pelo caminho do bem pois o caminho do crime é só ilusão morte e cadeia e isto não faz parte da minha vida tenho umas familia maravilhosa lá fora que me espera e não quero nunca mais envergonha eles estou amaziada a 20 anos meu marido e trabalhador graças a deus hoje meus pensamentos são os melhores sair arrumar um serviço ergue a cabeça viver com dignidade ter minhas filhas de volta e fazer para elas tudo o que estiver no meu alcance paque um dia elas possa se orgulhar de mim isto é tudo que tenho a dizer

Só me resta a liberdade para provar para muitos que mudei e vou ser feliz perto da minha familia e viver com dignidade e no caminho do bem.

Nesta outra carta, não datada, o sujeito, como no relato anterior, identifica-se, com idade e data de nascimento, e descreve rapidamente a família. Logo na segunda linha, introduz um assunto que vai permear todo o texto: a infelicidade do sujeito provocada pelo ambiente familiar conturbado e violento com o qual conviveu na infância. O sujeito escreve: *“não fui nada feliz na minha infância”*. É possível interpretar, a partir daí, que *“família”* aparece com um sentido diferente em relação à análise da primeira carta. Para este sujeito, está relacionado à violência, ao passo que, para o anterior, representava conforto, a esperança de recomeço. O sujeito passa a relatar os motivos da infelicidade e praticamente todos eles estão centrados na figura do pai, sentido recorrente durante todo o relato. O sofrimento da época em que era criança é agigantado com o aparecimento da palavra *“pai”*, acompanhado de termos que fazem referência à violência e do advérbio de intensidade *“muito”*.

Primeiramente, destacam-se trechos em que a lembrança do pai aparece no texto. *“meu Pai bebia de mais e batia muita na minha mãe”*; *“um dia presenciei meu Pai dando facadas na minha mãe”*; *“meu pai continuou desaparecido com 6 meses acharam ele e ele foi preso”*; *“meu pai deixou nos e foi embora a felicidade foi muita”* e *“não demorou muito para esta alegria acabar meu pai achou agente e não dava sossego”*. Nos recortes seguintes, o sujeito relata o sofrimento da infância, recorrendo, por várias vezes, ao advérbio *“muito”* e variações, o que produz um efeito de aumento da dor que foi provocada pelo pai: *“meu pai bebia de mais”*; *“batia muita na minha mãe”*; *eu sofria muito com aquela cena”*; *“tinha muito medo de perde mina mãe”*; *“ficamos assustada e com muito medo”*; *“chorei muito sentia muita falta dela”*; *“sofri muito”*; *“a felicidade foi muita por ter encontrado minha mãe”*; *“meu tia ajudou muito agente”*; *“não demorou muito para esta alegria acabar”*; *“muitas vezes ele pagou meu irmão”* e *“foi uma infância muito triste”*. O termo *“muito”* se opõe a *“nada”*, no recorte *“não fui nada feliz na minha infância”*, já citado acima.

Esse agigantamento do sofrimento denuncia uma infância desagradável e lembrada não como um período feliz, de afloramento dos sentidos de infância, mas de uma presença destruidora, violenta, assustadora do pai, o que faz com que o sujeito se assuma em

uma posição de vítima. A infelicidade produzida por uma vida familiar complicada é, segundo o sujeito desta carta, o motivo pelo qual entrou para o mundo do crime. O sofrimento na infância é visto como o fator que motivou sua ida para a prisão. Por isso, o sujeito procura minimizar o seu crime, diminuindo, também, sua culpa e anotando que a responsabilidade de estar na posição que ora ocupa não é só sua. Isso pode ser notado no dizer sobre as tragédias familiares que percorre toda a carta, em detrimento do espaço destinado ao dizer sobre si mesmo e os planos de vida que serão colocados em prática após sair do presídio.

A preocupação maior do sujeito é contextualizar o ambiente familiar para justificar a sua presença no crime. Essa ligação é tão estreita que o fato que motivou a entrada na prisão remete, também, a uma atitude do pai – esfaquear a mãe –, que se repete no relacionamento do sujeito da carta com um ex-namorado. Repetindo uma atitude do pai, o sujeito também esfaqueou o rapaz. Aqui, existe uma tentativa de caracterizar, consolidar, de uma vez por todas, a figura do pai como causadora de toda a desgraça, inclusive do fato de o sujeito estar na prisão. Apesar de revelar o crime – ao contrário do que foi observado no relato anterior –, o sujeito desta carta também discursiviza um desejo de recomeço baseado nas instituições família, trabalho e religião e, a partir desse momento, busca produzir um outro sentido para “*família*”, não o ligado à violência da sua infância como no início do relato, mas, agora sim, um novo sentido ligado ao conforto, o que permite enunciar sobre um recomeço. Para que este recomeço seja possível, no entanto, o sujeito entende que, primeiro, é preciso agradecer pela sobrevivência do namorado que esfaqueou e se arrepender deste crime: “(...) *me arrependo do que fiz agradeço a Deus por não ter tirado a vida do rapaz que esfaqueiei pois o arrependimento iria ser o triplo mais todas as noites peço perdão*”.

Depois, é necessário admitir que se envolveu com as drogas, mas que não voltará a fazer isso. Sobressai, assim, o desejo de zerar o crime, de uma reintegração perfeita com a sociedade após sair da prisão. A recorrência aos sentidos dominantes de família e trabalho pode ser percebida nos seguintes recortes: “*é triste viver lonje das pessoas que amamos*”; “*dar educação para meus filhos e guiar eles pelo caminho do bem*”; “*tenho uma família maravilhosa lá fora que me espera e não quero nunca mais envergonha eles*”; “*estou amaziada a 20 anos*”; “*hoje meus pensamentos são os melhores sair arrumar um serviço ergue a cabeça*”; “*ter minhas filhas de volta e fazer para elas tudo o que estiver no meu alcance paque um dia elas possa se orgulhar de mim*” e, finalmente, “*Só me resta a liberdade para provar para muitos que mudei e vou ser feliz perto da minha família*”. Com esses recortes, o sujeito encara como naturais, evidentes, sentidos produzidos pela ideologia dominante, como o de que as relações amorosas devem ser duradouras – o sujeito diz que está

há 20 anos com o parceiro –, que é vergonhoso ser detenta e que o caminho do bem, representado pela proximidade com a educação e pela distância da criminalidade, deve ser aceito. Ao replicar esses sentidos, desfiliando-se da formação discursiva do crime e filiando-se a outras formações discursivas, a dos aparelhos ideológicos de Estado, o sujeito espera convencer, mais facilmente, que realmente mudará seu comportamento assim que sair do presídio. Essa pretensão de reintegrar-se perfeitamente com a sociedade é referendada, instituída de forma inquestionável, pela figura de Deus. Nos recortes “*e tenho fé em Deus que vou supera tudo isto e fazer vida nova*” e “*meu marido e trabalhador graças a deus*”, isso pode ser notado.

O relato, portanto, também é uma estratégia discursiva do sujeito, como na carta anterior, de convencer que pode mudar de vida, de que pode se reintegrar de maneira harmoniosa na sociedade. O sujeito se filia aos sentidos de violência, mas para dizer de si na posição de vítima – do pai, dos maus tratos sofridos na infância. Ao escrever sobre a história trágica da família, ele minimiza o crime. O esfaqueamento do namorado é justificado como uma referência que veio do pai, que também tinha esfaqueado a mãe. Estes sentidos são resgatados para que se promova um corte, uma ruptura com esse passado, visando um futuro melhor. Como foi visto no capítulo anterior, Pêcheux afirma que, mesmo para romper com alguns sentidos, é preciso se filiar a eles, pelo acesso à memória.

Na carta, esta tentativa de ruptura é observada num recorte em que o sujeito vem falando sobre a família e, de repente, passa a falar sobre si próprio: “*minha mãe chegava do hospital meia noite e nos ficava esperando ele chegar para comer os pãezinhos que ela trazia foi uma infância muito triste nos logo começamos a crescer e ajudar ela com 14 anos amigui*”. Quando o sujeito diz isso – “*com 14 anos amigui*” –, acredita que rompeu com o passado familiar para descrever uma nova trajetória, em que se tornou responsável por si mesmo, provocando mudanças em sua vida. Da mesma maneira, pode se libertar do presídio e promover um recomeço, em que serão retomados os sentidos de ser mulher consagrados socialmente: mãe, trabalhadora, que tem marido (submetendo-se a um poder masculino).

Nas duas cartas analisadas até o momento, temos, portanto, percursos discursivos semelhantes. Podemos afirmar, lançando mão de um jogo com as palavras “paga” e “apaga”, que os relatos são construídos sob um tripé, em que se abre uma polissemia para “a paga” (referente a pagamento; os sujeitos aceitam pagar, passando um período na prisão, pelo crime que cometeram), “a-paga” (referente à forma com que vão fazer o pagamento, que é através de um reencontro com a família, com o trabalho e com um Deus inquestionável) e o

“apaga” (apagar, passar uma borracha sobre o envolvimento com o crime e recomeçar do zero a vida na sociedade).

Como sabemos, pela teoria de Pêcheux, que os sentidos não estão congelados, mas são definidos dependendo das formações ideológicas às quais se filiam, permite-se dizer que, até o presente momento, que os sujeitos dessas duas primeiras cartas são capturados pela ideologia dominante. Ao entrarem para o crime, os sujeitos romperam com sentidos aceitos socialmente, desviando-se de comportamentos legitimados como corretos. Diante disso, a função da prisão é fazê-los retornar ao lugar tido como óbvio pela ideologia dominante.

Já Foucault (1999a) explica essa questão a partir do exercício do poder por meio de um saber. Nesse caso, a dominação é possível quando se evoca o conjunto Deus, família e trabalho. Fazer com que os sujeitos-detentos falem sobre esse conjunto, difundam-no e espalhem-no, é função do sistema prisional para que o controle sobre os discursos se consolide, tendo em vista o contexto que está sendo analisado. Vale lembrar, aqui, o que já nos disse Foucault: é a produção de palavras e atos (representados pelas cartas) a partir de um saber circulante (que o recomeço é possível por meio de família, trabalho e Deus) que garante a ramificação e consolidação do poder (sistema prisional), produzindo indivíduos dóceis e úteis ao sistema (detentos e ex-detentos). Interessante observar também, nesta carta, o uso de dois termos que se contrapõem: um no início do relato (pouco): “*vou falar um pouco sobre minha vida*”. E outro quase no final (tudo): “*isto é tudo que tenho a dizer*”. O uso de “pouco” parece introduzir um resumo sobre os principais fatos que justificaram a entrada desse sujeito no crime, mas indicia, também, que existe uma intolerância frente ao passado, uma vontade de se livrar de fatos que trazem lembranças ruins. Tanto que a referência a períodos de vida anterior é feita como em *flashes* fotográficos. Não há detalhamento, já que, para o sujeito, não existem motivos que justifiquem tal detalhamento. Não há satisfação em lembrar o passado.

Essa tentativa de síntese é consolidada quase no final do texto com o uso de “*tudo*”. É como se o sujeito dissesse: “Pronto, meu passado está resolvido. Tudo de ruim está aqui, contado e terminado”. O uso de “*tudo*” parece representar um ponto final com a vida do ontem e uma busca por recomeço no hoje. Recomeço este que emerge da última frase da carta: “*Só me resta a liberdade para provar para muitos que mudei e vou ser feliz perto da minha família e viver com dignidade e no caminho do bem*”. Diante desse desejo de recomeço, ao lado da família e no caminho do bem – sentidos aceitos socialmente –, o sujeito demonstra que não é preciso dizer mais nada. O recomeço, no seu entender, será inquestionável, o que justifica o uso de “*tudo*”. Para o sujeito, as palavras não são mais necessárias. A sua mudança de postura será provada com a liberdade.

CARTA 3

Eu S3 (...) natural da cidade do Maranhão, me encontro em cárcere privado aproximadamente no artigo 157 do código penal.

Tenho cinco filhas que necessita de mim, pois meus pais são separados, portanto fui criada sem a presença de meu pai, que ao separar de minha mãe, acabei pela consequência de cruel destino, seguir caminhos tortuosos.

E hoje me encontro atrás das grades sofrendo muito a ausência de minha família principalmente de minha mãe e meus filhos.

Eu não havia me deparado do mal que eu estava fazendo para mim mesma.

Visualizando o fato ocorrido com clareza confesso que estou muito arrependida.

Pois vejo que não vale a pena viver desta forma pela qual hoje me deparo.

Estou privada de minha liberdade, o que impossibilita de obter minha vida normal.

Conto os dias para que estas grades possa abrir e eu poder respirar aliviada o ar que durante todo este tempo não respiro. Que é o ar da liberdade, processar em cada passo a alegria de ser livre.

Minhas filhas estão sob a custódia de meus avós paternos, e eles não tem obrigação de cuidar delas.

Procurei ser independente da pior forma possível.

Tenho noção disse e me arrependo profundamente.

As más companhias leva pessoas humildes desprovidas a seguir caminhos que não vêem Deus.

Por esse motivo venho através destas minhas e sinceras palavras pedir as autoridades judiciárias que volvi seus olhos para minha causa.

E que possam compreender entender meu apelo e trazer de volta o sorriso de meus lábios e o brilho de meus olhos.

Peço por Deus o senhor da verdade que tenha clemência de mim.

Desde já agradeço a atenção prestada.

Muito obrigado

Atenciosamente

A Sentenciada

Neste relato, não datado, podemos notar, primeiramente, que há poucas referências à família, diferente do que foi observado amplamente nas duas cartas anteriores. O sujeito cita apenas o nome da mãe, o local de nascimento, Maranhão (que ela diz ser uma cidade e não um Estado), e que as filhas estão sob a custódia dos avós paternos. A identificação do pai é apagada. No segundo parágrafo, o sujeito menciona a ausência do pai na criação dos filhos, o que poderia justificar o fato de o nome dele também não ser citado na carta. Na sequência, o pai aparece como o culpado pelo destino da filha. Por ter se separado da mãe, ele é visto como decisivo para que a detenta assumisse o caminho do crime, a exemplo do que vimos na carta 2. Isso pode ser percebido na seguinte passagem: “...portanto fui criada sem a presença de meu pai, que ao se separar de minha mãe, acabei pela consequência de cruel destino, seguir caminhos tortuosos”. A diferença é que, nesta carta, o pai torna-se o culpado por ter sido

ausente. Na anterior, pela presença violenta. Vale citar, aqui, a presença do termo “*mão*”, que parece estar no lugar de “*mãe*”. O uso de “*mão*” neste trecho poderia significar, no entanto, que além de se separar da mãe, o pai se separou da mão da filha. Ou que a ausência da mão do pai no dia-a-dia da família foi a causadora dos problemas que agora são relatados. Para a Análise do Discurso, o equívoco é uma marca de resistência que afeta a regularidade do sistema da língua. Os equívocos se manifestam como falhas, lapsos, deslizamentos, mal-entendidos, ambiguidades, fazendo com que um enunciado torne-se outro, com sentido diferente daquele que seria produzido caso não houvesse o equívoco. É o que acontece nesse caso, em que “*mãe*” e “*mão*” se (con)fundem.

Ao falar da prisão, o sujeito também silencia, como nos relatos anteriores, o crime cometido. O sujeito identifica o delito apenas com um número, referente ao artigo do Código Penal no qual foi condenado, conforme a formulação “*Me encontro em cárcere privado, aproximadamente no artigo 157*”. A própria expressão “*cárcere privado*” é usada para amenizar a situação em que se encontra, ou seja, pelo efeito ideológico, apaga termos como prisão, presídio, sistema penitenciário, detenção, produzindo um efeito de abrandamento em relação ao lugar e à condição em que o sujeito se encontra. Em outro trecho, o sujeito escreve: “*Procurei ser independente da pior forma possível*”. Construído dessa forma, o enunciado apaga as pistas sobre o crime cometido, o que para o sujeito é possível dizer de si, anotando algo sobre o seu desejo de independência – algo que é desejável e aceito socialmente – mas ressaltando que foi “*da pior forma possível*”, o que silencia o crime, como foi visto em Orlandi (1992), o delito, a infração. O dizer sobre o crime é impossível para este sujeito, considerando a formação discursiva em que está inserido.

Por outro lado, mesmo se utilizando desses artifícios, o sujeito acaba se inscrevendo na condição de preso e começa a contar, a partir daí, as dificuldades enfrentadas no presídio. Referências à liberdade (a falta de e o desejo de obtê-la) aparecem por várias vezes. É filiando-se a esses sentidos que ele enuncia sobre a prisão. A exemplo dos momentos em que diz (ou melhor, em que não diz) sobre crime, também não há pistas sobre a rotina do presídio: o tratamento que recebe lá dentro, a relação com as outras presas, os afazeres diários. O relato é uma sequência de sofrimentos, provocados pela ausência da liberdade, o efeito mais dolorido, para este sujeito, da condição de um preso. Esta ausência de liberdade é revestida, pelo acesso à memória, com um sentido de morte no texto, como se estar detido fosse o mesmo que estar morto. Como exemplo, podemos citar o recorte: “*Conto os dias para que estás grades possa abrir e eu poder respirar o que durante todo este tempo não respiro*”. A ausência de respiração é uma constatação feita, na maioria dos casos, em alguém que está

morto. Portanto, o sujeito, neste caso, coloca-se como morto, cujo sentido metafórico nos remete à perda da esperança e da crença na vida, o que só a libertação lhe devolverá como efeito de vida. A prisão o sufoca, a ponto de imobilizá-lo, de não permitir nenhuma ação que reduza o sofrimento.

Ao final da carta, o sujeito dirige-se às autoridades judiciais pedindo atenção ao seu caso. Antes, porém, procura mostrar-se arrependido para dar sustentação, efeito de veracidade ao seu pedido. Isso pode ser observado em dois recortes: “*Visualizando o fato ocorrido com clareza confesso que estou muito arrependida*” e “*Tenho noção disse e me arrependo profundamente*”. Em seguida, o sujeito solicita que seu apelo seja atendido. E coloca sobre essas autoridades a responsabilidade (e uma esperança, ao mesmo tempo) de trazer-lhe o sorriso dos lábios e o brilho dos olhos. Junto com o apelo à Justiça, o sujeito da carta também se volta a Deus, que aparece como “*o senhor da verdade*”. A figura divina representa a remissão absoluta do crime, o que vai permitir um recomeço bom, ao lado das filhas. Deus representa um apagamento incontestável da vida no presídio, tamponando novamente o efeito de uma vida como detenta. O sujeito discursiviza até mesmo um pedido de clemência, o que nos remete, novamente pelo acesso ao interdiscurso (memória discursiva), a um *já dito*, a um *pré-construído* relacionado aos presos que estão no corredor da morte em sua última tentativa de evitar a cadeira elétrica ou uma injeção letal; são eles que, geralmente, pedem clemência. Como o sujeito já nomeou anteriormente o efeito de morte, a clemência se justifica.

Em um parágrafo anterior, já houvera uma outra menção a Deus. “*As más companhias leva pêssoas humildes desprovidas a seguir caminhos que não vêem Deus*”. Para este sujeito, é a ausência de Deus que empurra as pessoas para o mal e para o crime, o que permite pensar, então, que a presença de Deus, por sua vez, pode trazer as pessoas de volta aos bons caminhos – um deles seria o da família. Assim, podemos considerar que este sujeito inscreve uma pequena contradição: primeiro, diz que está preso por culpa dos outros – pais, más companhias. Depois, afirma que se arrepende e pede perdão pelos erros. De vítima, condição usada para silenciar seus crimes, inscreve-se como responsável pelos seus atos, porém arrependido, a partir do momento em que tenta convencer as autoridades a acelerarem a sua liberdade. Tudo isso é complementado com os recortes em que conta seus sofrimentos e promete seguir agora pela trilha da perfeição (Deus), motivos que julga suficientes para sensibilizar o interlocutor de que não voltará a errar. Novamente, vemo-nos diante de um tripé desdobrado pela regularidade do efeito de apagar, abrindo, novamente, a polissemia para “a paga”, que nos remete ao pagamento que está sendo feito pelo sujeito na prisão, o “apaga”,

como desejo repetitório de apagar a vida de presa e recomeçar em outra posição, e “a-paga”, como um modo de promover o apagamento do crime, recorrendo a Deus e à família.

Considerando as formações ideológicas que atravessam esses sujeitos que enunciam por meio de carta de dentro da Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto, os sentidos relacionados a esse tripé são os que podem e os que devem ser ditos nessas condições. Assim, é possível delinear a formação discursiva em que estão inseridas as mulheres, detentas em Ribeirão Preto, que participam do Programa Liberdade Consciente e desejam ser libertadas. Uma formação discursiva que resulta de outras formações discursivas, constituídas nos sentidos de família, relações de trabalho e religião e, que, por sua vez, são resultado de formações ideológicas provenientes das classes dominantes. Como nas formações discursivas os sentidos são naturalizados, mas estão em errância o tempo todo, o sujeito, ao migrar de uma para outra, acredita ser possível promover o apagamento de um passado ligado ao crime. O “pagamento”, por meio da submissão ao controle da prisão, representaria o “apagamento” dos delitos.

Com isso, a contradição que o sujeito expressa e que foi citada acima é produzida por exigência da própria ideologia dominante, que determina, como condição fundamental para a volta do preso à vida em sociedade, o pagamento e, conseqüentemente, o apagamento do crime. No caso deste sujeito, o apagamento já começa a ser feito na própria enunciação, em que se exclui de responsabilidade pelo delito cometido. Mas, apesar de se eximir de culpa, o sujeito se vê obrigado a pedir desculpas e se dizer arrependido, porque a ideologia, mesmo pelo fato de excluir, marginalizar certos discursos, não “aceita” assumir a culpa, exigindo, assim, uma “conversão” do sujeito, o que mais uma vez tampona imaginariamente o furo do crime.

CARTA 4

27/12/04

Eu sou S4 e estou na penitenciária de Ribeirão Preto. hoje 27/12 vou falar um pouco da minha vida aqui dentro deste lugar.

Antes de eu ser presa eu morava na casa de meus pais em Minas Gerais. Tenho um filho de nove anos, eu era feliz e não sabia, meus pais são pessoas honestas, dignas, e tenho muito orgulho de tê-los como meus pais e meu filho é lindo e uma criança encantadora.

Um dia resolvi sair de casa pois não havia trabalho e vim morar em Ribeirão Preto, conheci um homem e me apaixonei perdidamente e ele estava preso em Mirandópolis então fui morar nesta cidade para ficar perto dele, e tudo eu fazia para ajudá-lo de alguma forma, agia sempre pela emoção, fiquei um tempo em Mirandópolis e depois mudei para Araçatuba, mas fiquei lá pouco tempo, porque logo fui presa, primeiro passei pela cadeia de Bilac, foi uma tortura, quando eu

estava na rua eu era usuaria de drogas, eu usava maconha, era meu vício, fumava o tempo todo e jamais pensei que um dia eu iria ficar sem a droga, então foi muito difícil ficar sem a droga, não me alimentava, não dormia, foi uma tortura, então passei a tomar remédios psicotropicos para me acalmar, meu marido sempre me ajudou quando estava em Bilac mas mesmo assim acabava passando por algumas dificuldades. Depois que saí da casa de meus pais e passei a morar sozinha e aprendi a ser sozinha e para conviver com tanta gente em um espaço tão pequeno foi muito difícil, mas Graças a Deus superei.

No dia 16/03/2004 aconteceu um motim nesta cadeia e me mandaram de bonde para esta cadeia onde me encontro.

Até então pensei está indo para uma melhora, mas foi ilusão, aqui a situação para mim somente piorou, estou mais longe do meu marido e não tem como ele me ajudar e minha família morando em outro Estado fica difícil para eles me ajudarem, e também nunca passei para eles que eu estava sofrendo e passando necessidades, porque não é justo eles tirem do meu filho e deles para mandarem para mim.

Eu tenho muitos dons Graças a Deus, trabalho com linha, faço tapetes, bolsas e outras coisas mais com linha e também faço desenhos gosto muito, faço DVC, cartões, mas agora parei de desenhar, porque acabou o meu material, então agora trabalho com linha, barbante, pego o material com as pessoas faço o trabalho e cobro a mão de obra e assim vou sobrevivendo.

Eu agora estou com 31 anos de idade e estou tirando 2 anos de cadeia, minha condenação foi a mínima, três anos e cinqüenta dias multas, agora faz dois meses que subi meus papéis para o fórum e estou no aguardo da minha tão sonhada liberdade. Já faz dois anos que não vejo minha família e meu filho. Tenho dois irmãos um mais velho e um mais novo que eu. O mais velho mora aqui bem perto de mim, mas ele e eu não nos entendemos muito bem, o meu irmão mais novo esta preso e eu o amo como se fosse meu filho ele é muito especial para mim.

Bom resumindo, meu maior objetivo agora é alcançar minha liberdade. Ter minha casa e ter meu filho devolta nos meus braços, Tenho um pouco de medo de ser rejeitada por ele, e isso será o meu fim, mas o que tiver de ser, será, meu filho é tudo de mais lindo que tenho nesta vida e eu o amo muito. Quando sair deste lugar quero arrumar um trabalho e se Deus abençoar que der tudo certo então saberei o caminho que vou seguir.

Vou esperar meu marido ganhar também sua liberdade e então iremos casar e ser uma família de verdade, eu ele e meu filho.

Apesar de enunciar de dentro da prisão, o que pode ser observado logo no primeiro parágrafo do texto – *“estou na penitenciária de Ribeirão Preto hoje 27/12 vou falar um pouco da minha vida aqui dentro deste lugar”* –, o sujeito divide o relato em duas partes: uma que se relaciona ao passado (antes de ter sido preso) e outra ao presente (a vida no presídio). Marca, em seu relato, os fatos da infância para demonstrar que era ligado à família, que sua casa era um espaço de proteção e que os pais sempre foram pessoas honestas. Dessa forma, busca subsídios no passado para sustentar que merece a liberdade, recorrendo à infância, retornando ao efeito de legitimidade de uma instituição socialmente aceita como a família, tida como lugar de pessoas íntegras, dignas e encantadoras, para, como consequência, também se inscrever como possuidora desses atributos.

Mas, para que se encaixe nessas qualidades do restante da família, é preciso silenciar o crime cometido. Em nenhum momento, o sujeito faz referência direta ao motivo que o levou à prisão. Para que haja crime, é necessária uma agressão ao outro; entretanto,

nesta carta, não há referências a isso. O sujeito relata, somente, agressões a si próprio. Ao explicar que mudou de Mirandópolis para Araçatuba para acompanhar o homem por quem se apaixonou perdidamente, o sujeito diz que foi preso, mas não revela o motivo. “(...) *fiquei um tempo em Mirandópolis e depois mudei para Araçatuba, mas fiquei lá pouco tempo, porque logo fui presa, primeiro passei pela cadeia de Bilac, foi uma tortura (...)*”. Na sequência, indicia um sentido novo e diferente daquele atribuído à sua família - era usuário de drogas: “(...) *eu usava maconha, era meu vício, fumava o tempo todo e jamais pensei que um dia eu iria ficar sem a droga, então foi muito difícil ficar sem a droga, não me alimentava, não dormia, foi uma tortura (...)*”. Por este fato, deduz-se que este sujeito foi preso por tráfico de drogas, mas não há uma certeza. O relato faz referência apenas à entrada no mundo das drogas e não do crime; como já foi mencionado nas análises anteriores, o crime é silenciado bem como as ações praticadas na cadeia e que resultaram em castigos.

Logo no início do texto, o sujeito também usa o termo “*pouco*”, que parece representar uma tentativa de síntese, como se estivesse dizendo: “*Não vou falar muito. Não vou detalhar. Vou apenas resumir minha vida na prisão*”. Isso já parece introduzir o que virá durante todo o restante da carta: ocultação, silenciamento, resumo. Ao contar sobre um motim na cadeia onde estava preso anteriormente, o sujeito declara que foi transferido para um outro local, mas não cita as razões que resultaram nessa transferência. “*No dia 16/03/2004 aconteceu um motim nesta cadeia e me mandaram de bonde para esta cadeia onde me encontro. Até então pensei está indo para uma melhora, mas foi só ilusão, estou mais longe do meu marido e não tem como ele me ajudar (...)*”. Quando faz comentários sobre sua condenação, inscreve-se um lugar de pouca periculosidade, já que a pena foi mínima. Para ele, o crime, se houve, não foi tão grave. “*Eu agora estou com 31 anos de idade e estou tirando 2 anos de cadeia, minha condenação foi a mínima, três anos e cinquenta dias multa (...)*”.

Durante todo o relato, o sujeito coloca-se na posição de vítima – da tortura (faz referência por duas vezes logo no início do texto), da falta de vontade de se alimentar, da falta de sono, da ausência da família, da saudade do marido e dos filhos. Todas essas ausências, privações, são encaradas como castigo, o que provoca sofrimento. Para aliviar as consequências desse sofrimento, o sujeito apresenta dois motivos que parecem compensar as dificuldades de estar encarcerado. O primeiro é a oportunidade de desenvolver e exercer dotes pessoais dentro do presídio, como fazer tapetes e outros objetos com linha, além de desenhar. O segundo é que a prisão promove um processo de reflexão sobre o futuro, o que permite fazer projetos para serem postos em prática assim que a liberdade chegar.

É nesses projetos futuros que o sujeito coloca em discurso efeitos de esperança; nota-se que, no recorte destacado, a figura de Deus é novamente recorrente. “(...) *meu maior objetivo agora é alcançar minha liberdade. Ter minha casa e ter meu filho devolta nos meus braços. Tenho um pouco de medo de ser rejeitada por ele, e isso será o meu fim, mas o que tiver de ser, será, meu filho é tudo de mais lindo que tenho nesta vida e eu o amo muito. Quando sair deste lugar quero arrumar um trabalho e de Deus abençoar que der tudo certo então saberei o caminho que vou seguir*”. Além dos sentidos dominantes de Deus e de família, o trabalho também é citado como uma saída para as dificuldades que prevê enfrentar após deixar o presídio. Como já foi mencionado, família, Deus e trabalho são efeitos legitimados socialmente como facilitadores de uma convivência harmoniosa em sociedade, que mantém os valores aceitos como corretos, o que promoveria, pelo efeito ideológico de evidência, uma aceitação do dizer deste sujeito. É se filiando aos sentidos tidos como desejáveis que o sujeito, quando libertado, pretende se readaptar ao meio social e, dessa forma, (tentar) evitar preconceitos contra si próprio e que possam atrapalhar seu reinício de vida fora da prisão.

O sujeito-mulher-detenta que se manifesta nesta carta consolida essa posição quando afirma, nas últimas linhas da carta, que, assim que o marido dela ganhar também a liberdade, formarão uma família de “verdade”. Neste recorte, o sujeito reproduz sentidos dominantes de família. Para ele, a família de verdade é aquela composta por pai, mãe e filhos. Mesmo que considere a existência de múltiplos sentidos de família na sociedade contemporânea (filhos morando só com o pai ou com a mãe, famílias formadas por netos e avós, crianças que moram com os tios, amigos que moram juntos e se tornaram uma família), o sujeito parece relacionar qualquer outro tipo de família que não seja a tradicional (filhos morando com ao pais) com um lar desestruturado. Por isso, um dos seus objetivos, assim que sair da prisão, é estruturar seu lar, formando uma família nos moldes consolidados e aceitos socialmente. Filiando-se a este sentido dominante, não há o que temer, para este sujeito, que alguém ouse, em algum momento, questionar seu passado de mãe solteira e o fato de ter se envolvido com um rapaz sem ter sido casada. A família legítima, dentro dos padrões aceitos e valorizados como corretos, contribuirá para instituir, no entender desse sujeito, um bom recomeço de vida, longe do crime e das condutas recriminadas socialmente.

CARTA 5

Ribeirão Preto 27/12/04

Redação da minha vida

tudo começou na minha vida quando eu era adolescente.

me em volvi na vida do crime eu tinha a penas 11 anos de idade.

foi ai então que os meus paiz já não me aceitaro + na casa deles. sai para o mundo e a cada + eu estava se afundando no mundo do crime. até que veio acontecer comigo uma violencia.

pudor. Ai ao passar 2 anos eu me em volvi na prostituição fiz essa vida por 10 anos foi aonde que eu conheci um homem que é meu marido e pai de minha pequena filha, quando ela tinha 9 anos eu visiada na droga fui presa no 12, dali pra ca só foi só sofrimento pois esse lugar feiz eu aprender a dar valor na minha familia e a minha liberdade tudo que eu mais queria nesse momento era não ver ninguém das minhas companheiras nesse sofrimento. aqui agente sabe qual é o dia a dia de cada uma nesse lugar triste o que me feiz mais bem nesse lugar foi também que eu aprendi a me apegar a Deus., porque eu não dava valor mais hoje eu tenho só de agradecer.

por tudo que Deus esta fazendo na minha vida

cada amanhecer cada anoitecer

e agradecer a Deus pois o tempo que fiquei preza nunca arrumei eni mizade

a sera que eu moro consideramos uma familia cada uma respeita o espaço da outra e assim que nos vamos levando o nosso dia a dia

Esse lugar faiz eu sentir muita falta das pessoas que eu amo, porque esse tempo perdido que estou passando aqui não vouta +, então na hora que eu ganhar a minha tão sonhada liberdade eu quero da todo o amor para a minha filha e fazer ela a filha + feliz do mundo, porque ela é uma menina merecedora de todo o meu amor carinho fico grato vou parando por aqui com o coração cheio de saudade

E agradecer todos voceis da direção da penitenciaria não tenho nada a reclamar de nem um de voceis

Só tenho agradecer

Fiquem com Deus que eu estou com ele.

O título da carta, escrita em 27 de dezembro de 2004, sugere que o sujeito irá contar, de forma resumida, os principais fatos de sua vida. Por isso, chama a atenção a primeira frase do relato: “*tudo começou na minha vida quando eu era adolescente*”. Aqui, percebe-se um apagamento total da infância. O sujeito que se manifesta na carta é um sujeito discursivizado sem infância. Há um efeito de nulidade, algo zerado, como se nunca tivesse existido. De acordo com o texto, a vida deste sujeito teria começado aos 11 anos de idade, justo quando se envolveu com o crime. Diferentemente de relatos anteriores já analisados, este sujeito aceita se inscrever como criminoso. Assume-se como praticante de condutas ilícitas. De uma maneira, no entanto, superficial, já que não é possível, ao interlocutor, saber qual o crime cometido. O delito é também mascarado com um código, a exemplo da carta anterior: “*fui presa no 12*”. Na quarta linha da carta, o sujeito usa o termo “*afundando*”, que, ao que parece, indica que o envolvimento com a criminalidade provoca um profundo distanciamento dele em relação à vida familiar, às posturas legitimadas socialmente.

Nas linhas que se seguem, percebe-se uma ordem crescente dos sentidos de sexualidade: violência, pudor, prostituição. Estes termos parecem indicar que o sujeito prefere ocultar a forma com que foi violentado e os detalhes dessa violência. A vergonha frente ao ocorrido é de tal ordem que o dizer se torna impossível para este sujeito. Falar em violência, pudor e prostituição já basta, para este sujeito, para que o interlocutor tenha acesso ao discurso. Não se torna necessário, portanto, que sua intimidade seja exposta para além dos limites que considera necessários e/ou aceitáveis.

A violência sexual, no entanto, não aparece na carta como sinônimo de sofrimento. A dor se instala no sujeito a partir da prisão, como se antes ela não existisse. A infância, apagada no texto, o que se configura como uma pista de que este período da vida não tenha sido agradável, e o envolvimento com drogas e prostituição – aparecem referências a isso no texto – parecem não representar sofrimento. Como se a prisão fosse pior do que tudo isso junto. Como se ficar privada da liberdade física fosse uma violência ainda maior em comparação com as outras. A violência sexual e o vício não representam tanto sofrimento como o ambiente do presídio.

A partir daí, o sujeito inicia uma tentativa de expor o que acontece no interior da prisão, do desconforto de estar preso. Mas só inicia. Ao perceber que aquilo que está enunciando pode representar a entrada num terreno perigoso diante dos tentáculos de poder do sistema prisional, que impõe certos sentidos em detrimento de outros e submetem seus moradores a um jogo ideológico próprio, o sujeito recorre a Deus como um salvador, que vai livrá-lo desse desconforto e desse sofrimento. No recorte destacado a seguir, o sujeito começa dizendo que a prisão é um lugar triste, mas, logo em seguida, rompe com esses sentidos e recorre, imediatamente, à figura de Deus. *“(...) tudo o que eu mais queria nesse momento era não ver ninguém das minhas companheiras nesse sofrimento. aqui a gente sabe qual é o dia a dia de cada uma nesse lugar triste o que me fez mais bem nesse lugar foi também que eu aprendi a me apegar a Deus, porque eu não dava valor mais hoje eu tenho só de agradecer. por tudo que Deus esta fazendo na minha vida. cada amanhecer cada anoitecer. e agradecer a Deus pois o tempo que fiquei preza nunca arrumei eni mizade”*.

Nota-se que o sujeito rompe abruptamente com os sentidos de sofrimento para inscrever sua escrita no discurso religioso, ou seja, retorna ao que seria, imaginariamente, um dizer aceito no âmbito sócio-histórico, repetindo efeitos de agradecimento. O que poderia ser uma revolta anteriormente, quando ele começa a falar sobre o desconforto da prisão, vira resignação, aceitação, um sinônimo de “amém”. Chega ao ponto de comparar a cela onde vive com as outras presas, espaço que costuma ser apertado e desconfortável, a uma família em

que reina a harmonia. Aliás, no recorte em que o sujeito faz referência a isso, aparece o termo “*moro*”, do verbo morar: “*a sera que eu moro consideramos uma família*”. Esta forma verbal nos remete ao início da carta, quando o sujeito afirma que se envolveu com o crime aos 11 anos de idade e, desde então, não foi aceito mais em casa pelos pais. O sujeito não dá pistas sobre uma nova moradia. Não diz se, a partir daí, foi morar em outra casa. Mas, mesmo que tenha habitado outro lar, as relações que estabeleceu ao longo da vida parecem ter sido conturbadas. Portanto, pelo acesso à memória discursiva, o presídio pode representar, para este sujeito, a primeira moradia a longo prazo, em que as relações não são tão desarmônicas como as anteriores. A cela, neste caso, é comparada a uma casa, o que poderia explicar o uso da forma verbal “*moro*”.

Logo abaixo, há uma nova tentativa de dizer sobre os problemas da prisão – “*Esse lugar faiz eu sentir muita falta das pessoas que eu amo, porque esse tempo perdido que estou passando aqui não volta +, então na hora em que eu ganhar a minha tão sonhada liberdade eu quero da todo o amor para a minha filha e fazer ela a filha + feliz do mundo*” –, mas, novamente, traz ao texto sentidos de aceitação e agradecimento: “*E agradecer todos voceis da direção da penitenciaria não tenho nada a reclamar de nem um de voceis. Só tenho agradecer. Fiquem com Deus que estou com ele*”.

Como foi estudado nos capítulos anteriores, o interlocutor (o “para quem se fala”) é fundamental para a produção de sentidos dos enunciados. Quando o sujeito fala, mesmo que tenha uma certa intencionalidade em produzir um determinado sentido, seu dizer gera compreensões diferentes, que dependem da posição no discurso de quem recebe (lê/ouve) o enunciado. Além disso, o interlocutor pode determinar um modo de dizer e não outro. No caso das cartas em questão, quem as recebe são os coordenadores do Programa Liberdade Consciente, da Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto, representantes do sistema prisional e do poder exercido por este sistema. Isso pode ser um fator limitador para o dizer das presas, de forma que a exposição das condições dos presídios e as dificuldades de sobrevivência em seu interior são interdidas. Aqui ocorre, portanto, a migração de uma formação discursiva em que há espaço para a denúncia para uma outra formação discursiva, que os sentidos dominantes são os de agradecimento. O que era revolta, inicialmente, vira resignação.

Neste relato, podemos notar, também, uma constituição do sujeito a partir da sua relação com diversos tipos de poder. Primeiramente, ele é influenciado pelo poder do sistema, que determina o que pode e deve ser dito nestas condições. Como já foi demonstrado, a tentativa de dizer sobre o que acontece no interior do cárcere é abafada. Especificamente

nesta carta, este poder do sistema é sobreposto por um outro poder, o Deus, que, para o sujeito, é maior em comparação com o dos homens que exercem o controle sobre a prisão. Mais uma vez, os sentidos sobre a religião e o recomeço de vida a partir do divino, do sobrenatural, se fazem presentes. Tanto que, em vez de criticar incisivamente as condições em que vive na prisão, o sujeito as transforma em algo positivo e prefere agradecer por isso. São esses sentidos que retornam como dominantes, aceitos socialmente, e que teriam o poder salvador de apagar o passado e inscrever uma paga (aceitação do pagamento por meio da prisão) em relação ao presente.

CARTA 6

Ribeirão Preto dia 27.12.2004

Meu nome: É S6 tenho 24 anos. Tenho uma filha de 3 anos

Moro em Birigui estou privada da minha liberdade a 1 ano e 2 meses, sou condenada a 3 anos e 4 meses e 25 dias estou no artigo 1.55.

Eu com a graça de Deus vim parar nesse lugar para refletir tudo o que fiz e me livrei do crack com a graça de Deus.

Mesmo estando nesse lugar eu sou feliz pois vou sair daqui e começar a nova vida ao lado da minha família agora sem drogas eu me livrando da droga eu paro de roubo.

Esse lugar fez eu sofrer + me deu essa vantagem de me livrar das drogas.

Pode ter certeza que seu eu for em bora eu nunca + vou fazer algo que me traça pra ca.

Como em relatos anteriores, neste, também escrito em 27 de dezembro de 2004, o sujeito busca, inicialmente, a inscrição numa família, a fuga do anonimato. A preocupação é se identificar e, dessa forma, estabelecer elos com quem está fora do presídio. Logo em seguida, é interessante notar que o sujeito usa dois verbos na voz passiva para explicar sua condição: “*privada*” e “*condenada*”. Este artifício indicia que ele se exime de culpa por estar presa. Se está nesta condição, é porque alguém o prendeu, alguém o privou da liberdade. O sujeito se ausenta da responsabilidade pelos seus atos. Percebe-se, também, um silenciamento do crime, por meio de um modo de dizer semelhante ao já utilizado por outros sujeitos: identificar o delito com o número do artigo penal nos quais as presas foram julgadas. Em seguida, ele até menciona o crime, mas não diretamente. No recorte a seguir, o crime aparece apenas de forma implícita. Não se sabe exatamente o motivo que o levou à prisão. “(...) *começar nova vida ao lado da minha família agora sem drogas eu me livrando da droga eu paro de roubo*”.

Além do silenciamento do crime, destaca-se a regularização dos sentidos do religioso, da aceitação de um “destino” preparado por Deus, e de pedidos de perdão pelos

erros. O apego ao divino se repete com frequência, o que demonstra a impossibilidade de dizer sobre a condição de presa. Percebe-se que é insuportável nomear-se como tal. Sendo assim, o sujeito passa a enunciar de outros modos. Um deles é pela inscrição no discurso religioso. Para este sujeito, Deus tudo perdoa. E se Deus, que é todo-poderoso, perdoa aquele que se arrepende, quem é a sociedade para não perdoar?

E nessa carta, o apego a Deus aparece com uma novidade em relação aos relatos anteriores. Já foi abordado, por mais de uma vez, a recorrência à figura divina como o salvador da alma, que oferece amparo emocional e ajuda a recomeçar a vida em sociedade. Neste caso, Deus também aparece como o salvador do corpo, pois o sujeito instaura o efeito de libertação das drogas, instalando discursivamente a certeza de que foi Deus que purificou seu corpo, fazendo com que se livrasse do crack. Por isso, a prisão representou dois ensinamentos para este sujeito: o sofrimento e a libertação do vício com a ajuda de Deus. Essa soma de ensinamentos aparece no texto com um sinal de adição (+), que parece ter sido usado como operador argumentativo de oposição, mas acaba promovendo um efeito de soma: *“Esse lugar fez eu sofrer + me deu essa vantagem de me livrar das drogas”*. Logo abaixo, um outro sinal de adição aparece, mas criando outro sentido, que não remete a soma.

Os sentidos do religioso são, portanto, hegemônicos diante de todos os outros. O sofrimento da prisão fica em segundo plano quando o poder do divino aparece. Para o sujeito, isso é suficiente para que tenha um começo longe do crime. Uma tentativa de produzir no interlocutor um convencimento de que, assim que ganhar a liberdade, replicará, na sociedade, sentidos do religioso consagrados socialmente e não os relacionados ao sofrimento enfrentado na prisão.

Outra característica que merece ser analisada é um aparente equívoco na penúltima linha do texto: a forma verbal *“traça”* parece estar no lugar de *“traga”*. O uso do termo nos remete ao verbo traçar, como se aparecesse no texto para explicar a maneira com que este sujeito foi parar na prisão. A forma verbal cria um efeito de que o sujeito foi traçado, capturado, engolido pelo sistema prisional, sem ter tido chance de pensar se gostaria de estar numa penitenciária. Com isso, o sujeito conclui que a prisão independe desse tipo de escolha. É a prática de atos ilícitos que resulta numa condenação. É ficando longe da criminalidade que o sujeito evita que seja capturado, engolido, traçado novamente pelo cárcere, como pode ser notado no recorte: *“Pode ter certeza que seu eu for em bora eu nunca + vou fazer algo que me traça para ca”*.

CARTA 7

06 de janeiro de 2005

Para mim a cadeia esta sendo meia pesada, não por que eu estou presa.

Eu acho que quando nós devemos temos que pagar, graças a Deus nunca fumei droga e nunca fui desse tal do “crime”.

Eu nunca fiz nada de errado, e também não tenho maldade com ninguém.

Eu acho que esse foi o meu erro.

As unicas pessoas que me fazem falta são minhas filhas e o A..

O A. me escreve sempre + elas, nunca + eu vi.

Aqui a gente vale quanto pesa, eu não tenho nada e também não estou pesando nada.

Aqui na cadeia a gente tem que aprender muitas coisas boas e ruins também.

Mas fazer mal para os outros não faz parte do meu vocabulario.

Eu ja sofri muito aqui e também ja fui muito humilhada, mas nunca perdi a minha fé em Deus. Sabe eu estou levando a cadeia, como se fosse o orfanato que eu fui criada.

Lá era mais de 400 crianças e tinha criança de todo jeito, revoltada, chata, briguenta, boa, metidas, etc.

Lá eu vivia presa o dia inteiro no tal do cercado, que é igual ao patio daqui, só sai de la pra ir pra escola.

Aqui ja vi muitas coisas erradas, principalmente aqueles que dizem correr pelo certo, certo para eles né. Se você for de boa não arruma quiaca com ninguém, mesmo quando te jogam dentro de algum rolo.

Eu sou muito medrosa, tenho medo de briga, de confusão então evito pra caramba esses negocios.

Graças a Deus estou indo embora, sabe que eu não estou nem podendo ouvir essas palavras, que me da um nervoso.

Eu peguei 3 anos de cadeia estou tirando quase 2 anos e 10 meses, desde quando eu estava com 1 ano e 8 meses, que eu ouço “Você está indo embora”.

Só por Deus viu.

Mas é assim isso tudo que eu passei foi como uma lição de vida.

Por “que as vezes temos a bussola para saber aonde ir, mas isso não nos dispensa de remar”.

Nesta carta, escrita em 6 de janeiro de 2005, o sujeito utiliza, no início do relato, por várias vezes, os termos “*não*” e “*nunca*”. Este sujeito enuncia, portanto, pela negação. Como se fosse uma sentença de defesa. O dizer, a todo tempo, é no avesso da afirmativa. Ao ler o relato, principalmente esta primeira parte, não se entende por que este sujeito está preso. Não há a mínima referência que seja a respeito de um eventual crime cometido. Os advérbios de negação que aparecem nas frases promovem um efeito de total inocência, a ponto de sinalizar o efeito de que a condenação foi totalmente injusta. A repetição da negação instala, aqui, um efeito de sentido contrário ao que a afirmação instalaria; mas, nesse caso, dizer pela afirmativa é impossível para este sujeito, é algo interdito. Então, não resta outra opção, para este sujeito, que não seja a de dizer negando sua condição.

Isso pode ser observado nos seguintes recortes: “*Para mim a cadeia esta sendo meia pesada, não por que estou presa*”, “*graças a Deus nunca fumei droga e nunca fui desse*

tal ‘crime’”; “*Eu nunca fiz nada de errado, e também não tenho maldade com ninguém*”; “*O A. me escreve + elas nunca + eu vi (ao se referir às filhas)*”; “*eu não tenho nada e também não estou pesando nada*”; “*Mas fazer mal para os outros não faz parte do meu vocabulário*” e “*mas nunca perdi a minha fé em Deus*”. Esse uso de negativas para enunciar também é uma forma não apenas de se isentar de um delito, mas de anular qualquer mau comportamento na prisão, além de dar uma pista sobre a maneira como pretende demonstrar que sua condenação não foi justa: por meio de Deus. Assim, a Justiça dos homens será desmascarada, desmontada por um ente superior, como em “*nunca perdi a minha fé em Deus*”. A sequência de “nãos” e “nuncas” que a inocentam culminam na relação com Deus. Portanto, se a Justiça dos homens não é capaz de perceber que o sujeito não cometeu crime algum e não ostenta nenhuma maldade, a de Deus o fará. Se existe alguma Justiça que pode tardar, mas não falha, esta é a divina. Ao marcar esse movimento na ordem do discurso, o sujeito se vê amparado.

Em seguida, o sujeito, para justificar o bom comportamento na prisão, filia-se a uma rede de sentidos da infância. É dentro do presídio que parece reordenar o passado, o tempo de criança. Ele demonstra isso quando escreve que está encarando a vida de presidiária da mesma forma como se comportava no orfanato em que foi criado. “*Lá era mais de 400 crianças e tinha criança de todo jeito, revoltada, chata, briguenta, boas, metidas, etc. Lá eu vivia presa o dia inteiro no tal do cercado, que é igual ao pátio daqui, so sai de la ara ir pra escola*”. Para o sujeito, a vida na prisão se configura da mesma forma que a do orfanato, com pessoas de tipos parecidos e estrutura de aprisionamento semelhante. O cárcere, para este sujeito, é algo já conhecido. Existe uma memória discursiva sobre prisão ao qual este sujeito se filia para produzir sentidos.

Como vimos em Pêcheux (1999), os sentidos são produzidos a partir de uma memória discursiva. Quanto mais “recheio” essa memória tiver, maior será a chance de compreender os sentidos circulantes e romper com eles, produzindo outros sentidos. Ainda para o autor, a memória não é linear. Ela se assemelha a uma rede, que permite ao sujeito se fixar em alguns de seus pontos para enunciar a partir deles. Esses pontos carregam sentidos que parecem evidentes dentro de determinada formação discursiva. E, ao enunciar, o sujeito retoma, então, termos e expressões com sentidos já conhecidos.

No caso desta carta, o sujeito traz para o texto sentidos já conhecidos do orfanato para tentar entender o que está vivendo no presídio. Pode-se perceber, inclusive, uma equivalência discursiva entre os termos “*cercado*” e “*pátio*”, já que o sujeito compara os dois – um da época do orfanato e outro do agora, da prisão -, afirmando que são iguais. Esta filiação a uma rede de sentidos do passado traz à tona sentimentos como medo (de briga, de

confusão) e ansiedade (não ver a hora de ir embora), provavelmente já experimentados no orfanato. Por isso, o sujeito se filia a esses sentidos para tentar romper com eles.

Nessa hora, aparece novamente o apego a Deus: “*Graças a Deus estou indo embora*” e “*Só por Deus vii*” são exemplos, o que passa a impressão de que essa filiação ao sobrenatural também tenha sido decisiva num momento anterior, algo já vivido. Se Deus a tirou do orfanato, pode, da mesma forma, salvá-la da prisão. Mas, diferentemente de dizeres anteriores, este sujeito não faz nenhuma referência ao recomeço de vida ao lado de entes queridos após ganhar a liberdade. Ele escreve, aliás, que nem sabe onde estão as filhas, o que remete a uma sequência de sentidos, quais sejam, a orfandade da infância, a falta de familiares na instituição em que viveu anos atrás. O cárcere é visto, a partir dessa concepção, como um mecanismo de isolamento, de separação deste sujeito do restante da família. A ausência de notícias sobre o filho denuncia que, provavelmente, como no orfanato, em que se sentia abandonada pelos parentes, na prisão o abandono também prevaleceu. Talvez seja por isso que o recorte “*estou indo embora*” estejam grifado, o que marcaria um desejo total de libertar-se dos medos e do abandono.

Interessante observar que este sujeito classifica como erro justamente o fato de não ter feito nada de errado, de não ter feito maldade a ninguém. Ao que parece, é uma demonstração de revolta por não ter reagido às injustiças que diz ter sofrido. Este dizer da injustiça predomina, sobressai, portanto, numa tentativa do sujeito de sensibilizar, convencer o interlocutor de que não voltará para a prisão, a não ser que sofra uma nova injustiça.

CARTA 8

Solidão Tristeza e muitas Saudades
 Eu me chamo S8. 29 anos
 Estou presa a 5 anos por trafico de drogas e fui condenada a 6 anos e 6 meses.
 Vou falar um pouco da minha vida dentro do presídio.
 hoje eu sinto muita saudades de meus filhos, porque faz 2 anos que não os vejo.
 Por que hoje me encontro longe de casa.
 hoje eu vejo o quanto não dei valor a minha liberdade. Aqui nada posso, não posso me vestir como quero. Não posso comer o que tenho vontade.
 Enfim não posso fazer nada.
 Quando fecha as tranca eu penso Meu Deus, quando sera que vou embora.
 Todos os dias as mesmas coisas.
 Não come bem, porque não sinto fome.
 Quando estava na minha casa, eu cozinhava o que eu queria.
 Mas hoje sou obrigada a comer o que vier.
 hoje eu aprendi a dar valor em tudo.
 Principalmente na minha liberdade.
 Quero ver os meus filhos crescer falar pra eles, que o mundo não e como a gente pensa quero que eles cresça uns homens digno de respeito.

hoje eu ando triste porque anda acontecendo coisas que me deicham sem reação aqui dentro.
 Más procuro me distrair com trabalhos manuais ou ler um pouco.
 Porque eu creio que logo vou embora.
 Em fim o presídio é solidão tristeza e muitas saudades.
 O choro dura uma noite más a alegria vem pela manhã.

Este relato, escrito em 5 de janeiro de 2005, pode ser classificado como o primeiro em que emergem sentidos bastante diferentes das cartas que analisamos até agora. Primeiro porque a identificação é rápida. Ocupa apenas uma linha do texto. Segundo porque, logo de cara, o sujeito se assume como um integrante do sistema prisional e define, identifica o seu crime: tráfico de drogas. E, em terceiro lugar, porque limita seu relato à vida no presídio, com apenas duas referências aos filhos e uma a Deus. Mesmo assim, quando invoca o divino, faz isso para questioná-lo e não para agradecer ou pedir uma graça. Esse questionamento é marcado por uma revolta do sujeito frente ao fato de ser habitante do sistema prisional. *“Quando fecha as tranca eu penso Meu Deus, quando sera que vou embora”*. O restante do texto é todo dedicado a um discurso que expõe as privações provocadas pelo presídio. No transcorrer da carta, é possível identificar, por várias vezes, sentidos relacionados a ausência. A começar pelo título: *“Solidão Tristeza e muitas Saudades”*. Três termos que indicam ausência de algo ou alguém.

Esses sentidos continuam, praticamente, por todo o relato, como pode ser observado nos recortes: *“Aqui nada posso, não posso me vestir como quero. Não posso comer o que tenho vontade”*; *“Enfim não posso fazer nada”*; *“Não come bem, porque não sinto fome”*; *“anda acontecendo coisas que me deicham sem reação aqui dentro”* e *“Enfim o presídio é solidão tristeza e muitas saudades”*. Recortes que replicam o imaginário sócio-histórico de privação a que os presos estão submetidos. O “não poder” dos detentos se mostra como a expressão maior da prisão, o que promove neste sujeito discursivo uma sensação de impotência (não ter nada, não poder escolher, não ter como reagir e, até mesmo, não sentir prazer em comer). A privação coloca o sujeito em questão num processo de reflexão. Temendo que os filhos reproduzam uma situação que o faz sofrer, o sujeito comenta que terá algo a dizer a eles quando crescerem. *“Quero ver os meus filhos crescer e falar pra eles, que o mundo não e como a gente pensa quero que eles cresça uns homens digno de respeito”*. Neste recorte, o sujeito acaba classificando a prisão como uma forma de desrespeito ao ser humano, o que indicia o efeito de uma denúncia.

Todo o sofrimento do sujeito no presídio cria condições para que o sentido de ansiedade possa ser falado. Uma ansiedade em relação à libertação. Como a prisão o limita

em todas as ações, só há uma coisa que lhe trará, de novo, o poder de escolher, de cozinhar o que quiser, de mudar o destino: sair daquele ambiente prisional. Como pode ser observado nos seguintes recortes: *“hoje eu vejo o quanto não dei valor na minha liberdade”*; *“hoje eu aprendi a dar valor em tudo principalmente na minha liberdade”*; *“Porque eu creio que logo vou embora”* e *“O choro dura uma noite más a alegria vem pela manhã”*.

Estes recortes demonstram uma filiação aos sentidos de liberdade, que aparecem como um projeto de futuro, ou seja, de que o sujeito pretende mudar de postura, se comportar de forma diferente em relação ao período anterior ao cárcere. Metaforicamente, a liberdade é vista, nas últimas linhas do texto como “claridade”, “dia”, “luz”, por meio do vocábulo *“manhã”*, contrapondo-se a *“noite”*, que marca a escuridão representada pela prisão; mesmo sufocado pela noite, existe uma esperança, um projeto de vida para o futuro que poderá receber aqui o nome de liberdade.

Portanto, como dissemos, este relato faz falar sentidos diferentes da maioria das cartas já analisadas. Não existe resignação, mas revolta. O sentido de família não é de total proteção ou de porto seguro. Pelo contrário. Este sujeito sabe que terá de educar o filho para que ele não reproduza a vida difícil do presídio. Neste caso, não nos parece que este sujeito está inscrito nos discursos do “a paga” (tendo em vista que o sujeito não se conforma com as condições aos quais está submetido), do “a-paga” (o sujeito não deixa muitos indícios de como será sua reinserção na vida em sociedade, pois faz referência apenas aos filhos) e do “apaga” (parece ter consciência de que um apagamento total do crime e do passado no presídio é difícil – se for possível, será feito por meio da geração posterior, a dos filhos, que, segundo o sujeito, serão educados para encarar as dificuldades e se tornarem homens dignos de respeito, sem o desgosto de habitar uma prisão).

Se, por um lado, o sujeito instaura sentidos diferentes dos observados nas escritas anteriores, por outro, busca gerar no interlocutor um processo de convencimento de que não voltará ao crime, semelhante ao das outras cartas já analisadas. Isso demonstra que, para projetos de dizer parecidos, existem diversas possibilidades de filiação às redes de sentido, que vão depender das formações discursivas em que o sujeito está inserido. É possível analisar, também, que, mesmo inscrevendo sentidos diferentes, relacionados à privação sofrida pelos presos, o dizer deste sujeito não se desvencilha dos mecanismos de dominação do sistema prisional. Como foi visto nos capítulos anteriores, Foucault afirma que uma das formas de se exercer o poder na prisão é por meio do *panoptismo*, que consiste na constante vigilância dos encarcerados. No caso dessa carta, o sujeito atesta, percebe essa vigilância, quando diz que não tem liberdade no presídio e que não pode fazer o que quer, mas

não consegue fazer circular um discurso que questione a legitimidade da dominação e desperte a possibilidade de uma mudança no sistema. Mesmo com toda a revolta, ele não tem forças para enfrentar os mecanismos de controle da prisão. Tanto que a única saída é fugir deles e fazendo com que os filhos fujam também. Dessa forma, o poder do Estado cumpre seu papel: diante da vigilância, o indivíduo torna-se doce e útil à sociedade.

CARTA 9

6 de janeiro de 2005

Olá, meu nome é S9, tenho 23 anos e sou mãe de 2 lindas filhas que hoje são a minha vida.

Entrei na vida do crime e da prostituição muito nova, eu tinha apenas 11 anos de idade, eu não precisava de nada disso p/ viver como de fato não preciso, me arrependo amargamente pelos erros que cometi na minha infância, adolescência e juventude e hoje pago 1 preço alto demais por tudo que cometi, sei que hoje não posso voltar atrás no passado mas posso olhar p/ ele e tirar lições de aprendizado p/ que futuramente eu não venha errar novamente e cometer os mesmos erros que me fez e fáz sofrer muito.

Errar todos erramos pois somos seres mortais e sujeitos a errar a cada instante, sou de 1 família de classe média, meus pais sempre dedicou a vida deles a mim e aos meus 4 irmãos, a razão a qual eu entrei para esta vida é sem 1 sentido e sem 1 porque, dentro da casa de meus pais eu sempre tive de tudo e nunca faltou nada nem para mim e nem para meus irmãos dentro de minha casa vi muita violência contra minha mãe por meu pai na época (ano de 87) com tudo o que viamos eu e meus irmãos (mesmo tendo o conforto e tudo o que precisamos) iam dormir e pedir na rua, na medida que fomos crescendo cada qual se tornou independente de 1 certa forma e tinha vezes que eu e meus irmãos passávamos 2, 3 semanas na rua e voltávamos p/ a casa p/ se alimentar dormir e etc, mas sempre que voltávamos era sempre a mesma coisa, meu pai bebado batendo em nossa mãe, comecei a usar drogas com 11 anos, meus 3 irmãos começaram com 9 o outro 10 e o outro 13. 2 usavam cola de sapateiro, eu usava a cocaína e já o mais velho usava a cocaína e a maconha e era travesti, ele faleceu com 20 anos, vítima da droga e da prostituição ele se chamava W., e foi morto na esquina da minha casa com 5 tiros por estar tentando assaltar 1 senhor que o convidou para 1 programa, já meu outro irmão que hoje falecido também, morreu por consequência da droga, ele era homem mas se prostituía era 1 garoto de programa, ele contraiu o HIV foi preso por roubo e dentro da prisão morreu por causa que não sabia que tinha o vírus e contraiu pneumonia que o levou a morte, já o meu irmão A. o mais novo, ele roubava muito, com 14 anos foi p/ a Febem onde fugiu por 3 vezes e só saiu quando tinha 18 anos, hoje ele não usa drogas tem 21 anos, trabalha com o meu pai, graças a Deus hoje ele vive como 1 cidadão comum.

Meus pais se separaram a 6 anos atrás eu tinha apenas 17 anos, já traficava eu tinha 1 filho (2 pois 1 faleceu) era amaziada só que eu não queria saber de 1 vida honesta porque traficava p/ tirar o sustento do meu vício e me prostituía também, hoje dou graças a Deus por não ter contraído doenças venéreas e o HIV, fui traficante por quase 9 anos e prostituta por 7 anos, a minha primeira prisão foi em um 12, eu já não usava mais a droga, pois com os acontecimentos, a separação dos meus pais, a gravidez de minha filha e a morte do meu irmão W., eu fui procurar ajuda para parar com a droga tanto que hoje tenho problemas de saúde por causa da droga, tomo 2 antidepressivos por dia e chego a tomar de 3 a 5 analgésicos por causa da droga que me deixou marcas.

Fui presa no artigo 12 com 18 p/ 19 anos fiquei presa por 2 anos, nisto perdi mais 1 filho, pois fui presa grávida de 3 meses, aprendi muitas coisas, vi que o crime e tudo que vivi dos meus 9 anos aos 20 não valeu de nada perdi a infância do G. que irá

fazer 8 anos e da G. que irá fazer 6 anos, sendo que quando fui presa pela 1ª vez a G. tinha apenas 1 ano e o G. tinha 3 anos, quando voltei presa no artigo 157, 2 meses que sai de condicional perdi totalmente o contato com minha família, hoje tem 2 anos e 9 meses que estou de volta neste inferno, não voltei porque pratiquei crime algum e sim porque não estava com a pessoa certa e no lugar certo, quando falo que não cometi crime algum as pessoas riem e zomba da minha pessoa, mas acredito eu que nada é por acaso apenas que existe rasões que a própria rasão desconhece, quando voltei já estava com outro marido que hoje estamos largados, e prefiro dizer que estamos passando por 1 crise, minha mãe não sei o que levou para o crime, mas hoje ela esta presa em um 12 e com problemas serios de saude.

Eu pretendo reconstruir minha vida, ajudar minha mãe, criar e ver, acompanhar a educação e ter meus filhos sempre debaixo de minhas asas, será difícil? Sim, mas não impossível, não é porque sou 1 presidiaria que quando eu deixar de ser eu não irei lutar pelos meus sonhos e meus ideais são reconstruir minha família, ter 1 vida digna onesta e dentro das condições, os erros que cometi procurarei a não faze-los d/novo porque não preciso disto, agradeço pelo meu sofrimento pois com ele aprendi muitas coisas, aprendi o valor de 1 filho, o valor de tudo, tenho Deus na minha vida e com ele posso alcançar meus objetivos e voltar a ter 1 vida normal, pois hoje tenho meus pés no chão e não que viver mais a ilusão do crime.

Nesta carta, escrita em 6 de janeiro de 2005, nota-se, primeiramente uma preocupação que vem sendo recorrente em relatos anteriores: a identificação. Filiar-se a uma família, a alguém que está fora do presídio, e marcar o início do texto com o nome e a idade parecem ser um caminho para que não haja o risco do anonimato. O esforço é para não ser visto como qualquer um, como no sistema prisional, em que a identificação, normalmente, é por número. Mas, sim, como uma mulher que tem entes queridos e possui desejos e vontades. E, por isso, merece ser respeitada.

Logo no segundo parágrafo, o sujeito faz circular o discurso da “paga”, já abordado em outros textos. Ele demonstra que aceita a prisão como um castigo pelos atos que praticou no passado, apesar de considerar que esse castigo tem um “*preço alto demais*”. Logo no início, diz estar arrependido e procura mostrar-se dessa forma durante todo o texto, apresentando-se, de acordo com Foucault, como dócil e útil, e que, a partir do momento em que for libertado, não mais causará, por meio do crime, problemas à sociedade.

A partir do terceiro parágrafo, o sujeito começa a reproduzir discursos aceitos e legitimados socialmente, mas que fogem um pouco às condições pelas quais passou desde a infância. Toda a carta demonstra, aliás, agora sob o olhar de Pêcheux, a constituição desse sujeito dentro de uma ideologia dominante. Mesmo enfrentando um dia-a-dia complicado, com o pai alcoólatra e violento, o sujeito relata que nunca faltou nada em casa e que sempre teve tudo o que era importante para sua sobrevivência. Este dizer é típico da ideologia capitalista, em que o “ter tudo” representa estar cercado de valores materiais. Nota-se, aqui, que este sujeito não considera características como a harmonia familiar, o respeito e o carinho entre os habitantes de uma mesma casa como fatores indispensáveis à vida. Uma mostra disso

é que o sujeito afirma não entender muito bem as próprias atitudes, já que vivia em boas condições financeiras. A partir dessa concepção, só entra no crime quem atravessa condições financeiras desfavoráveis; só os pobres podem ser criminosos. Outros fatores são desconsiderados. O conforto e os bens de consumo já seriam, em tese, suficientes para evitar comportamentos que transgredissem os valores sociais, o que o inscreve na ideologia do capital. Isso pode ser observado no seguinte recorte: “(...) *sou de 1 família de classe média, meus pais sempre dedicou a vida deles a mim e aos meus 4 irmãos, a razão pela qual eu entrei para esta vida é sem 1 sentido e sem 1 porque, dentro da casa de meus pais eu sempre tive de tudo e nunca faltou nada nem para mim e nem para meus irmãos*”. Como a sua entrada e a dos irmãos no crime foge, portanto, à questão da posse material, fica difícil, para este sujeito, achar uma explicação para o que considera um comportamento transgressor.

Por ser de classe média, este sujeito se posiciona como uma exceção à regra. Se o crime, para ele, está ligado à necessidade de conseguir dinheiro e, tendo em vista que já possuía recursos materiais, então o comportamento criminoso é “*sem 1 sentido e sem 1 porque*”. Neste contexto, configura-se uma relação do sujeito com a ideologia dominante, responsável pela instauração dos sentidos replicados no texto.

Outro discurso que circula na sociedade capitalista e que é reproduzido nesta carta é o que trata do erro. Para o sujeito, “*Errar todos erramos pois somos seres mortais e sujeitos a errar a cada instante*”, o que pode remeter o interlocutor a um ditado popular que afirma que “*Errar é humano*”. É esse o argumento que o sujeito utiliza para justificar sua entrada no crime. Os problemas familiares, representados pela violência doméstica, aparecem no texto apenas como agravantes dessa situação, e não como causa. A partir daí, o sujeito lista uma sequência de tragédias familiares, como o envolvimento dele e dos irmãos com a droga e a morte de dois deles, em decorrência do crime. Neste recorte, há a naturalização dos sentidos de erro. O sujeito replica como evidente, natural, a afirmativa que todo ser humano erra. Sendo assim, ele, como é humano, também erra. E, por isso, tem direito ao perdão, como os outros que erram.

Novamente, o apego a Deus aparece, como o fator que propiciou a salvação deste sujeito. Ele agradece por não ter contraído doenças venéreas e pela possibilidade de, após a liberdade, tentar reconstruir a família. Mais uma vez, a figura divina representa um recomeço de vida incontestável, apesar de todas as dificuldades enfrentadas até o momento. Deus representa o perdão absoluto dos erros desse sujeito. O apego é tamanho que chega ao ponto de o sujeito agradecer pelo sofrimento enfrentado, pois, com ele, aprendeu a dar valor nas filhas: “*agradeço pelo meu sofrimento pois com ele aprendi muitas coisas, aprendi o*

valor de 1 filho, o valor de tudo". É nos sentidos de Deus e família difundidos pela ideologia dominante que este sujeito pretende retomar a vida em sociedade (a-paga) e, dessa forma, voltar a ter uma vida normal, longe do crime (apaga).

CARTA 10

A lição de vida que tive e experiência, em uma prisão!..

1º) O arrependimento por não pensar 2 vezes antes de praticar o que fiz.

2º) Querer que o tempo voltasse para que o que aconteceu fosse evitado.

Passei, por muitos sofrimentos sendo uma detenta rebelde.

Passei pelo Anéxo que é mais sofrimento do que em uma Penitenciária.

Depois desses sofrimentos que passei hoje, me sinto bem e pronta para encarar a sociedade. Digo isso porque tenho crises convulsivas e como esse problema e por amar muito minha mãe, quero me ver livre dessas grades o mais rápido possível.

Para que possa ir para perto de minha mãe, fazer tudo que não fiz por ela, E espero que eu possa conseguir fazer um curso De cabeleireiro para me manter.

E dizer chega de tanto sofrimento E viver como uma pessoa normal e provar para si mesma que se arrependeu, E antes de fazer algo que seja pensado primeiro.

Tenho o objetivo de ser cabeleireira e vou conseguir, para me manter e ajudar a minha mãe. Olha é pouco o que escrevi + e real.

Nesta carta, não datada, há três pontos importantes que podem ser tomados para a análise. Primeiro, o confronto com o passado, o que pode ser observado através do tempo verbal "*passsei*", que indica uma ação já consumada. O sujeito o utiliza por três vezes seguidas, da terceira à quinta linha do texto: "*Passei por muitos sofrimentos sendo uma detenta rebelde*"; "*Passei pelo Anéxo que é mais sofrimento uma penitenciária*" e "*Depois desse sofrimento que passei*". O uso desse tempo verbal indicia um desejo de libertar-se desse passado. O verbo está no pretérito perfeito do indicativo, o que demonstra uma atitude consumada, e que, portanto, está acabada, posta, zerada. Assim, é possível recomeçar como se tivesse nascido de novo. É essa a imagem que o sujeito procura passar. No próprio título da carta, também existe um verbo no passado, "*tive*", utilizado pelo sujeito para, de forma resumida, identificar o que a prisão representou para ele: "*lição de vida e experiência*". Portanto, além de tentar zerar o passado, o sujeito procura convencer de que o presídio representou aprendizado, suficiente para que possa conviver, novamente, em sociedade, já que a prisão significou um acerto de contas com um passado de envolvimento com o crime e de rebeldia, demonstrando a eficiência do panóptico, conceito trabalhado por Foucault (2002), em que o sistema prisional é visto como educador.

Entretanto, a presença no texto dessas lembranças do passado denuncia que os fatos de que o sujeito almeja tanto se libertar ainda estão bem vivos, em curso, e seu acúmulo,

em pequenos pedacinhos de memória, é responsável por construir o hoje. Tanto que ele expõe, logo no início do relato, seu arrependimento e seu desejo de que houvesse uma volta no tempo. Mesmo procurando apagar o passado, o sujeito deixa transparecer que ele ainda o machuca. É pelo acesso à memória discursiva, que traz à tona sentidos de fatos vividos, agora ressignificados diante da posição ocupada no presente, que se dá esse esforço de apagamento de acontecimentos do ontem. O retorno desses acontecimentos ao texto mostra que eles não foram resolvidos, solucionados. Diante disso, sendo impossível que haja uma volta no tempo cronológico, o sujeito busca possibilitar essa volta por meio da lembrança. Os conflitos presentes no texto denunciam, porém, que esse apagamento do ontem ainda não foi concretizado; o sujeito assume para si a posição de quem ainda não obteve sucesso.

O segundo ponto a ser abordado é a ausência de pistas sobre o crime, como em relatos anteriores. O sujeito menciona apenas que não pretende mais praticar o que fez. Mas, em nenhum momento, identifica ao interlocutor o ato ilícito. O desejo de apagar o passado, conforme foi exposto nos parágrafos anteriores, dá-se a conhecer acompanhado de um efeito de constrangimento em expor o motivo que culminou em sua prisão. Finalmente, a terceira característica do texto são as marcantes referências à figura da mãe, que aparece por quatro vezes: “(...) e por amar muito minha mãe, quero me ver livre dessas grades o mais rápido possível”; “Para que possa ir para perto de minha mãe”; “fazer tudo o que não fiz por ela” e “para me manter e ajudar a minha mãe”.

Estas menções parecem demonstrar que existe uma dívida para com a mãe e que deve ser paga; é à mãe que se dará como recompensa a liberdade deste sujeito, que promete agora trabalhar para ajudar no sustento da casa. Nesse contexto, é somente auxiliando e colaborando com a mãe por meio do trabalho que o passado de rebeldia e de detenta será, finalmente, apagado, na concepção do sujeito. Como a mãe ainda não teve a recompensa merecida, os acontecimentos do ontem ainda atormentam o sujeito, mesmo que este se sinta pronto, como diz num trecho da carta, a encarar novamente a sociedade. Isso pode ser percebido no seguinte recorte: “E viver como uma pessoa normal e provar para si mesma que se arrependeu”. Aqui, existe, também, uma filiação a sentidos pré-construídos. Uma pessoa normal, para o sujeito na posição que ocupa, é alguém ligado à família e ao trabalho, que, como foi abordado em relatos anteriores, são realizadores da ideologia dominante.

Este enunciado, no entanto, promove a emergência de um distanciamento entre o sujeito e seu arrependimento, como se a prova de que abandonou o crime tivesse que ser dada não a si próprio, mas a uma terceira pessoa, que pode ser a mãe. A ligação com a figura materna é tão forte que é indispensável incluí-la nesse processo de arrependimento e desejo de

recomeçar a vida fora da prisão. Esta é a primeira carta em que não existe nenhuma filiação a Deus, efeito de sentido que tanto marcou, nas narrativas anteriores, o efeito de recomeço. A possibilidade do novo dá-se a conhecer aqui com a perspectiva de trabalho, já que o sujeito inscreve, em dois momentos de seu relato, o sonho de ser cabeleireira. Mantêm se, então, as ligações com “a paga” (ela se mostra resignada frente ao sofrimento na prisão, o que, para ela, opera como uma preparação para a liberdade), “a-paga” (refere-se às maneiras como pretende se reinserir na sociedade, por meio da família e do trabalho) e o “apaga” (a sensação de que terá resolvido definitivamente as contas com o passado ao sair da prisão, reconciliar-se com a mãe e se dedicar ao ofício de cabeleireira).

3.2 Cartas de fora da prisão

Após a análise dessas dez primeiras cartas, que foram escritas no interior da Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto durante a vigência do Programa Liberdade Consciente, analisamos outras oito cartas escritas por sujeitos-mulheres que já haviam sido libertadas após ficarem um período encarceradas neste presídio e que também participaram das reuniões do Liberdade Consciente. Esses sujeitos mandaram notícias atendendo solicitação das diretoras do programa, que desejavam saber se houve sucesso na reinserção de cada um no meio social. Destaca-se que houve uma alteração na posição-sujeito. As primeiras estavam dentro do presídio, ocupando a posição de detentas e, agora, temos a voz de sujeitos ex-detentas, que se encontram fora do presídio para o qual enviam notícias. Mas esta mudança altera, também, a forma como os sentidos são produzidos? Este é um dos aspectos que serão analisados. A primeira dessas cartas materializava o seguinte dizer:

CARTA 11

Agulha 31-1-005

Pego na caneta e papel, para dar minhas notícias.
 Fiquei muito contente quando recebi, esta carta.
 Vocês querem saber como estou
 Eu vou indo muito bem com a Paz de Deus e com os meus familiares
 O retorno desta carta é de muita Honra e Felicidade, porque meu filho saiu da Cadeia e esta trabalhando de servente de Pedreiro.
 Fiquei muito contente de lembrar de mim
 Meu trabalho e cuidar de minha casa e de meu esposo e fazer tapete
 Convivo bem com meus vizinhos e vou na Igreja Congregação Cristã no Brasil 2 vezes por semana Domingo e Terça feira
 Espero que ao receber esta carta todos possa sentir a presença de Deus
 Aqui termino mandando Saudação com a Paz de Deus para a Irmã R. e R..

Evio lembrança para Sra E.
E para C.

Deus que Abençoe a todos

Nesta carta, escrita em 31 de janeiro de 2005, persiste a recorrência à figura divina e ao sobrenatural, o que pode ser percebido em quatro recortes: *“Eu vou indo muito bem com a paz de Deus e com os meus familiares”*; *“Convivo bem com meus vizinhos e vou na Igreja da Congregação Cristã no Brasil 2 vezes por semana”*; *“Espero que ao receber esta carta todos possa sentir a presença de Deus”* e *“Aqui termino mandando Saudação com a Paz de Deus”*. A saudação final da carta também menciona Deus: *“Deus que Abençoe a todos”*. Mas o efeito de sentido criado nesta carta difere um pouco de textos escritos no interior do presídio. Se antes, em algumas cartas, havia um apelo pela presença de Deus e pedidos pela salvação, neste caso, há uma certeza da presença divina. Isso cria efeitos de paz, de tranquilidade, e não de conflito, com em casos anteriores. Apesar disso, um efeito permanece em relação às cartas de dentro da prisão: o de agradecimento. Seja pelo alívio ou pelo sofrimento. Pouquíssimas vezes, há questionamentos, tentativa de ruptura com Deus.

Um outro sentido regularizado como dominante é o de família. Primeiro, há uma identificação do sujeito da carta para com o filho, que também acabou de sair da prisão. Esse fato permite ao sujeito pensar num recomeço de vida ainda mais harmonioso, já que houve uma libertação dupla: a dele e a do filho. Depois, são informadas as ocupações do marido e do próprio sujeito, o que serve para introduzir um terceiro sentido que persiste quando há a mudança da prisão para fora dela: o trabalho como forma de recuperação, reabilitação. Exemplos disso são: *“meu filho saiu da Cadeia e esta trabalhando de servente de Pedreiro”* e *“Meu trabalho e cuidar de minha casa e de meu esposo e fazer tapete”*.

O sujeito alia-se aos sentidos dominantes de Deus, família e trabalho, legitimados socialmente como lugares de pessoas de bem, para deixar transparecer um efeito de recomeço perfeito, de que a vida está sendo reconstruída com sucesso. Ele agrega ao texto duas expressões sobre seu estado de espírito para não deixar dúvidas quanto a isso. Termos que indicam intensificação: *“Eu vou indo muito bem”* e *“muita Honra e Felicidade”*. Como foi visto na análise da carta 3, esse conjunto Deus-família-trabalho, com sentidos produzidos na/pela ideologia dominante, constitui uma formação discursiva em que estão inseridos os sujeitos-mulheres que participavam ou haviam passado pelo Programa Liberdade Consciente da Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto.

Nota-se que a simples filiação à rede de sentidos estabelecida dentro dessa formação discursiva basta para que o sujeito da carta passe para as coordenadoras do Programa Liberdade Consciente uma auto-imagem positiva, assumindo uma posição de responsabilidade. Não há questionamentos a respeito da qualidade do seu próprio trabalho, tampouco dos exercido pelos filhos e pelo marido. Não existe uma simples menção sobre os desafios enfrentados após a saída da prisão, visto que o relato inscreve um efeito de agradecimento/agrado ao interlocutor, por meio de cumprimentos afetuosos: “*Aqui termino mandando saudação (...)*” e “*Evio lembrança para (...)*”. Os aspectos da convivência familiar e na sociedade são suprimidos, marcando o modo como o sujeito não pode dizer sobre estes sentidos.

A memória discursiva sobre a prisão, sobre as dificuldades provavelmente enfrentadas lá dentro, não permitem, também, nenhuma referência ao assunto. Isso faz com que apenas o fato de estar do lado de fora já se configura como um motivo de alegria, de felicidade. A formação discursiva representada pelos sentidos dominantes de Deus, família e trabalho parece ser suficiente e eficaz para um recomeço vitorioso. Apoiada nela, a vida fica menos difícil numa sociedade que reconhece essa formação discursiva como sendo determinada por valores de inclusão social.

CARTA 12

São Paulo, 14 de fevereiro de 2005
Bom dia Sra E.

Espero que quando esta humilde carta chegar em suas mãos, espero que tudo esteja bem com a sua e toda sua família.

Gostaria de agradecer a atenção que dispensou a mim, fiquei muito feliz por saber que ainda há pessoas e/ou lugares que se importam com pessoas como eu (ex detenta).

Por glória de Deus estou bem, com a minha família, minhas irmãs que tanto amo; estou estudando novamente, já fiz alguns cursos para incrementar o meu currículo e com o apoio de minha família consegui um emprego temporário.

Em uma oportunidade que tive, recebi o endereço e telefone de um lugar onde me ajudariam a encontrar um emprego, um lugar que não haveria de ter esse preconceito... Pois bem, sra E., sei que peço muito, mas a sra poderia me passa novamente pois o perdi antes de sair daí.

Tenho muito medo de perder meu emprego pois com ele estou refazendo a minha vida e ajudando a minha família... Por esses motivos que quero ter algo em que me apoiar se acontecer o pior...

Não quero abusar de sua boa vontade se houver possibilidade, serei-lhe eternamente grata.

Mando saudações à sra C., à sra V. que me deu muito apoio, mas principalmente para a profª S. que foi uma luz nessa escuridão.

Mais uma vez lhe agradeço por sua atenção
Deixo um abraço para a sra.

Até breve

O relato acima, não datado, marca o sujeito assumindo uma posição de fragilidade no seu dizer, marcando o quanto precisa de ajuda, por causa da dificuldade de se reinserir na sociedade após passar um período na penitenciária. Alguns elementos marcam essa condição de fragilidade. Logo na primeira linha do texto, há a expressão “*humilde carta*”, que indicia um falar de sujeito que não tem autoridade nenhuma, carente de apoio, que grita por socorro. É uma carta da qual não brota de nenhum tipo de poder dominante. Pelo contrário. É o documento de uma vítima, de um produto do poder que não pode ocupar um outro lugar social, visto que sofre as representações e pressões sociais de preconceito atribuídas a um ex-detento. Por isso, torna-se humilde, denunciando que, diante das exigências sociais, das normas vigentes, o sujeito se sobra, molda-se a elas, como foi mostrado no capítulo anterior utilizando-se da teoria foucaultiana. Não há uma tentativa de reação ao poder, o que caracteriza, para Foucault, que este sujeito se constituiu como indivíduo dócil e útil ao sistema.

Em outro recorte, o sujeito diz estar feliz por ter encontrado pessoas que se importam com ele, na condição de “ex-detenta”. Ao escrever sobre isso, se mostra surpreso. Isso parece ocorrer porque o sujeito recorre a sentidos pré-construídos, já ditos, conceitos estes abordados por Pêcheux, para enunciar, como o de que uma ex-detenta, geralmente, não recebe a atenção do Estado, dos poderes governamentais. A surpresa, portanto, decorre disso. O fato de uma das coordenadoras da penitenciária ter solicitado informações sobre sua vida e seu processo de readaptação à sociedade depõe contra esse sentido pré-construído, desconstrói algo até então consolidado sócio-historicamente. A posição de fragilidade percorre todo o texto e pode ser observada por meio do uso de expressões como “*preconceito*”, o qual tem medo de enfrentar, como na passagem a seguir: “*Em uma oportunidade que tive, recebi o endereço e telefone de um lugar onde me ajudariam a encontrar um emprego, um lugar que não haveria de ter esse preconceito...*”. Outra expressão que marca um sujeito frágil é “*se acontecer o pior*”. Isso pode ser notado em: “*Por esses motivos que quero ter algo em que me apoiar se acontecer o pior*”. O sujeito marca essa posição ao confirmar que sente medo de perder o emprego temporário, porque, através dele, está reconstruindo a vida e a da família.

Estas características demonstram que ele antecipa sentidos socialmente construídos sobre ser ex-detenta e passa a se precaver frente ao mercado de trabalho, para que seu passado não interfira no desejo de retomar a vida aqui fora. Provavelmente, este sujeito não tenha enfrentado ainda nenhum tipo de preconceito depois da liberdade, mas como já

carrega um imaginário sobre os problemas enfrentados por alguém que já esteve preso, principalmente se este alguém for mulher, que, na ordem do discurso vigente na sociedade capitalista, deveria estar no lugar de boa mãe, boa esposa, dona-de-casa, toma atitudes preventivas contra os efeitos desse discurso. Ela rema contra a memória coletiva, que parece colocar num ex-preso, mesmo que ele se mostre disposto a ficar longe do crime, uma estampa eterna de delinquência.

Percebe-se, então, que o sujeito aceita a sua condição, não silencia essa condição, não apaga seus efeitos, mas busca minimizá-los com ações também legitimadas socialmente como corretas, como a inserção na formação discursiva representada pelos sentidos dominantes de Família-Trabalho-Deus, tendo este último sido recorrente em quase todas as cartas analisadas até agora. Neste relato, Deus aparece como uma entidade que abençoa a família e dá forças para a reconstrução da família – o sujeito cita as irmãs e diz que as ama – e para o surgimento de uma mulher ligada ao trabalho e não mais ao crime: *“estou estudando novamente, já fiz alguns cursos para incrementar o meu currículo e com o apoio de minha família consegui um emprego temporário”*. Assim, este sujeito faz produzir um efeito de que está se esforçando e merece continuar recebendo apoio da Sra. E. e dos outros funcionários do presídio, de quem diz ter recebido ajuda enquanto esteve presa. De forma que o único poder que esta carta almeja ostentar é a de tentar convencer de que o seu sujeito merece uma segunda chance.

O conflito por que passa este sujeito, de assumir sua condição de ex-detento, mas, em contrapartida, tentar minimizar suas consequências, aparece no texto com de forma ambígua. A última expressão do texto – *“Até breve”* – pode ser interpretada de duas maneiras: que o sujeito voltará a enviar cartas para a penitenciária, com notícias sobre sua vida, ou que encontrará, novamente, os coordenadores da penitenciária, caso reincida no crime.

CARTA 13

Araraquara, 13- 02- 05

Prezada Senhora, E.

Primeiramente quero lhe agradecer, por ter recebido essa pequena carta da senhora querendo obter notícias minhas.

Eu, posso dizer a Senhora que com a graça de “Deus” eu estou passando por momentos difíceis mais graças a “Deus” já foram resolvidos.

Bom, o tempo que passei ai me serviu pra muitas coisas principalmente para não pensar nunca em viver no mundo do crime, estou trabalhando à 7 meses minhas

filhas estão estudando exeto minha filha de 16 anos que teve um problema e parou de estudar no final do ano e agora esta dificil para arrumar vaga, e ela quer muito voltar estudar mais acredito que vai dar tudo certo eu espero.pois não quero que minha filha fique sem ocupação.

Quero agradecer, de todo meu coração pela carta da Senhora e espero que de alguma forma possa ter passado alguma informação util.

Mais uma vez, obrigada

Atenciosamente

Este sujeito assume, no discurso, predominantemente sentidos de agradecimento, tanto a Deus quanto aos coordenadores do Programa Liberdade Consciente. Esses sentidos vêm acompanhados de um silenciamento sobre as dificuldades enfrentadas tanto no presídio quanto no processo de readaptação à vida fora da prisão. Na única tentativa de expor um problema, o dizer é imediatamente abafado e emerge outro, deslocado e deslizando em que o sujeito procura demonstrar que nada de ruim está acontecendo. Esse tom de agradecimento da carta, que também mostra um sujeito-mulher dócil e sem revolta, que aceita passivamente sua condição de vida, aparece logo na primeira linha do texto, com a frase “*Primeiramente quero lhe agradecer...*”, dirigida a uma das coordenadoras do programa Liberdade Consciente.

No segundo parágrafo, talvez pela tentativa de tentar falar dos problemas, mas ser imediatamente tolhida pelo imaginário de que Deus representa a redenção total na luta contra os desafios da vida, o sujeito mistura os tempos verbais, o que parece fazer brotar do texto uma contradição. Isso pode ser observado a seguir: “*com a graça de ‘Deus’ eu estou passando por momentos difíceis mais graças a ‘Deus’ já forão resolvidos*”. Filiando-se ao divino, torna-se possível, para este sujeito, dizer que seus problemas serão resolvidos no ato, a ponto de algo que traz dificuldades desaparecer num repente e a esfera divina garantir uma ordem de resoluções positivas. Existiam momentos difíceis que, no instante seguinte, com a menção a Deus, foram solucionados. Nesta direção, filiar-se a Deus permite, para este sujeito, agradecer até mesmo pelos momentos difíceis, já que é o próprio Deus quem acaba com esses momentos. Nota-se que Deus aparece entre aspas, o que parece diferenciá-lo dos humanos, algo que está acima, num patamar superior.

Essa confusão de tempos verbais faz com que haja, também, uma alternância entre fatos do passado e os que estão sendo vividos no presente. O sujeito volta, pelo acesso à memória, ao tempo da prisão, para agradecer pelo aprendizado e prometer que não entrará, novamente, no mundo do crime. Percebe-se, também, que no meio dessa imprecisão de fatos e tempos verbais, há uma dupla negação, provocada pelos termos “*não*” e “*nunca*”: “*principalmente para não pensar nunca em viver no mundo do crime*”. Vale lembrar que este

sujeito já viveu no mundo do crime. Por isso, não dá para pensar em nunca viver nesse mundo. A frase parece ter sido construída dessa forma para reforçar o forte desejo de se dedicar a outras atividades, como o trabalho e a família. Tanto que o crime é silenciado e não se sabe que tipo de delitos esse sujeito cometeu, ou seja, apaga-se a sua posição de criminoso para poder dizer outra coisa.

Os sentidos dominantes de trabalho e família aparecem como em cartas anteriores. O apego a eles, juntamente com os ligados a Deus, é a forma encontrada também por este sujeito para retomar a vida. O relato termina com mais um agradecimento à Sra. E., o que produz um efeito de dizer religioso. Na relação com as pessoas, principalmente com as ligadas ao poder representado pelo sistema carcerário, o sujeito assume uma postura semelhante a da relação com Deus, de aceitação, de inferioridade e de agradecimento.

Se este sujeito faz prevalecer esses sentidos durante todo o texto, no encerramento da carta não é diferente: *“Quero agradecer, de todo meu coração pela carta da Senhora e espero que de alguma forma possa ter passado alguma informação útil. Mais uma vez, obrigada”*.

CARTA 14

Monte Alto

Para Senhoras
E. e C.

Espero que ao chegar essa em suas mãos, possa lhe encontra-lhes, na mais perfeita harmonia.

Quanto a mim, no momento, estou muito feliz, por saber que tem pessoas como vocês duas, que se preocupa com ex: detenta, obrigada mesmo.

De quando sai daí, já passei por varios problemas difícil, inclusive doenças, tive efizema pulmonar, mais graças a “Deus”, quanto ao virus não manifestou, meu esposo, no momento está com T.B., está no isolamento, mais graças a “Deus” está melhor, vou todos os fins de semana ver ele, e no momento o problema é financeiro, mais, no país que moramos, quem não tem esse problema, não é mesmo?

Mas, apesar de fazer parte, eu penso que o mais importante é a saúde, e essa está dando para levar.

Mas, uma vez, quero lhes dizer que fiquei muito feliz; ao receber uma mensiva de vocês, só não repare a letra,

Sabe, a professora Gislene me dizia que não me dava parabéns, porque eu não escrevia em cima da linha, nunca uma professora tinha notado isso, e eu disse para ela, e ela achou graça, e me dizia que tinha sido falha das professoras.

Sabe, nos três anos e poucos que tirei, tive momentos ruins, mais tive também momentos bons, como por ex: conhecer pessoas maravilhosas como vocês, a professora. a direção daí, enfim não tenho reclamação a fazer

Uma outras pessoas que tenho muitas saudades é da dona C., e da dona C., enfim de todas as funcionárias dai, mais elas tem significado muito grande para mim, principalmente a dona C., Ah. O dr: E. também, se puder de um salve a eles por mim, e que “Deus” guia os passos de todos vocês, porque é de pessoas como vocês

que o sistema precisa, porque vocês exerce o lado humano de vocês, e nos trata como tais.

Sabe senhoras apesar de eu ter tirado uns de graça por pagar por silêncio, não sai revoltada, porque tanto ai, quanto em Pradópolis encontrei funcionários de bons corações, até as escoltas que todos reclamam, eu fiz feliz.

Sabe ainda continuo com uns do vício, mais sei que “Deus” é maior, e que um dia serei uma pessoa renovada, porque sei que ele ouve o que a gente pede.

No momento estou fazendo um corve para meu marido, E confio em “Deus” que ele irá tirar ele de lá para se tratar.

Bom senhoras, já falei de mais, mais quero que saiba, que quando lembrar de mim, terei o imenso prazer em responder, espero que o sistema esteja na paz, quero dizer o cadeião (risos) felicidades a vocês, até qualquer hora, para trocarmos idéias, do lado de fora é claro, se “Deus” quizer

Fiquem com Deus

E obrigado mesmo

E que o nosso Senhor “Jesus Cristo” esteja sempre vigiando esses lugares, onde a maldade sempre está presente fim.

Nesta carta, não datada, existem pelo menos cinco aspectos que merecem ser analisados. O primeiro é a naturalização do problema financeiro. Na frase *“e no momento o problema é financeiro, mais, no país que moramos, quem não tem esse problema, não é mesmo?”*, há um indício de apagamento das desiguais relações de poder na sociedade capitalista. A falta de dinheiro é encarada como algo normal, recorrente à maioria dos brasileiros. Não existe, portanto, revolta, nem mesmo simples questionamentos quanto à situação difícil enfrentada. O sujeito aceita o problema. Para ele, estar livre do presídio é o motivo maior de comemoração; as outras questões não produzem frustrações tão grandes quanto o fato de ter passado um período atrás das grades.

Para entender melhor esta questão, vale retomar o foi discutido no capítulo anterior por meio de Pêcheux (1995). Segundo o autor, esquecendo-se que não é senhor do seu discurso e que não diz o que quer e como quer, o sujeito esquece, também, que é assujeitado pela língua e pela história. Os sentidos de seu dizer são determinados dentro das formações discursivas, que, por sua vez, são fruto das formações ideológicas. Quando se filia a uma formação discursiva, o sujeito encara como naturais, evidentes, os sentidos produzidos, como observamos neste caso. Ao reproduzir o discurso da ideologia dominante, o sujeito da carta naturaliza os sentidos relacionados às condições financeiras precárias, não reconhece que é possível romper com esses sentidos e, assim, dizer de outra forma, como, por exemplo, que a falta de dinheiro não é normal e que o Estado deveria garantir sobrevivência com dignidade ao cidadão. Esses sentidos de aceitação ganham ainda mais notoriedade quando se considera que estão inscritos num suporte que vem sendo estudado como documento científico, o que contribui para disseminar, ainda mais, enunciados que naturalizam o problema financeiro. Torna-se difícil romper com esses sentidos quando eles aparecem num

documento científico, assim como fica difícil negar uma informação quando ela aparece estampada nas páginas de um jornal, visto como suporte apenas de informações corretas e imparciais.

Diante disso, é possível notar um segundo ponto: o do discurso de resignação. Mesmo quando aborda a doença do marido, há conformismo, como nos trechos destacados: *“mais graças a ‘Deus’ está melhor, vou todos os fins de semana ver ele”* e *“Mas, apesar de fazer parte, eu penso que o mais importante é a saúde, e essa está dando para levar”*. Quando nos deparamos com este recorte – *“e essa está dando para levar”* –, notamos que a doença do marido é algo que a incomoda bastante. Há indícios que o sujeito a tolera, mas não está satisfeito com a situação. Por isso, o analista deve desconfiar dos sentidos que, aparentemente, emergem do texto. Neste caso, o sentido se inscreve justamente no inverso daquilo que está dito: *“está dando para levar”* parece significar que o dia-a-dia desse sujeito está complicado demais e que não há outra opção, a não ser encarar o problema de frente. Indicaria, em outras palavras, que *“não está dando para levar. Só estou conseguindo porque estou sendo forte”*. Este recorte demonstra, portanto, um discurso de resignação, de aceitação. Como nos lembra Foucault (2002), é uma situação, novamente, de submissão do corpo ao poder já que o sujeito molda-se às exigências sociais, tornando-se indivíduo dócil e útil, preso a uma identidade que reconhece como sua sem questioná-la. Observa-se, também, a presença de verbos no gerúndio, um indicativo de que as situações relatadas no texto estão em curso, ainda não foram finalizadas, o que denuncia que o sofrimento está presente no momento em que a carta é escrita.

A partir daí, passa-se a analisar o terceiro aspecto fundamental deste texto: novamente o sentido de Deus presente na escrita. É por meio dele que existe a resignação. Se está acontecendo um problema com o sujeito, este problema se torna pequeno frente ao poder da figura divina. Deus representa um alívio para os males físicos, como já vimos em outra carta, em que teria sido o responsável por livrar uma presidiária do crack. Neste relato, é visto como aquele que liberta o marido da doença, o que tem o poder de removê-la do corpo dele. Isso pode ser observado em: *“mais graças a ‘Deus’ ele [o marido] está melhor”*. É interessante perceber que Deus aparece entre aspas, a exemplo da carta 13, indicando um ser superior, acima da dos humanos.

Ao final do texto, o apego ao divino volta a aparecer por seis vezes, consolidando esse apego ao sobrenatural: *“e que ‘Deus’ guia nossos passos”*; *“mais sei que ‘Deus’ é maior, e que um dia serei uma pessoa renovada, porque sei que ele ouve o que a gente pede”*; *“E confio em ‘Deus’ que ele irá tirar ele de lá para se tratar”*; *“é claro, se*

‘Deus’ quizer”; “*Fiquem com Deus* (único caso que aparece sem aspas)”; e, finalmente, “*E que nosso Senhor ‘Jesus Cristo’ esteja sempre vigiando esses lugares*”. Esta marca linguística – “*vigiando*” – parece, inclusive, indicar conforto. O sentido de vigiar está tão naturalizado no presídio que o sujeito não o questiona. Pelo contrário. Necessita ser vigiado, seja por um carcereiro ou por uma força maior, que seria Deus.

A quarta característica a ser destacada é a presença de gírias e siglas, que só podem ser entendidas, decodificadas e analisadas quanto aos sentidos que produzem se o analista tiver acesso ao interdiscurso (memória discursiva). Isso acontece quando nos deparamos com “*T.B.*” (que parece se referir à tuberculose); “*apesar de eu ter tirado uns de graça*” (é difícil saber a que o termo “uns” faz menção); “*ainda continuo com uns dos vícios*” (mesma dificuldade da anterior) e “*estou fazendo um corve*” (sem o acesso ao interdiscurso, o enunciado é totalmente ineficiente).

Finalmente, o quinto aspecto da análise é a forma como o presídio é apresentado. De acordo com o sujeito, existem dois lados dentro da penitenciária: o do bem e o do mal. Entretanto, apenas o do bem é valorizado, caracterizado. O do mal é apenas citado, sem detalhamento. Esses fatores podem ser facilmente observados quando o sujeito diz sobre as pessoas de quem ela tem saudades, identificando-as como se fizessem parte de uma trupe do bem. Esta carta apresenta o sistema prisional como educador: “*porque é de pessoas como vocês que o sistema precisa, porque vocês exerce o lado humano de vocês, e nos trata como tais*”; “*não sai revoltada, porque tanto ai, quanto em Pradópolis encontrei funcionários de bons corações, até as escoltas que todos reclamam, eu fiz feliz*” e “*felicidades a vocês, até qualquer hora, para trocarmos idéias, do lado de fora é claro, se ‘Deus’ quizer*”. Esta forma de dizer nos remete ao conceito de *panoptismo*, abordado por Foucault, em que o presídio é visto como um sistema que educa, através da observação constante dos encarcerados e da organização dos corpos no espaço da prisão. Em *Vigiar e Punir* (2002), Foucault traça todo um histórico das maneiras usadas para aplicar o castigo nos prisioneiros, demonstrando como os antigos métodos de tortura foram, aos poucos, substituídos por vigilância, entendida como uma forma de aplicar a pena que faz o sentenciado se dobrar às exigências do poder mais facilmente, já que o *panóptico* funciona como um “Big Brother”. A observação constante permite um maior controle das ações de cada sentenciado e, conseqüentemente, do acesso deles às práticas discursivas.

Por isso, nas tentativas de dizer sobre os problemas do presídio, o sujeito desta carta ameniza, como ao se referir ao “*cadeião*”, que pode parecer um termo pejorativo, mas vem acompanhado de “*risos*”, o que parece representar, portanto, uma forma de brincadeira.

A outra tentativa está no final do texto: “*esses lugares, onde a maldade está presente sem fim*”. Não há, no entanto, uma continuação. O texto termina neste ponto e ficamos sem saber quais são as tais maldades ou quais são os lugares em que a maldade está presente. Como o termo “*lugares*” está no plural, poderia indicar mais de um lugar ou outros lugares, como o próprio ambiente externo ao cárcere, e não necessariamente a prisão.

Este sujeito, então, silencia o lado mal do presídio. Há um abafamento. Uma mostra disso é que, apesar de pintar o sistema de educador, de bom, de recuperador, ele não quer voltar para lá: “*para trocarmos idéias, do lado de fora é claro*”. Mais um indício que pode ser destacado é que, mesmo passando por um sistema que, segundo o sujeito, teria sido benéfico, não houve uma recuperação plena: “*e que um dia serei uma pessoa renovada*”. O verbo no futuro – “*serei*” – indica que essa condição não se realiza no presente. O sujeito (ainda) não é uma pessoa renovada, apesar de o texto tentar passar uma imagem contrária às coordenadoras do Programa Liberdade Consciente. Os olhos do poder exercido pelo sistema prisional sobre o relato impedem certos dizeres de denúncia. E impõem, fortemente, aquilo que se pode e se deve dizer.

CARTA 15

Salto, 28 de janeiro de 05

“Satisfação”

Olá !

Primeiramente quero lhe agradecer por me escrever e se preocupar comigo

A seu pedido, Vou lhe dizer como me encontro.

Me encontro Otima. graças a Deus !

Feliz por ter novamente minha liberdade e junto dela a presença de todos meus familiares e meus filhos

Podendo assim presenciar a educação deles, e sempre a par de tudo direcionado a eles.

Hoje podendo reerguer minha cabeça começo a retornar a procura de um emprego. e a procura de uma nova oportunidade de estudo, podendo assim completar meus objetivos

Só fico na espera da resposta de um emprego

Atenciosamente

A carta, escrita em 28 de janeiro de 2005, começa com um título que produz pelo menos dois efeitos de sentido: satisfação por ter recebido uma carta dos coordenadores da Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto solicitando notícias sobre seu processo de reinserção na sociedade, mas, também, satisfação por estar fora da prisão. Esses dois motivos são expostos no texto, de forma que não nos é permitido saber qual deles foi destacado no

título. Isso confirma a teoria de Pêcheux de que os sentidos dependem de uma série de fatores, como a posição no discurso, a ideologia que atravessa o sujeito, a compreensão do outro. Cada interlocutor vai compreender o título segundo a posição que ocupa. Isso nos remete a assertiva da teoria do discurso segundo a qual, quando existe o acesso à memória discursiva, o sujeito tem uma vasta possibilidade de atribuição de sentidos.

Todo o relato é centrado em destacar as conquistas que a liberdade trouxe, como pode ser percebido em: *“Feliz por ter novamente minha liberdade e junto dela a presença de todos os meus familiares e meus filhos”*; *“Podendo assim presenciar a educação deles, e sempre a par de tudo direcionado a eles”* e *“Hoje podendo reerguer minha cabeça”*. Notemos que são recorrentes, mais uma vez, os sentidos dominantes de Deus, família e trabalho, como em muitas outras cartas já analisadas. A inserção nessa formação discursiva representaria, portanto, uma felicidade completa. No caso deste sujeito, já houve, segundo ele, a inserção em dois componentes dessa formação: Deus e família. A felicidade, então, não se completa, pois falta o trabalho. Tanto que o sujeito expõe isso no final da carta e, para completar a alegria, a satisfação de estar fora da prisão, falta a inserção no mercado de trabalho. Ou seja, é recorrente aqui o mesmo significante que tanto apareceu nas cartas das detentas, sendo que o sujeito marca, inclusive, o termo *“completar”* para se referir a essa questão da incompletude, da falta e da impossibilidade de trabalhar: *“começo a retornar a procura de um emprego. e a procura de uma nova oportunidade de estudo, podendo assim completar meus objetivos. Só fico na espera da resposta de um emprego”*.

Para a maioria dos sujeitos que enunciam de fora da prisão com os quais tivemos contato até agora através do texto, Deus, família e trabalho são sinônimos da perfeição do recomeço de vida em sociedade. Poucas referências a preconceito e dificuldades financeiras, por exemplo, são feitas. Durante a escrita, parece haver uma comparação com o período que se passou presídio e, diante disso, qualquer situação enfrentada após a liberdade é amena. A memória discursiva sobre a penitenciária predomina no momento em que as cartas são escritas. A prisão torna-se a referência de dificuldade, de forma que o recomeço aqui fora, por mais difícil que pareça, não chega aos pés do sofrimento vivido atrás das grades. Os sujeitos, em sua maioria, demonstram se encaixar num dos objetivos do sistema prisional: formar indivíduos dóceis e úteis à sociedade, principalmente por meio da força de trabalho, o que nos remete, mais uma vez, ao conceito do *panoptismo*, trabalhado por Foucault.

CARTA 16

Americana 1 de fevereiro de 2005

Saudações Sr^a E. desejo que essa possa encontra-la na Paz e muitos saúde são meus votos p/ a Sr^a e todos funcionários da penitenciária de Ribeirão Preto.

Retorno essa para agradecer pois por +pior que é esse lugar, foi aí que aprendi a dar valor nas + pequenas coisas principalmente enxergar o quanto minha família me ama e só quer o meu bem

Sr^a E. estou muito feliz por estar em Liberdade e junto com minha Família + não posso negar que estou passando por sérias dificuldades estou desempregada, desde que sai em Liberdade não consigo arrumar serviço, pois infelizmente a sociedade é muito hipócrita e infelizmente não querem abrir uma porta de emprego como a Sr^a já sabe tenho 2 filhos para criar e dar a melhor educação + estou sofrendo muito por querer e agir certo para não + errar não consigo apoio e ajuda de ninguém por favor senhora E. imploro por ajuda preciso sustentar meus filhos honestamente, por favor me retorne alguma resposta me ajudem não quero + errar será que não irei conseguir fazer com que a sociedade me olhem com olhos bons, olhos de mudança será que Deus não irá enviar algum anjo para me ajudar e me tirar desse abismo que ainda me encontro? Por favor o que a Sr^a poder fazer por mim ficarei muito grata e Jesus dará em dobro.

Deus que abençõe a preocupação, como poderia existir + pessoas como a Sr^a com interesse de ver as pessoas bem.

Aguardo retorno o + rápido possível

Esta carta, datada de 1º de fevereiro de 2005, é a primeira das escritas fora da Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto que questiona o valor da liberdade. Todos os outros cinco relatos feitos por sujeitos nessa condição tentaram produzir efeitos de sentido de agradecimento pela libertação, pelo fato de ter deixado o presídio. Já para este sujeito, o único agradecimento possível é dirigido aos coordenadores do Programa Liberdade Consciente, principalmente à Sra. E., por causa do interesse desta em “*ver as pessoas bem*”.

Em relação às dificuldades de reinserção na vida em sociedade, o sujeito demonstra que não há o que agradecer, apesar de que, no início do terceiro parágrafo do texto, menciona estar “*feliz*” pela liberdade. Nota-se, porém, que este é, talvez, o único ganho obtido do lado de fora do presídio. Na sequência, emerge do texto uma série de perdas, a saber: desemprego, sociedade hipócrita, dois filhos para criar e dificuldade de dar educação a eles, sofrimento por não querer mais errar, mas não enxergar uma saída, e, finalmente, não ter a ajuda de ninguém. Os sentidos de perda parecem bem mais fortes e contundentes do que um eventual ganho. Na carta, o sujeito implora por ajuda para que possa não voltar ao mundo do crime e, conseqüentemente, para a prisão. Percebe-se que a reincidência na criminalidade está mais próxima desse sujeito do que uma convivência harmoniosa fora dela. Na tentativa de reinserção na sociedade, o sujeito se depara com o preconceito, que lhe fecha as portas do mercado de trabalho.

Há, também, num recorte do texto, um dizer sobre a sensação de impotência, que o impede de promover uma mudança neste cenário, como pode ser observado em: “*será*

que não irei conseguir fazer com que a sociedade me olhem com bons olhos, olhos de mudança". Isso indicia que o sujeito se exime de culpa pela situação. Se ele não consegue obter sucesso nesse processo de reinserção, o problema está na sociedade. Ele se coloca como uma vítima da hipocrisia social, como alguém que não consegue lutar contra os sentidos pré-construídos pela memória coletiva, que "imprime" no ex-detento apenas a condição de envolvimento com o crime, em que persiste a desconfiança sobre sua reabilitação dentro dos valores consolidados socialmente.

Por outro lado, mesmo diante da formação imaginária que interpela o ex-detento como um eterno marginal, o sujeito classifica uma possível volta ao mundo do crime como um erro seu, como uma fraqueza, replicando justamente esses sentidos pré-construídos sócio-historicamente. Portanto, ele se torna, ao mesmo tempo, vítima e responsável por seus atos, o que demonstra um sujeito em conflito. Um conflito que volta a aparecer quando o sujeito evoca Deus no texto. Primeiro, chega a colocar em dúvida a eficiência do divino. Isso pode ser percebido na seguinte passagem: *"será que Deus não irá enviar algum anjo para me ajudar a me tirar desse abismo que ainda me encontro?"* Logo em seguida, no entanto, refere-se às figuras religiosas como as que salvam, as que recompensam, as que abençoam: *"o que a Sr^a poder fazer por mim ficarei muito grata e Jesus dará em dobro"* e *"Deus que abençoe a preocupação"*. No primeiro trecho, o uso da forma verbal "dará", no presente do indicativo, expõe uma certeza, ou seja, que essa ação irá se concretizar. É um indício que, na concepção desse sujeito, não há dúvida de que Deus age.

Todos esses conflitos fazem desaparecer, desmanchar, derreter a imagem que o sujeito começa a construir no terceiro parágrafo, a de estar feliz por se encontrar fora da prisão. Pode-se extrair desse texto que a necessidade imposta pelo sistema de demonstrar satisfação por ter saído do presídio, de ser um indivíduo dócil e útil à sociedade, esbarra nos problemas enfrentados aqui fora, que, em alguns casos, parecem ser maiores em comparação com os do presídio. Isso indica ser o principal motivo do conflito vivido por esse sujeito. Assim, ele agradece somente os funcionários da penitenciária, como se houvesse uma pontinha de desejo de estar preso novamente. O cárcere, neste momento, parece representar mais segurança e "felicidade" do que a vida em sociedade.

CARTA 17

Rib Preto (SP) Setor de Reabilitação 28/01/05

"Carinhosamente para Senhora E. e Senhora C."

È com imensa satisfação que venho a escrever essa carta; na finalidade de enviar-lhes notícias minhas.

Com a boa graça de Deus estou muitíssimo feliz! Longe de más companhias; E graças a Deus muito mais perto de minha filha e família.

Meus caminhos de inico estavam bem complicados.

Mas hoje, com toda minha fé em Deus batalhando por um dia melhor, as coisas boas estão acontecendo, e o que é melhor! Honestamente

O meu emprego Deus preparou, assim como meus estudo que estão sendo encaminhados.

Quero muito agradecer a Sr^a E., Sr^a C., Sr^a F., Dr R. é claro.

Pela paciência que tiveram comigo, e por terem sido de tamanha importância em me ajudar, no pior momento de minha vida. Obrigada.

E das minhas piores horas, eu soube aprender somente coisas boas;

Realmente liberdade consciente é tudo o que hoje estou começando a viver! E eu só tenho a agradecer, a Deus primeiramente, e as que , da maneira que puderam me ajudaram.

Agradeço de todo meu coração.

Atenciosamente

Obs: forte abraços p/

Sra C.

F.

A.

Todas as funcionárias/ASP que tiveram paciência.

Que me ensinaram de uma forma direta ou as vezes até ã é lugar mesmo p/ mim.

Agradeço ainda mais a Dona C.

Dona A., Dona L., Doutor V. e Doutor Li.

Obrigada

Em especial também; Dona L., Dona A., que infelizmente parece que foi embora né!?

Obrigada por serem tão profissionais e tão humanas ao mesmo tempo!

Fiquem sempre em paz e que Deus ilumine e abenções todos os dias vcs e familiares.

Neste relato, escrito em 28 de janeiro de 2005, o sujeito replica sentidos já presentes em outras cartas analisadas. São três os aspectos fundamentais que podem ser observados neste texto. O primeiro é a fé apaixonada, cega, o apego extremo a Deus. O segundo ponto é a divulgação de uma imagem do presídio como escola, como um sistema em que são possíveis as funções de ensino e aprendizagem. E a terceira característica marcante são os sentidos de agradecimento à maioria dos funcionários do presídio, senão todos, o que produz um efeito para o interlocutor de que a penitenciária é um paraíso.

Antes de abordar cada um desses fatores, é interessante observar a presença de uma antítese logo no segundo parágrafo da carta. Existe uma oposição entre os termos “*longe*” e “*perto*”. O termo “*longe*” é usado para se referir às más companhias, que, novamente, são classificadas como a causa que levou este sujeito ao crime. E o vocábulo “*perto*” designa a vontade de estar com a família, um dos fatores que irá permitir, para este

sujeito, recomeçar a vida. Com o uso desses termos, o sujeito procura convencer o interlocutor que se arrependeu.

O apego a Deus, que já havia sido recorrente na grande maioria dos relatos com os quais nos deparamos até agora, é novamente muito forte. Deus aparece no texto até como um agente de empregos, como pode ser notado a seguir: “*O meu emprego Deus preparou, assim como meus estudos que estão sendo encaminhados*”. É somente em Deus que a vida desse sujeito fora da prisão se realiza. Sem o divino, nada é possível, nada se concretiza. Percebe-se que este retoma os sentidos de família e trabalho, que frequentaram outras cartas, também não de forma isolada. Eles somente são citados agregados ao sobrenatural. Isso é observado em: “*E graças a Deus muito mais perto de minha filha e família*”; “*com toda a minha fé em Deus batalhando por um dia melhor, as coisas boas estão acontecendo*” e “*E eu só tenho a agradecer, a Deus primeiramente*”. Deus aparece, ainda, nos seguintes recortes: “*Com a boa graça de Deus estou muitíssimo feliz*”, no segundo parágrafo, e “*Fiquem em paz e que Deus ilumine*”, no último parágrafo.

Este último recorte, inclusive, poderia ser entendido como um desejo máximo de felicidade aos funcionários do presídio, que não deixa dúvida, que consolida, de uma vez por todas, os agradecimentos apaixonados que são feitos a eles na carta. Há um apagamento absoluto de qualquer assunto que possa comprometer o sistema, visto como uma escola, o segundo aspecto da análise, o que é demonstrado quando a autora escreve “*E das minhas piores horas eu pude aprender somente coisas boas*”. Novamente, nesta carta, pode ser retomado o conceito de *panoptismo*, abordado por Foucault, que remete o interlocutor a um sistema que educa e não mais reprime o crime com violência, com o suplício do condenado.

Mas é no último aspecto que observamos no relato, o de agradecimento, que esse sujeito deposita a maior energia. Além de fazer referência aos funcionários da penitenciária na primeira parte do texto, ele ainda dedica praticamente a metade final da carta só para esta finalidade. E, antes de arrematar com o desejo de que Deus os ilumine, procura exaltar seus atributos: “*Obrigada por serem tão profissionais e tão humanas ao mesmo tempo*”, como se uma coisa não fosse possível sem a outra. Aqui, o sujeito deixa transparecer que as funções do presídio poderiam não parecer tão humanas anteriormente, quando ainda não as conhecia, mas os funcionários demonstraram o contrário.

Portanto, não existe nada nesta carta que possa romper com esses sentidos. Este sujeito faz prevalecer apenas aqueles ligados à satisfação por estar livre e ter convivido com pessoas com as quais considera que aprendeu muito. Parece que, depois de ter enfrentado o

inferno do crime, este sujeito entrou no paraíso pela porta da prisão. O que demonstraria, segundo Foucault, a eficiência do panóptico.

CARTA 18

Franca, 11 de fevereiro de 2005

Saudações

“Que a Paz de Deus, esteja presente em vossos corações”

Senhoras assistentes Sociais

Dona E. e Dona C.

Em primeiro lugar, devo-me pedir desculpas pela demora em responde-las, porém devo ressaltar que não foi falta de vontade, foram as circunstâncias da vida que não me deram tempo.

Bom aqui quem vos escreve é a S18. Fazem nove meses que eu ganhei minha liberdade, não dá para esquecer o dia em que atravessei o portão da penitenciária para voltar a minha casa, é quase inacreditável o momento em que nos chama para um simples atendimento e derre pente:

“arruma suas coisas que sua liberdade chegou”... é quase um sonho.

Mas até hoje ainda não me libertei das lembranças desse lugar. Foram muito o sofrimento que eu passei ai dentro. Principalmente a falta que a família faz, ficar longe do filho então é quase insuportável.

Graças a Deus isto tudo acabou, Se Deus e me minha força de vontade continuar me ajudando para a prisão não volto nunca mais.

Minha família ao me verem chegar em casa, ficaram em uma felicidade imensa, a emoção foi tanta que quase não acreditavam em que seus olhos estavam vendo, afinal é muito triste para uma mãe ver seu filho em uma prisão, é tudo o que mais deseja é vê-lo voltar para casa.

Muitos ficam felizes quando um reeducando ganha sua liberdade e volta para a sociedade, outros, nem tanto, nesse meio tempo para cá passei por muitas aprovações, preconceito e desconfiança das pessoas nos lugares em que chego, curiosidades de muitos, ou seja especulações de como é o cotidiano em uma Penitenciária ou em uma cadeia, que acaba sendo quase a mesma coisa,

Só muda as regras que são bem mais rígidas mas tudo bem, quanto a isso não vejo problema algum, não tenho vergonha ou receio de expor minha vida nesse período de sofrimento, afinal faz parte da minha vida e que sirva de lição também para outras pessoas, apesar que as vezes só aprendemos com o erro.

Bom estou casada há oito meses, e meu marido é um excelente homem, muito trabalhador e honesto, não possui nenhum envolvimento com coisas ilícitas, ganhamos nossos sustentos com dignidade.

Ele trabalha em uma fábrica de produção de cintos, e eu costuro sapato em casa, trabalho manual, a renda é pouca mas o suficiente para nossa sobrevivência e nossa educação, incluindo a do meu filho de seis anos que ele educa como sendo dele mesmo.

Moramos com minha mãe, em três comodios separados, mas no mesmo quintal, quando nos conhecemos logo de início já contei minha vida a ele, para que não ficasse sabendo por outras pessoas e com a humildade que possuí, soube entender, compreender e me aceitar com meus defeitos e meu passado, vivemos bem, naquilo que é possível e agora que descobrimos que iremos ter um bebezinho nossa felicidade ficou completa.

A carta, escrita em 11 de fevereiro de 2005, traz, primeiramente, um equívoco. Numa das primeiras frases da carta, o sujeito pede desculpas a si próprio: “*Em primeiro lugar, devo-me pedir desculpas...*”. Isso parece indiciar que o sujeito não foi leal consigo mesmo por não ter respondido, de forma rápida, a uma carta de pessoas que se preocuparam tanto com ele e que zelaram por ele enquanto esteve preso, no caso os funcionários da penitenciária. Aliás, os sentidos de agradecimento por este zelo vão percorrer praticamente toda a carta.

É também no início do relato que o sujeito começa a trazer de volta os sentidos dominantes referentes à religião presentes em textos anteriores. Logo após saudar o interlocutor, a frase nos remete, pelo acesso à memória discursiva, a falas comuns de padres ou pastores evangélicos: “*Que a Paz de Deus, esteja presente em vossos corações*”. Mas num ponto este sujeito apresenta uma relação com Deus diferente de outros relatos, em que a figura divina aparece como um poder absoluto, soberano, que tudo resolve. Este sujeito destina, sim, responsabilidades para Deus, mas assume uma parte delas, quando escreve: “*Se Deus e minha força de vontade continuar me ajudando para a prisão eu não volto nunca mais*”. Neste caso, Deus não seria, sozinho, a causa dos problemas ou das soluções. Pelo contrário. O sujeito se coloca como um agente nesse processo de reinserção na sociedade.

Uma outra característica interessante de ser observada é que essa carta abre uma polissemia (mais de um sentido) para o termo “*liberdade*”. Primeiramente, a liberdade é vista como a saída da prisão. E, num segundo momento, como um livrar-se das lembranças amargas do período em que morava no presídio. Este sujeito demonstra que, mesmo que a primeira liberdade tenha chegado, a segunda ainda não se firmou. As recordações do passado, dos sofrimentos pelos quais passou, ainda o torturam, o que faz com que ainda este sujeito esteja “preso” a elas, mesmo gozando de uma liberdade física. Isso demonstra que este sujeito põe em confronto duas formações discursivas: uma proveniente da ideologia dominante, que possibilita ao sujeito acreditar que a felicidade chega apenas com o fato de ter saído da prisão, e outra que questiona essa teoria, que percebe que a ideologia dominante promove exclusões. A partir desse termo, “liberdade”, é que se pode perceber que a língua é o palco da luta de classes, como nos foi exposto por Pêcheux. Da classe dominante, que classifica a libertação da prisão como uma conquista, com outras que defendem que a liberdade só ocorre com a solução dos problemas sociais.

Este segundo sentido de liberdade, porém, ainda fica abafado no dizer deste sujeito. Ainda não é possível falar amplamente sobre ele. É mais fácil replicar sentidos da ideologia dominante, por ora, do que seguir pelo caminho mais doloroso de tentar romper

com eles. Percebe-se, portanto, que ao se referir ao seu sofrimento, o sujeito não o liga às condições internas do presídio, mas ao fato de ter se separado da família. *“Foram muito o sofrimento que eu passei ai dentro. Principalmente a falta que a família faz, ficar longe do filho então é quase insuportável”*. É por meio do desligamento do mundo que este sujeito discursiviza o sofrimento. E não através da ligação ao poder e ao controle que caracterizam o sistema prisional. Pelo contrário. A prisão é vista como uma experiência positiva, que possibilita o aprendizado. O enunciado a seguir indica um sujeito que não demonstra vergonha por ter passado pela condição de detento. *“Não tenho vergonha ou receio de expor minha vida nesse período de sofrimento, afinal faz parte da minha vida e que sirva de lição também para outras pessoas, apesar de que as vezes só aprendemos com o erro”*.

Nesta carta, não há a preocupação de silenciar o passado. Esse percurso discursivo, no entanto, tem um preço. Ao assumir sua condição, o sujeito enfrenta uma dificuldade maior em ter de encarar a sociedade, com seus sentidos pré-construídos, seus mecanismos ideológicos que enxergam no ex-detento alguém que rompeu com os comportamentos aceitos como legítimos e corretos. Uma sociedade que acaba também trazendo sofrimento, porque fecha o ex-detento atrás das grades do preconceito. *“Muitos ficam felizes quando um reeducando ganha sua liberdade e volta para a sociedade, outros, nem tanto, nesse meio tempo para cá passei por muitas aprovações, preconceito e desconfiança das pessoas nos lugares em que chego, curiosidades de muitos, ou seja das especulações de como é o cotidiano em uma Penitenciária ou em uma cadeia”*. Interessante notar que, quando diz sobre essas relações, o sujeito usa o termo *“reeducando”* para se referir a si próprio, o que provoca um efeito de abrandamento e fortalece a luta para ser aceito na vida em sociedade. Essa nomenclatura, *“reeducando”*, pode, na visão desse sujeito, contribuir positivamente para reduzir os julgamentos sobre as condutas de pessoas que acabaram de sair da prisão em comparação com termos como *“ex-detento”* ou *“ex-presidiário”*. O sentido que ele tenta produzir com *“reeducando”* é o de alguém que está tentando se readaptar às posturas consagradas pela sociedade.

Uma dessas posturas seria o casamento e a formação de uma família, por meio de um filho que está prestes a chegar. Isso ajudaria a esquecer o passado e passar uma borracha sobre o sofrimento na prisão. Com o marido, por exemplo, o sujeito-mulher desta carta já conseguiu resolver o passado, contando os acontecimentos anteriores de sua vida. Outro fator que irá ajudar no apagamento das lembranças do período na prisão é o afastamento dos sentidos relacionados ao crime. Percebe-se que há uma valorização do marido pelo fato de ele não se envolver com o que o sujeito desta carta chama de *“coisas*

ilícitas”. Como em outras cartas, os sentidos de família e trabalho são recorrentes. A instituição casamento, os filhos e as qualidades do marido, trabalhador e honesto, replicam sentidos consagrados socialmente como lugares de pessoas de bem. É assim que este sujeito espera que o sonho da liberdade se concretize também do lado de fora do presídio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nestas 18 cartas escritas por detentas e ex-detentas da Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto durante a vigência do Programa Liberdade Consciente, de março de 2004 ao início de 2007, e considerando a nossa inserção no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal de São Carlos, na linha de Linguagens, Comunicação e Ciência, foi possível, por ora, elencar a seguinte questão de pesquisa, qual seja: **De que modo podem ser legitimadas como científicas as cartas de detentas e ex-detentas, considerando-se a ótica dos estudos em Linguagens, Comunicação e Ciência?** Para respondê-la, buscamos amparo em teóricos da Análise do Discurso de linha francesa, principalmente Michel Foucault e sua teoria sobre “Ciência e Saber”, Michel Pêcheux e sua compreensão sobre “sujeito” e Jacques Le Goff, nos seus escritos sobre “documento”.

Quando se fala em prisões, os dizeres na sociedade capitalista são parecidos, atravessados por um discurso dominante: que as penitenciárias são habitadas por praticantes de condutas consideradas ilícitas, perigosas. Sendo assim, não se pode permitir a eles viver no meio social. Para isso, é preciso que se arrependam e se convertam às posturas legitimadas historicamente neste meio social. Mas, ao mesmo tempo, permanece no imaginário popular uma concepção de que a prisão não é um instrumento de recuperação e reintegração. Pelo contrário. Contribui para degenerar o ser humano, que, por este e outros motivos, depara-se com o preconceito assim que é libertado.

Para Carvalho Filho (2002, p. 68),

Com efeito, não há quem aponte, hoje, aspectos positivos do cárcere relacionados com o desenvolvimento humano. A prisão existe por ser necessária, porque ainda não se encontrou o que pôr em seu lugar... Grande parte dos seres humanos, levados a uma instituição supostamente preparada para retificar-lhes o caráter e reeducá-los para a convivência social, volta a delinquir quando readquire a liberdade. E os que não reincidem em práticas criminosas não se “emendaram” pela simples circunstância de terem permanecido presos. O cárcere é uma instituição totalitária, que, com o passar do tempo, deforma a pessoa e acentua seus desvios morais. (...) A condição de encarceramento pode até ser melhorada; mas, na essência, a prisão continuará a mesma, um atentado à condição humana.

Ainda segundo Carvalho Filho (op. cit.), o cárcere faz desaparecer os valores, para o detento, que circulavam no meio social antes que a pessoa fosse presa. E ainda força com que o preso se enquadre num regulamento em que o maior objetivo é castrar, inibir,

reforçando o que foi abordado no decorrer de todo este trabalho. Pensando dessa forma, se o sistema faz desaparecer valores anteriores, não seria possível reeducar para uma reintegração.

Diante deste cenário, Lagazzi (1998) afirma que é possível, no âmbito da ciência, desvendar como a opressão se constrói. E, por meio das linguagens, desconstruí-la. Segundo a autora, apesar de complexo, o sistema social pode ser estudado e mostrado, de forma verbal ou não-verbal, quando se aborda as relações entre os indivíduos.

Já no artigo “A discursividade social no entrecruzamento de cenas”, Lagazzi refere-se à possibilidade do “furo”, que seria, neste caso, a emergência de uma formulação que desestabilize a leitura e/ou os dizeres sobre determinado tema. A autora escreve que um dos desejos que a perseguem em seus percursos discursivos é a necessidade de entender como uma formulação produzida em relações de conflito – uma prisão seria um exemplo – pode fazer surgir possibilidades de se produzir crítica social.

Como parte dessa proposta de trabalho, Lagazzi conta que analisou, juntamente com alguns alunos, um documentário filmado num presídio de Campinas, a 100 quilômetros da capital paulista, procurando encontrar formulações produzidas em conflito social que propiciassem desestabilizar a posição do espectador a respeito do assunto. Para Lagazzi, portanto, é possível que outros dizeres venham à tona, movimentando, deslizando, desestabilizando formulações/enunciados consolidados sócio-historicamente.

Percebe-se, com isso, e com base no percurso dessa pesquisa até o presente momento, que as prisões sempre despertaram o interesse de renomados estudiosos, como os precursores da AD francesa, e continuam despertando, com outras abordagens relacionadas ao cárcere, especialmente, no nosso caso, dentro dos estudos das linguagens. Assim, se a ciência se rendeu ao tema e dispõe-se a discutir suas características e, se cartas escritas na prisão podem ser consideradas documentos científicos, trazê-las à luz da ciência, como foi proposto no presente trabalho, constitui-se uma das formas de legitimar, como objeto de estudo científico, escritos de detentas e ex-detentas. E ao observar estes escritos, busca-se entender como a opressão é imposta e como se articulam as formas de resistência, contribuindo para o surgimento de outros dizeres, de “furos”, sobre o sistema prisional.

Para Orlandi (2005), o dizer de um sujeito sempre se sustenta em outros dizeres, visando, também, produzir efeitos em seu interlocutor. Os dizeres, portanto, variam dependendo da relação de poder que o interlocutor mantém com o sujeito. A autora explica que esse processo ocorre porque o sujeito constrói uma imagem do outro e de como o enunciado será recebido e entendido pelo interlocutor. Ela afirma que os sujeitos antecipam, ao enunciar, a possível reação ou compreensão do interlocutor. Com essa antecipação,

também se esforçam para produzir determinada imagem no interlocutor, ou seja, fazer que o interlocutor enxergue o sujeito da mesma forma que próprio sujeito se enxerga. Com base nesses pressupostos, foi possível observar os seguintes aspectos nas cartas analisadas no decorrer deste trabalho:

1 – Os sujeitos das cartas fazem poucas menções ao dia-a-dia do presídio, às suas relações com as outras presas e com os funcionários e à dificuldade de sobrevivência naquele ambiente. A maioria dedica quase todo o seu dizer a replicar sentidos dominantes de religião, família e trabalho. Essa formação discursiva, na qual esses sujeitos estão inseridos, representa a esperança de salvação e de um recomeço de vida bom, inquestionável fora da prisão.

2 – Na maioria dos casos, os sujeitos reproduzem sentidos dominantes e, pouquíssimas vezes, há tentativas de romper com isso, como, por exemplo, fazer falar um dizer de denúncia. Nas vezes em que isso acontece, há um corte abrupto, uma mudança repentina de formação discursiva, e o que se percebe é que os dizeres de denúncia são abafados dando lugar a dizeres de agradecimento.

3 – A estratégia discursiva dos sujeitos é quase que totalmente baseada no discurso religioso. A maioria justifica a entrada no crime por influência de más companhias, depois procura se mostrar arrependida e pede perdão, clamando por mais uma chance de viver em sociedade. Para estes sujeitos, se Deus, que é todo-poderoso, perdoa, quem é a sociedade para não perdoar?

4 – O dizer dos sujeitos é atravessado pelo discurso da “paga” (eles aceitam a prisão como forma de pagamento pelo crime que cometeram. Quase não se nota revolta quanto a isso), do “apaga” (ficar um período na prisão seria uma forma de apagar, de zerar o crime cometido e recomeçar “limpo”) e do “a-paga” (a maneira como será feito esse recomeço da vida em sociedade: apegando-se a Deus, reconciliando-se com a família e arrumando um trabalho. Em alguns casos, há menção de voltar a estudar).

5 – Percebe-se um silenciamento do crime. Os sujeitos, geralmente, se referem ao delito com o número do Código Penal no qual foram condenados. Por exemplo: “Fui presa no 12” ou “Estou no artigo 157”. Quando há referências ao crime, são feitas de forma branda.

6 – O sistema prisional é descrito como educador, que tem o poder de promover uma volta reestruturada do preso à sociedade. Em vários recortes das cartas, é possível perceber que os sujeitos agradecem pelo aprendizado que tiveram, pela oportunidade de mudar de vida, de se arrepender, de se converter. Há indícios, aliás, de que a vigilância conforta. O sujeito parece que necessita estar a todo o tempo vigiado, seja pelos carcereiros, seja por uma força maior, que seria Deus.

7 – Como o interlocutor das cartas é representado pelo Estado, é possível afirmar que os sentidos que circulam nas cartas, em sua maioria, são os propagados pelo poder e pela ideologia do sistema. Não há espaço para o rompimento com eles, nem mesmo nas cartas escritas por ex-detentas, fora do presídio. O olho do sistema condiciona certos dizeres.

8 – Assim, os sujeitos procuram convencer seus interlocutores de que podem mudar de vida, de que podem se adequar às posturas aceitas como corretas pela sociedade, aos valores consolidados pelo sistema capitalista.

Diante deste trabalho, ficam algumas afirmativas: as cartas ainda não indiciam que o sistema prisional realmente obteve sucesso, promovendo nas detentas e ex-detentas uma mudança de formação discursiva (passando dos dizeres difundidos pelo crime para os dizeres aceitos socialmente como sendo do bem). É preciso levar em conta a possibilidade de que os sujeitos das cartas tenham entendido os mecanismos de controle dos discursos no sistema prisional e os reproduzido como estratégia de convencimento (e de sobrevivência), demonstrando, desta forma, que o que parece resignação pode oferecer sentidos de resistência, o que parece obediência pode significar esperteza e o que parece uma “não-rebeldia” pode significar dissimulação...

Mas isso é assunto para novos movimentos analíticos discursivos, novas pesquisas sobre o tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal Editora, 2007.

BLOCH, M. **Apologie pour l'histoire ou métier d'historien**. Paris: Colin, 1949, apud LE GOFF, 1996, p. 540.

CARVALHO FILHO, Luís Francisco. **A Prisão**. Coleção Folha Explica. São Paulo: PubliFolha, 2002.

FONSECA, Márcio Alves. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: Educ, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1972.

_____. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Coleção: Ditos & Escritos v. II. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão: um caso de parricídio do século XIX**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Microfísica do Poder**. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999a.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999b.

_____. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GASPAR, Nádea Regina; ROMÃO, Lucília Maria de Sousa. (Org.). **Discurso e Texto: multiplicidade de sentidos na Ciência da Informação**. São Carlos: EDUFSCar, 2008.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **O discurso, o sujeito e a História em A Arqueologia do Saber: Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso – Diálogos e Duelos**. Disponível em:

<<http://cibermidia.blogspot.com/2008/02/o-discurso-o-sujeito-e-historia-em.html>>. Acesso em: 10 mar. 2009.

GUERRA, Vânia Maria Lescano. O legado de Michel Foucault: saber e verdade nas ciências humanas. In: NOLASCO, Edgar Cezar; GUERRA, Vânia Maria Lescano (Org.). **Discurso, Alteridades e Gênero**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2006.

LAGAZZI, Suzy. **O desafio de dizer não**. Campinas: Pontes, 1988.

_____. **A discursividade do social no entrecruzamento das cenas**. Disponível em www.geocities.com/gt_ad/suzy.doc. Último acesso em 31/07/2009.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

MACHADO, Roberto. **Ciência e Saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

MARTINS, Celso. **Os quatro cantos do sol**. Santa Catarina: UFSC, 2006.

ORLANDI, E. de L. P.; RODRIGUES, Suzy Lagazzi (Org.) **Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade**. 1. ed. v. III. Campinas: Pontes, 2006.

ORLANDI, Eni. **Maió de 1968: os silêncios da memória**. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

PÊCHEUX, M. **Papel da memória**. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.

_____. **Ler o arquivo hoje**. In: **Gestos de Leitura**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

_____. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et. al. 2.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

_____. **O Discurso: Estrutura ou Acontecimento**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.

PEDROSA, Regina Célia. **Signos da opressão**: História e violência nas prisões brasileiras. São Paulo, Arquivo do Estado, 2003.

ROMÃO, Lucilia Maria Sousa; GASPAR, Nádea Regina. (Org.). **Discurso midiático**: sentidos de memória e arquivo. São Carlos: Pedro & João Editores, 2008.

SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo**: 1822-1940. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1999.

SAMARAN, C. (org.). **L'histoire et ses méthodes**. Coleção Encyclopédie de la Pléiade. n. 11. Paris: Gallimard, 1961.

SANTIAGO, Silvano. **Em liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1994.

SOARES, Luiz Eduardo. **Cobras e lagartos**: a vida íntima e perversa nas prisões brasileiras. Quem manda e quem obedece no partido do crime. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

TAVARES, Flavio. **Memórias do esquecimento**: um relato sobre as prisões da ditadura. São Paulo: Record, 2006.

WACQUANT, Loic J. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.